

Veículos Aéreos Não Tripulados e Legalidade

Helena Maria Nunes Marques Baltazar

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais –
Área de Especialização em Globalização e Ambiente**
“Versão melhorada e corrigida após defesa pública”

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes, Professor Auxiliar com Agregação, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Aos meus Pais

Deixo o meu agradecimento a todos os que gentilmente me apoiaram, nomeadamente aos meus colegas no Arquivo de Ciência e Tecnologia.

Obrigada à Catarina e ao Gonçalo pela força e simpatia.

Também ao Pedro e às miúdas pela paciência perante as longas ausências.

À Clara pelo incentivo; à Isabelinha, companheira de uma vida e, sobretudo, ao Gil, querido amigo que me guiou nesta aventura.

Ainda ao Professor Doutor António Horta Fernandes pela orientação científica.

Veículos Aéreos Não Tripulados e Legalidade

Drones and legality

Helena Maria Nunes Marques Baltazar

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, Drones Ética, Moral, Legislação de Guerra, Direitos Humanos.

É tarefa ingrata pretender dissociar a tecnologia propriamente militar das outras que, longe dos ambientes de combate, também fazem o seu percurso de evolução; pode afirmar-se que ambas habitam um lugar de cruzamentos, com encontro marcado mas tempos diferentes.

A emergência dos drones, como a novidade tecnológica do momento, dá nota desse cruzamento e dessa partilha. O seu empenhamento na vida concreta do dia a dia tornou-se um auxiliar precioso em áreas civis e militares.

As vantagens são incomparáveis em relação a práticas semelhantes, nomeadamente o bombardeamento aéreo com naves tripuladas, mas as consequências são muitas vezes nefastas na avaliação ética.

A componente agressiva da espécie humana, na ausência de freios naturais inibidores da violência – conforme constatado por Konrad Lorenz – torna esta espécie particularmente mortífera, como bem expressa o seu percurso histórico.

Numa tentativa de controlar o problema foi criada a moral, presente em todas as religiões e que tem por base a ética universal. Esta clama o respeito pela vida, de forma a tornar pacífica a coexistência, nos limites do possível.

A História da humanidade é também o relato das guerras fratricidas, com o seu rasto de morte, destruição e violência sem sentido. No Ocidente, a II Guerra Mundial resultou em milhões de perdas humanas e no caos.

O bombardeamento controlado à distância já é possível devido à utilização de mísseis ou de aviação. No entanto, a tecnologia drone apresenta diferenças, não só de

eficácia como simbólicas: o controlo de suspeitos e posterior disparo é feito a partir de territórios seguros, confortáveis, em ambientes climatizados.

Os operadores deste tipo de tecnologia regressam a casa ao final do dia após terem operado a destruição. Estuda-se a possibilidade de se reduzir ainda mais a cadeia humana, tornando os drones e outras armas “inteligentes” completamente autónomas.

Há uma nova realidade que se assemelha ao jogo, neste caso jogo de computador, que põe de lado reações positivas como a compaixão, que a presença e o contacto visual tornam possíveis, passando a luta a ser completamente fria e desigual.

Direitos universais, anteriormente consagrados, como o da rendição e o do julgamento justo, são postos de lado.

Este tipo de intervenção foi implementado sobretudo pelos Estados Unidos após o ataque às Torres Gémeas em 2001.

Destacam-se, com esta prática, vantagens incomparáveis relativamente aos ataques aéreos convencionais; as mais evidentes são a redução de perdas de vidas civis e militares, bem como um maior controlo dos gastos.

Do lado insurgente operaram-se igualmente alterações de vulto, com evidência na dissimulação, com combatentes despojados de uniformes ou insígnias, operando ataques e partindo por vezes de territórios onde não existe uma autoridade central que imponha a lei, disfarçando-se entre a população civil.

Esta tecnologia deixa de fora a salvaguarda de princípios éticos anteriormente consagrados. Assiste-se a alguma passividade da população ocidental perante estes atropelos.

Urge pensar a questão ética, adaptando legislação de guerra, antes que a nova realidade globalizada faculte esta tecnologia de ponta e a coloque em mãos de atores indesejáveis, ou que continue a prática reiterada de desrespeito pelos Direitos Humanos.

ABSTRACT

KEYWORDS: Technological advantage, UAV, Moral, legal framework, Human Rights.

It is a hard task trying to sort out military technology from other technology, especially during peaceful times, when they still continue to develop. Both technologies develop side by side and at times they overlap, though at different meeting points.

Drones are an example of this overlap where its use for civilian and military purposes has taken to be quite useful.

The advantages to manned aircraft used in warfare are incomparable, however the ethical consequences are often devastating.

According to Konrad Lorenz, human species have an aggressive element that when in the absence of violence inhibitors makes them particularly lethal over time.

In an attempt to control this problem moral codes were created, they are present in all religions that uphold a universal ethic, that respects life and makes it possible for us to live peacefully as long as possible.

Human history is also an account of fratricidal wars, leaving behind an unreasonable trace of death, destruction and violence. In the West, World War II ended up with a loss of millions of human lives in chaos.

Distance controlled bombing is already possible like the use of missiles and aircraft bombing. Although drone technology proves to be different symbolically and efficiently because the control of the targets is done at a distance in a comfortable, safe and air-conditioned environment.

The operators that use this technology get to go home at the end of the day after having precipitated destruction. Further studies continue to reduce the human chain of command by making drones and other “intelligent” weapons completely autonomous.

This creates a new reality where compassion is offset, since eye-to-eye and man-to-man combat is put off, making the fighting emotionally neutral and uneven.

The right to surrender and the right to a fair trial, such universal rights are sidelined.

This type of intervention was implemented above all after the Twin Towers attack in 2001.

There are incomparable advantages to this as opposed to conventional aircraft warfare, for instance the significant reduction in civilian and military lives, as well as costs.

On the other hand, the insurgent side has also changed its fighting strategies, for instance getting rid of military insignias and uniforms, mixing with civilians and operating in territories that are under no surveillance by central authorities.

This technology doesn't uphold any of the ethical codes that were originally consecrated. While western countries passively assist to these violations.

It is an imperative to adapt war legislation before this technology gets into the wrong hands or continues to disrespect Human Rights.

Conteúdo

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: Tradição cultural, Guerra e Segurança.....	7
I.1 – Novos cenários de Guerra	10
I.2 – Ataque às Torres Gêmeas e ideia de Segurança	15
I.3 – Informação na cultura ocidental	16
I.4 – Direito Humanitário	19
I.5 – Sociedade e relativismo cultural	23
I.6 – Correntes filosóficas e realidade	25
Capítulo II: Drones e vantagem tecnológica	33
II.1 – Evolução e enquadramento legal	35
II.2 – Drones na guerra aérea remota	38
II.3 – Hegemonia aérea contemporânea	43
II.4 – Autonomia aérea e direitos	51
Capítulo III: Efeitos dos bombardeamentos à distância	58
III.1 – Guerra ao terrorismo e legalidade	61
III.2 – O caso afegão	68
III.3 – O caso iraquiano	75
III.4 – Conceito de combatente hostil	80
III.5 – Consequências civilizacionais	83
CONCLUSÃO	87
BIBLIOGRAFIA (S) / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

LISTA DE ABREVIATURAS

AESA - Agência Europeia para a Segurança da Aviação

AEPD - Autoridade Europeia para a Proteção de Dados

ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network

ASAT - Arma Antissatélite

AWS - Autonomous Weapons Systems

DHI - Direito Humanitário Internacional

DARPA - Agência de Investigação de Projetos Avançados de Defesa

EASA - European Aviation Safety Agency

GPS - Global Positioning System

ICRAC – International Committee for Robot Arms Control ou Comité Internacional para o Controlo de Armas Robóticas

ISR - Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance

JSOC - Joint Special Operations Command ou Comando Conjunto de Operações Especiais

LAR - Lethal Autonomous Robotics

NATO – Tratado do Atlântico Norte

NSA - National Security Agency

ONU – Organização das Nações Unidas

SDI - Strategic Defense Initiative, ou Guerra das Estrelas

UAV - Unmanned Aerial Vehicle

EU - União Europeia

RPAS - Remotely Piloted Aircraft Systems

VANT - Veículos Aéreos Não Tripulados

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma antiga inquietação pessoal que tende a permanecer e, porventura, a aumentar; não só de curiosidade pelo tema da guerra, nem tão-pouco a ânsia pela tecnologia de ponta que está por detrás dos equipamentos de combate à distância - Os Drones - mas também os Direitos Humanos, nomeadamente a observância das normas internacionais acerca do uso de força em conflitos militares.

Algumas das regras, digamos assim, impostas com a utilização destes aparelhos, alteram profundamente o nosso entendimento do que é a guerra. O ataque, comandado à distância, conjugado com a falta de transparência relativa à divulgação de dados estatísticos sobre as baixas no terreno, torna difícil a contemplação de direitos das populações civis, como o controlo de danos patrimoniais, a rendição e a separação entre insurgentes e civis, entre outros.

Por outro lado, a inovação e consequente difusão tecnológica, associada aos drones, veio para ficar, sendo já utilizados militarmente (sobretudo em operações de vigilância) por diversos países ocidentais, estando muitos outros a desenvolver idêntica tecnologia, correndo-se o risco de certa forma já em campo, de se caminhar para a automatização da guerra.

As Nações Unidas, através de relatórios oficiais, têm chamado a atenção para as questões éticas colocadas pela utilização deste tipo de tecnologia.

Devem avaliar-se as consequências do seu uso, tornando-se urgente a análise de lacunas no enquadramento legal do direito da guerra, caminhando-se para um acordo internacional sobre armas robóticas, com intervenção humana, e pensar a proibição do uso de autonomia letal, antes que esta se dissemine indiscriminadamente.

O trabalho agora apresentado, no âmbito do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, funda-se na seguinte realidade: perseguição e bombardeamento, além-fronteiras, de indivíduos considerados inimigos de um estado submetido a ataques terroristas.

Podemos inscrever a data de 11 de setembro de 2001 – grande ataque terrorista às Torres Gémeas, em Nova Iorque, reivindicado pela organização terrorista al-Qaeda – como momento que veio impor um novo modelo de confronto e eventualmente a

aceleração da introdução de tecnologias de controlo remoto nos conflitos: ataques aéreos defensivos operados por drones.

A utilização de drones (palavra anglo-saxónica relacionada com o zumbido característico por eles emitido semelhante ao dos zangões), UAV's (Unmanned Aerial Vehicle – igualmente designação anglo-saxónica), RPAS (Remotely Piloted Aircraft Systems – designação europeia), ou VANT (Veículos Aéreos Não Tripulados) foi autorizada pelo então presidente dos Estados Unidos George W. Bush de forma a combater, além-fronteiras, bases de insurgentes e mitigar, junto da opinião pública norte-americana, o impacto de possíveis contra-ataques, entre outras medidas possíveis de retaliação, contra a agressão do 11 de setembro.

A agressão às Torres Gémeas, do World Trade Center, de Nova Iorque, contribuiu para a perceção de que os EUA se encontravam subitamente indefesos, perante ofensivas vindas do exterior. Um episódio similar, Pearl Harbor, na II Guerra Mundial (território americano embora não continental), ditou a entrada do país no palco de guerra.

Embora os ataques sejam de natureza distinta, uma vez que o ataque de 1941 foi realizado pela força aérea de um estado soberano e o de 2001 concretizado por terroristas de várias nacionalidades, de alguma forma ambos recordam um tipo de reação militar quando é colocada em causa esta noção errónea da impermeabilidade territorial.

A comparação termina aqui; o ataque de 2001 não tornou evidente um estado agressor determinado, localizando apenas um território delimitado - o Afeganistão e partes do Paquistão - como base de treino para insurgentes vindos de diversas partes do globo.

Num mundo global, os conflitos não partem apenas de estados, sendo fácil a organizações, ou grupo de indivíduos, alcançar poder militar de vulto, devido à rápida difusão tecnológica do armamento e à acessibilidade da cibernética.

Por outro lado, caminha-se para uma prática que transforma qualquer local do mundo em campo de batalha; os combatentes já não são um conjunto de soldados identificados com um estado, antes um grupo de insurgentes unidos apenas por uma causa. Em termos físicos, a distinção entre uns e outros é muito problemática.

Desde então, o fabrico e utilização de drones foi crescendo exponencialmente, tendo alterado o contexto da indústria aeroespacial, de forma que grande parte dos investimentos militares estão hoje a ser canalizados para o seu aperfeiçoamento, ao mesmo tempo que outras armas letais de precisão. Caminha-se para a autonomização desse género de armas, que se designam genericamente por *Lethal Autonomous Robotics* (LAR's).

Uma vez que as retaliações operadas com drones armados têm sido feitas particularmente contra territórios asiáticos ou do Médio-Oriente, destacam-se nesta análise os exemplos do Afeganistão e do Iraque, por serem das ocorrências mais antigas (2001 e 2003 respetivamente). Ilustram dois tipos de argumento para justificar os ataques efetuados, quais sejam o direito de legítima defesa (Afeganistão) e o direito à prevenção (Iraque).

O tipo de ataque militar, controlado remotamente, comporta uma nova realidade para as populações civis (nos casos em apreço maioritariamente islâmicas), uma vez que diversas regras de respeito ético poderão não estar a ser observadas, nomeadamente o direito de rendição. A técnica utilizada, de vigilância à distância, torna – por outro lado - ineficaz a distinção entre beligerante ou civil.

O princípio da distinção é posto em causa por um tipo de guerrilha em que os ataques são operados por grupos armados irregulares, desfardados, que se misturam com a população civil.

Classicamente, apenas aos combatentes, membros de determinada organização com disciplina interna, é permitido tomar parte em conflito armado. Os civis distinguem-se por serem todos os não combatentes, perdendo esta a imunidade sempre que sejam ativos.

As lacunas éticas poderão ser aproveitadas por movimentos que se associam a determinada religião, para obtenção de ganhos políticos, através da instigação de confrontos interculturais, servindo-se para isso das tecnologias da informação para a promoção de ações de propaganda.

Este trabalho, não tendo a pretensão de avaliar todos os aspetos associados ao impacto deste tipo de beligerância, propõe-se abordar, no atual contexto geoestratégico, algumas consequências da utilização de veículos aéreos não tripulados, à luz da

salvaguarda do respeito pelas populações civis, estipulada pela convenção de Genebra e pelo Direito Internacional Humanitário.

Será dado enfoque não só às consequências para as populações civis, nomeadamente a afegã e iraquiana, como também às possíveis consequências para civis ocidentais, num cenário de hipotéticos confrontos no seu território com o mesmo tipo de tecnologia, muito provável devido à difusão tecnológica global.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, pretende-se fazer uma ponte entre os conceitos de agressividade, agressão e segurança, intrínsecos à condição humana e, portanto, constituintes da sua evolução histórica, por vezes materializado em guerras.

À luz deste facto, existindo tratados internacionais que estipulam o respeito pelos direitos humanos, nomeadamente em cenários de conflito, procura-se compreender como a opinião pública ocidental contemporânea tem aceite e, de alguma forma, pactuado (pelo silêncio) com atropelos às regras legais existentes; para tal serão observadas as opiniões de teóricos sociais que abordam a questão.

Da mesma forma, analisa-se a presente conjuntura ocidental, caracterizada pelo domínio militar dos EUA, a que se associam diversos países, chamados “emergentes” com destaque para a China.

Reflete-se sobre o desenvolvimento das tecnologias aplicadas à robótica, bem como a generalização da cibernética. Esta última, potenciadora de uma realidade onde países pobres e indivíduos isolados poderão, através da ciberguerra, ganhar destaque e poder, frente a estados historicamente poderosos.

Do mesmo modo, salienta-se a vontade de controlo da informação, por parte do poder tanto económico como estatal, que tende a manipulá-la, difundindo uma versão filtrada dos acontecimentos. Em contraste, assiste-se à tentativa de difusão mais abrangente da realidade, por iniciativa de cidadãos em nome individual, que disponibilizam informaticamente dados classificados pertencentes a países e instituições poderosas (Julian Assange ou Edward Snowden), salientando uma nova realidade: a capacidade de cidadãos, isolados, poderem fazer frente a estados ou organizações poderosas.

No segundo capítulo será observada a conjuntura de inovação tecnológica em que foram desenvolvidos os drones (aparelhos voadores com motor, comandados à

distância), o porquê e as vantagens da sua utilização em ataques militares e quais as suas potencialidades em termos civis.

Avaliar-se-ão os benefícios da guerra aérea remota, executada por drones, nomeadamente o número reduzido de baixas civis e militares, bem como as desvantagens, particularmente o desrespeito por civis e prisioneiros.

Exploram-se ainda os avanços consideráveis que ocorreram e que estão a ocorrer no domínio da tecnologia espacial, nomeadamente no desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados, satélites e mísseis intercontinentais.

No terceiro capítulo analisam-se os efeitos dos bombardeamentos feitos a partir de drones, a territórios considerados inimigos, prática tornada frequente sobretudo após o 11 de setembro de 2001, como já foi referido.

Destacam-se exemplos de bombardeamentos no Afeganistão e no Iraque, cujo argumento é a autodefesa por parte dos EUA e que originou o conceito de “combatente hostil”, para justificar as baixas, retirando aos suspeitos de terrorismo direitos humanos básicos, como sejam a acusação e o julgamento.

Analisar-se-ão, ao mesmo tempo, outras consequências, sobretudo os atropelos à luz do Direito Internacional e do respeito pelos Direitos Humanos, e até que ponto tal poderá originar um retrocesso civilizacional.

A abordagem teórica que esteve na origem desta dissertação teve o contributo de diversos estudiosos de estratégia, política e direito internacional e tem por base uma visão compreensiva e analítica fundamentada em bibliografia consistente de especialistas em diversos assuntos: Defesa, Médio Oriente, Segurança Cibernética, Filosofia.

Também se referem os relatórios sobre execuções arbitrárias com drones e robots (armas letais autónomas) do relator especial das Nações Unidas, Christof Heyns, apresentadas na Assembleia Geral, entre outros.

A partir da análise dos diferentes elementos coligidos, procurar-se-á integrar as diversas perspetivas, de modo a promover a discussão sobre a nova dimensão dos conflitos armados, que radica na sua não-formalidade, na ausência de declaração de guerra e na sua quase clandestinidade; promover o debate público sobre as consequências éticas deste tipo de resposta (programa secreto de transporte de

prisioneiros, sem acusação formal, e ataque com drones a territórios considerados hostis, sem guerra declarada) e até que ponto tal não implica um recuo civilizacional.

CAPÍTULO I: TRADIÇÃO CULTURAL, GUERRA E SEGURANÇA

Este trabalho relaciona-se com a temática da *agressão*, enquanto pulsão de ataque, ou defesa, enquadrada na realidade maior da globalização, onde o armamento e o palco de batalha adquirem novas formas.

No presente cenário a tecnologia drone adquire uma importância gradativa, sobretudo quando aplicada ao antagonismo militar, devido às consequentes implicações morais.

Por outro lado, procurar entender o conflito e o papel do Estado perante o fenómeno da guerra é uma preocupação de sempre. Teorias produzidas em torno de uma compreensão minimamente plausível mostram até que ponto o assunto inquieta e está vivo.

Uma corrente *realista* tem como cenário a centralidade do Estado envolto por conflitualidade, e que, devido à ausência de uma força supranacional de contenção de antagonismos, fica limitado na capacidade para a gestão de litígios.

Os realistas, assentes no pensamento de Thomas Hobbes, em resposta ao idealismo político (diplomacia aberta e multilateral, baseado no respeito pelas regras do direito internacional, teorizado por Immanuel Kant), assumem a amoralidade da guerra.

Michael Walzer¹ promove uma moralidade deontologista (respeito pelas normas ou tratados) suportada na defesa de direitos e não em cálculos de utilidade ”O utilitarismo, se queria o mais precioso e obstinado dos argumentos morais, acaba por ser o mais especulativo e arbitrário. Porque temos de atribuir valores onde não há uma avaliação consensual, uma hierarquia de valores reconhecida, um mecanismo de mercado que permita determinar o valor positivo ou negativo de diferentes atos e resultados”².

¹ Michael Walzer, filósofo político americano, defensor do comunitarismo. Para ele a teoria política deve basear-se nas tradições e culturas das sociedades, por oposição ao que considera ser a abstração existente na filosofia política.

² Walzer, Michael – A Guerra em Debate. Lisboa: Livros Cotovia, 2004, p. 56.

Danilo Zolo³ discorda da posição de Walzer, baseada no respeito por tratados, considerando que algumas intervenções militares justificadas com a existência de tratados e fundamentadas como “guerra preventiva” deverão ser consideradas terroristas. Aponta como exemplo intervenções militares dos EUA e Inglaterra em diversos territórios que apesar de “legitimadas” por resoluções do Conselho de Segurança da ONU serão terroristas “...la guerra de Estados Unidos y Gran Bretaña contra Irak, com uso copioso de medios de destrucción masiva, sus massacres de civiles, la ocupacion militar del país y la depredación de sus recursos energéticos, es el ejemplo paradigmático de la naturaleza terrorista de la “guerra global preventiva” contra el *global terrorism*”⁴.

A doutrina comunitarista funda-se no princípio de que a individualidade resulta das interações com a comunidade (unida por lugares ou interesses) e não apenas de características pessoais.

Walzer defende uma doutrina *comunitarista* das emergências supremas (apelada por Zolo de *grotesca teoría*⁵), ou seja, se um estado é confrontado com um *risco extremo* da comunidade política, com sujeição dos seus membros, este poderá atacar de modo legítimo inocentes, subvertendo regras de guerra. O autor advoga a adoção de critérios *utilitários e realistas* se estiver em causa a continuidade da comunidade; neste sentido é partidário das intervenções de cariz militar se estas forem feitas em defesa de valores humanitários ou de respeito pelos direitos humanos “Não existem momentos na história humana que não sejam regidos por normas morais (...) Mas há momentos em que as regras podem ser, e talvez tenham de ser, postas de lado”⁶.

Refira-se ainda a corrente pacifista, movimento contrário à utilização da força que se centra no diálogo entre culturas, bem como na diplomacia, o esforço necessário e obrigatório para obtenção da paz, única forma de combater a imoralidade da guerra.

Em qualquer das correntes assinaladas está subjacente a ideia da agressividade humana, verdadeira auto-ameaça e, por contraponto, a necessidade vital de segurança. Ao contrário de outras espécies o homem não possui freios inibidores naturais de modo

³ Danilo Zolo, filósofo e jurista italiano, tendo o seu pensamento um carácter interdisciplinar abarcando a filosofia política, o direito e as relações internacionais.

⁴ Zolo, Danilo – *La Justicia de los Vencedores*. Madrid: Editorial Trotta, 2007, p. 151.

⁵ Zolo, Danilo, op. cit., p. 150.

⁶ Walzer, Michael, op. cit., p. 52.

que a invenção de armas, operadas cada vez a maior distância poderão torna-lo numa máquina de destruição da sua espécie “Durante a pré-história do homem, não existiu portanto nenhuma pressão da selecção que tivesse produzido um mecanismo inibitório que impedisse o assassinio dos congéneres até ao momento em que, de repente, a invenção de armas artificiais perturbou o equilíbrio entre as possibilidades de matar e as inibições sociais”⁷.

Após o final da IIª Guerra Mundial, o ocidente viveu décadas de relativa paz e prosperidade, que permitiram o desenvolvimento de individualismo, consentâneo com a liberdade individual. O ataque às Torres Gémeas, em 2001, trouxe insegurança à população norte-americana, assim como incerteza e inquietação ao “velho continente”, envelhecido e defrontado com níveis invulgares de desemprego.

Neste ambiente, os drones de ataque introduziram, nas intervenções militares pós-11 de setembro, uma nova dinâmica que agrada aos eleitores: menores custos e maior eficácia.

A palavra drone tem origem no termo inglês “Dran”, que designa o macho da abelha, conhecido como zângão. Foi adaptada para classificar os aparelhos voadores de motor, telecomandados, conhecidos por emitirem um zumbido característico originado pelas hélices.

A sua tecnologia veio para ficar e é utilizada em diferentes campos tanto na vida civil como na militar, a este nível sobretudo nos Estados Unidos “UAV technologies are here to stay. Used foolishly they can endanger our interests, diminish regional and global stability, and undermine our values. Used wisely, they can help advance national security interests even as we foster a more robust international commitment to the rule of law”⁸.

O Tenente-General Garcia Leandro delineia, entre outras, as seguintes características no futuro campo de batalha - todas elas consonantes com os drones⁹:

– Aumento da capacidade destrutiva das armas convencionais;

⁷ Lorenz, Konrad – A Agressão. Uma História Natural do Mal. Lisboa: Relógio D’Água, 1992, p. 251.

⁸ The Stimson Center, Recommendations and Report of the Task Force on US Drone Policy, 2014, p. 4.

⁹ Leandro, Garcia, AAVV – Terrorismo. Coimbra: Almedina, 2004, pp. 338-339.

- O combate não será prejudicado pela noite, pelas condições meteorológicas e pela camuflagem (meios tecnológicos);
- Logística mais complexa, mas simultaneamente construção de equipamentos cuja manutenção seja simples;
- Utilização de robôs para missões especiais;
- Batalhas curtas, para o que serão vitais informações militares muito precisas e rápidas, o que enfatiza a importância de tecnologias avançadas;
- Menor importância para o choque e maior para a manobra e o fogo;
- As frentes do campo de batalha serão muito irregulares ou não existirão; como consequência ocorrerá uma importância acrescida dos meios C3i (comando-controle-comunicações-informação);
- Utilização do espaço para fins militares;
- Grande ênfase na guerra eletrônica e na guerra psicológica, qualquer delas para paralisarem o opositor.

Projeta-se, no entanto, o problema de saber até que ponto as intervenções militares feitas com o auxílio deste tipo de arma de guerra não colocam em causa valores éticos conquistados no passado, espelhados em legislação internacional e defendidos por organizações mundiais.

I.1 – Novos cenários de Guerra

A agressividade é inerente ao ser humano sendo um elemento, ou constructo, da personalidade, algo que o predispõe para uma determinada ação. A agressão poderá designar-se como a ação propriamente dita, ou seja, um comportamento.

A agressão, relacionada com a sobrevivência individual e coletiva, existe desde os primórdios. Na escala da evolução prevaleceu a espécie humana sobre as outras, não só pela inteligência, mas também por ser a mais predadora.

Por ser constituído por indivíduos agressivos, existe grande probabilidade de o mundo continuar a ser palco de conflitos endémicos "Um observador ingénuo de outro planeta que olhasse o homem tal como ele é hoje, com uma bomba H, produto da sua inteligência, na mão, e, no coração, o instinto de agressão herdado dos seus antepassados antropóides e que não pode ser dominado pela sua razão, não profetizaria

longa vida à humanidade (...) Se ele apenas fosse uma reação contra certos fatores exteriores, como pretendem numerosos sociólogos e psicólogos, a situação da humanidade não seria tão perigosa como é, porque nesse caso os fatores que suscitam tais reações poderiam ser estudados e eliminados com alguma esperança de êxito”¹⁰.

Por outro lado, a segurança destaca-se entre as principais necessidades básicas humanas. Abraham Maslow¹¹ concluiu que, a seguir às necessidades fisiológicas, vem a necessidade de *segurança* (sobretudo a de proteção contra a violência), entre outras.

No que diz respeito à sociedade ocidental, a Europa esteve sujeita a longos períodos de guerras intestinas no decorrer da sua História.

Durante séculos as batalhas decisivas eram levadas a cabo por exércitos que envergavam uniformes e insígnias e decorriam em territórios situados fora dos núcleos populacionais.

Este cenário alterou-se durante o séc. XX, sobretudo durante a II Guerra Mundial, devido à destruição de fábricas de armamento, redes viárias e ferroviárias, instalações militares e depósitos de matérias-primas, muitas vezes situadas dentro do perímetro de cidades.

A II Grande Guerra terminou em 1945; seguiu-se um período duradouro de paz e desenvolvimento económico, que persiste até ao presente. Ressalva-se, como exceção, o conflito na antiga Jugoslávia (1991-2001), que opôs diversos países que a compunham e que terá provocado a morte e o desaparecimento de milhares de pessoas¹².

No entanto, sobretudo desde o início deste século, essa prosperidade vem diminuindo, o que deixa muitas interrogações no ar. É que, historicamente, os períodos de depressão económica corroem a paz social, promovendo a criação de conflitos.

Após o final da II Grande Guerra, foi desencadeado um esforço de contenção relativamente à proliferação de armamento, com relevo para o nuclear. Com a queda do

¹⁰ Lorenz, Konrad, op. cit., p. 63.

¹¹ Psicólogo americano (1908-1970) que concebeu uma pirâmide onde arrumou as necessidades humanas de modo hierárquico. Na sua base estão as necessidades primárias (fisiológicas e de segurança) e no topo as secundárias (sociais, estima e realização). O percurso é feito por etapas e estas são ultrapassadas à medida que as necessidades vão sendo satisfeitas, de modo menos parcial.

¹² Amnistia Internacional Portugal: Balcãs: Milhares ainda desaparecidos duas décadas após os conflitos [Em linha]. Lisboa, Portugal: Amnistia Internacional [Consult. 11 Abr. 2015] Disponível em: http://www.amnistiainternacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1140:balcas-milhares-ainda-desaparecidos-duas-decadas-apos-os-conflitos&catid=35:noticias&Itemid=23

Muro de Berlim, em 1989, o que parecia ser um cenário de esperança, pelo fim da competição bipolar pelo controlo do armamento, entre a União Soviética e os Estados Unidos, veio afinal mostrar novos motivos de preocupação.

Na atualidade, a ordem mundial caracteriza-se pela globalização da economia, com desenho de nova geopolítica, assinalada pela fragmentação dos blocos regionais.

A globalização relaciona-se com uma interdependência económica geral e com a proliferação de tecnologia. Os estados, respetivas populações e empresas, estão ligados pelos meios de comunicação de massa, pelos transportes, pelo comércio (internacionalização da produção) e pela circulação global dos fluxos de capitais, sendo a partilha do mercado global feita pelas grandes corporações económicas e estados poderosos.

A nova ordem é multipolar, com cariz ideológico marcadamente económico-financeiro. É possível esta definição, tendo em conta a diversidade de polos ou centros de poder, onde se destacam os EUA, a União Europeia (com predomínio da Alemanha), o Japão, a Rússia e a China.

O cenário multipolar, com os EUA como maior potência militar, não trouxe consigo muita tranquilidade no que diz respeito à paz. No avanço “Colossal, o poder militar americano é de conceção clássica (quer dizer, configurado durante a Guerra Fria) e assenta sobretudo numa tecnologia sem par”¹³.

O desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas à robótica e a generalização da cibernética acarretam muitas inquietações, uma vez que estas ficaram acessíveis não só a estados “...a tecnologia informática fornecerá, provavelmente, ao Pentágono e aos serviços secretos americanos os meios para combaterem tiranos e ditadores sem verterem uma gota de sangue...”¹⁴, como também a atores não estatais, estados falhados e estados pária “...poderão ser desencadeadas ações ciberespaciais de guerrilha, correspondentes, em tempo de paz, a atividades de cariz criminoso, por vezes de grande dimensão...”¹⁵.

¹³ Bauer, Alain e Raufer, Xavier – A Globalização do Terrorismo. Lisboa: Prefácio, 2003, p. 100.

¹⁴ Nora, Dominique - Os conquistadores do Ciberespaço. Lisboa: Editora Terramar, 1996, p. 63.

¹⁵ Santos, Loureiro dos – O Futuro da Guerra. Lisboa: Nova Vega, 2014, p. 21.

Em termos de poder global, num cenário geoestratégico, o controlo do espaço, dos mares e da cibernética são essenciais, e os EUA estão bem posicionados. No entanto, a realidade é dinâmica e tendem a surgir novos atores na competição.

A China poderá estar bem colocada no controlo do tabuleiro geoestratégico, sendo a sua economia uma fonte de poder “Os Estados Unidos continuam a dominar no poder militar, mantêm uma influência política e económica a uma escala global ímpar (...). Dir-se-á que a China já contesta na prática esta hegemonia e que no domínio económico-financeiro existe um G2¹⁶ equilibrado e interdependente”¹⁷.

A predominância tecnológica poderá, no futuro, ser insuficiente para enfrentar o novo tipo de ameaças globais: ciberguerra, alterações climáticas, assim como pandemias potenciadoras de grandes deslocações de populações, terrorismo nuclear, etc. “A tecnologia não revela nada das intenções do inimigo. Sozinha, ela não pode fazer face a uma determinação. Pode permitir ter consciência de um problema, mas não pode adquirir um saber – ainda menos compreender. Em conclusão, no domínio militar, ela não oferece mais do que capacidades, não oferece vitórias.”¹⁸.

Num cenário globalizado, estar na posse do poder militar não será sinónimo de vitória certa “Ao fazer projeções do futuro, o Conselho de Informação Nacional (...) aventa que a utilidade da força militar tem vindo a entrar em declínio no século XXI”¹⁹, sobretudo porque os cenários de guerra deixaram de ser convencionais.

Os exércitos pertencentes a estados deram frequentemente lugar a combatentes sem farda, difíceis de distinguir entre a restante população; também o Estado clássico resulta hoje, por vezes, num território de ninguém, ou Estado falhado “Chamam-se “despedaçados” ou “desfalecidos” ou “encalhados”, estes fantasmas de Estados que representam o maior perigo para o futuro do mundo. Estas zonas cinzentas ou áreas caóticas não são na realidade mais do que focos de doenças graves e de epidemias,

¹⁶ O G2 baseia-se, em tese, na conceção de relacionamento informal entre os EUA e a China, de forma a privilegiar o intercâmbio económico. Como troca, a China poderia tornar o valor da sua moeda (yuan) mais flexível, enquanto os EUA controlariam de forma mais eficaz o seu *deficit*, de modo a proteger os investimentos chineses em moeda americana (dólar). Em última análise desenvolver-se-ia um novo equilíbrio à escala global, quicá um bilateralismo, protagonizado pelos dois países.

¹⁷ Pires de Lima, Bernardo - R.I. - Relações Internacionais. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 57.

¹⁸ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, op. cit, p. 71.

¹⁹ Nye Jr., Joseph S. - O Futuro do Poder. Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2012, p. 49.

centros de inumeráveis tráficos ilícitos, santuários de pervertidos, criminosos ou terroristas”²⁰.

Ao contrário da perspectiva de Grotius²¹, que abordou o Direito de Guerra em termos de conflito entre estados soberanos, a atual realidade bélica deverá ser também considerada como podendo decorrer no território de estados falhados, ou pelas mãos de intervenientes não estatais, com capacidade de se deslocar em vastas áreas.

O presente século tem-se caracterizado pelo aumento de conflitos irregulares, e o acesso à tecnologia de ponta por parte de insurgentes poderá conduzir à utilização de capacidades de destruição em massa, com um número limitado de combatentes. Joseph Nye é claro quando afirma que “As guerras entre estados tornaram-se menos comuns do que os conflitos internos e do que as guerras transnacionais que envolvem intervenientes não estatais”²².

De igual modo, com a progressiva baixa de custos e a fácil acessibilidade, as redes informáticas deixaram de ser de utilização exclusiva de governos, para passarem a estar à disposição de estados pária e redes criminosas, que apesar das limitações financeiras ganham destaque, granjeando relevância a nível do poder mundial.

Intervenientes não-governamentais, em nome individual, como Julian Assange, australiano fundador da organização Wikileaks, que divulgou segredos militares americanos e ainda outras informações confidenciais de países e empresas, recolhem e disseminam informações sensíveis, que complicam o decorrer de ações militares e movimentações secretas por parte de estados.

Entre as informações confidenciais encontravam-se dados sobre possíveis crimes de guerra, operados durante as intervenções no Afeganistão e no Iraque e que fragilizaram a política de defesa americana “The Pentagon’s prescience was remarkable, as the website was poised to publish a massive cache of documents that ranged from

²⁰ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, *ibidem*, p. 280.

²¹ Hugo Grotius (1583-1645), é considerado um dos fundadores do Direito Internacional, desenvolvendo a doutrina da guerra justa, tendo escrito, entre outras, a obra “*De jure Belli ac Pacis*”, onde critica a falta de regulação da guerra, defendendo a necessidade da existência de um direito comum entre as nações.

²² Nye Jr., Joseph S., *op. cit.*, p. 53.

diplomatic cables to memos and videos directly related to the US military's war efforts in Iraq and Afghanistan”²³

Outro exemplo em nome individual é Edward Snowden, cidadão americano que trabalhou para a National Security Agency (NSA) e que divulgou documentos de programas secretos de vigilância individual global, tendo chamado a atenção da opinião pública para a questão da invasão da privacidade e da segurança digital, dando origem a um debate atual sobre o tema

Em resumo, indivíduos isolados e países pobres poderão, através da ciberguerra, ganhar destaque e poder, frente a estados anteriormente considerados como poderosos²⁴.

I.2 – Ataque às Torres Gémeas e ideia de Segurança

O ataque às Torres Gémeas imprimiu, na sociedade americana, uma onda de choque de grande dimensão, trazendo consigo a queda simbólica da noção de fortaleza inexpugnável, em tempos de segurança, que de certo modo existiu no passado “In some respects the attacks were more devastating. Instead of 1941 Hawaii, which was not then a state, the targets were the power centers of the homeland. Instead of Japan, the attacks were conducted by shadowy enemy that had no country or visible army”²⁵.

De súbito, instalou-se a noção de que a guerra vinda do exterior tinha atingido o país, *ao contrário de outros conflitos no passado recente*. Nos anos cinquenta, Rosa Parks, uma afro americana, com o gesto simbólico de não cedência do seu lugar num autocarro, tinha dado início ao movimento de luta pelos direitos das minorias negras, que foi continuado pelo reverendo Martin Luther King²⁶ e por Malcolm X²⁷ nos anos sessenta e setenta.

Também na área da luta pelos direitos cívicos americanos, nos anos sessenta, assistiu-se a manifestações pela defesa dos direitos das mulheres, contra a intervenção americana na guerra do Vietname – 1964 a 1973 e ainda pelos direitos dos

²³ Singer, P. W. and Friedman, Allan – Cyber Security and Cyberwar, What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University, 2014, p. 52.

²⁴ Nye Jr., Joseph S., *ibidem*, p. 140.

²⁵ Woodward, Bob – Plan of Attack. London: Simon & Schuster, 2004, p. 16.

²⁶ Martin Luther King Jr (1929-1968), ativista político norte-americano, responsável pelo movimento de defesa dos direitos civis da comunidade negra.

²⁷ Malcolm X (1925-1965), ativista e defensor do nacionalismo entre a comunidade negra norte-americana.

homossexuais. *Em todos estes movimentos esteve sempre implícita a ideia de confronto civil pela defesa da ideia de justiça social, como é culturalmente entendida.*

O ataque às Torres Gémeas firma-se numa lógica profundamente diferente, de radicalismo extremo, enquadrado numa visão de luta persistente, com fundo político-religioso ”Os ataques da Al-Qaeda não pretendiam ser manobras negociais ou protestos, mas sim um cumprimento de uma Fatwa que prescrevia o assassinio de Americanos; os ataques haviam sido planeados, organizados e apoiados a partir do estrangeiro; e os efeitos tinham uma ordem de magnitude diferente em relação a qualquer outro incidente terrorista anterior”²⁸.

Apesar do envolvimento na II Guerra Mundial, o território continental americano tinha, até aqui, sido poupado; a participação no conflito foi decisiva no resultado, mas feita “à distância”, tendo o pós-guerra originado um período de prosperidade económica.

De certo modo, a situação geográfica do país tem funcionado como um fator de defesa militar, conferindo aos cidadãos a ideia garantida de estabilidade e segurança.

O ataque de 2001 veio destruir esta conceção de imunidade perante invasões externas e colocou o governo em cheque, tendo-o pressionado a adotar uma resposta concreta de modo a aquietar a opinião pública “Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, contra o World Trade Center e o Pentágono, constituíram um ponto de viragem – para a administração, para os Estados Unidos e para as relações norte-americanas com o mundo. Foi um acontecimento cataclísmico, uma vez que forças que nos ameaçavam do exterior tinham destruído o nosso sentimento de segurança e a imagem de invulnerabilidade aqui, no nosso país”²⁹.

I.3 – Informação na cultura ocidental

É conhecida a importância da informação na tomada de decisões, tendo em vista a resolução de problemas. A guarda, o acesso e o reconhecimento da sua importância foi variando ao longo da história, generalizando-se a sua difusão a partir do surgimento da imprensa no séc. XVI, com a edição de livros impressos, e com a vulgarização da imprensa escrita a partir do séc. XVIII.

²⁸ Clark, Wesley K. – Vencer as Guerras Modernas, Iraque, Terrorismo e o Império Americano. Lisboa: Temas e Debates, Atividades Editoriais, 2004, pp. 11-12.

²⁹ Clark, Wesley K., op. cit., p. 33.

O séc. XX viu surgir poderosos meios de comunicação de massas, divulgadores da informação através da rádio, dos jornais, do cinema e a “*novidade*” Internet, a mais democrática e, talvez, a mais perigosa forma de expressar opiniões.

A globalização da informática veio possibilitar não só todo o tipo de transações comerciais e transferência de capitais, mas também da circulação planetária da informação.

Esta realidade trás consigo, como sempre, a vontade de controlo da informação por parte do poder, tanto económico como estatal, que tende a manipular e usar em seu favor.

Haverá uma tendência, cada vez maior, para a difusão filtrada da realidade, veiculada de modo a obter um fim que, em última análise, poderá levar ao derrube de regimes políticos³⁰.

Essa capacidade de manipulação da opinião pública terá sido utilizada, por exemplo, na intervenção do Iraque, em 2003 “Actualmente não há qualquer ameaça contra nós vinda do Iraque, mas 70% do povo americano acredita que foi o Iraque que atacou o Pentágono e o World Trade Center. E querem saber porquê? Porque é isso que a administração americana quer que eles pensem!”³¹.

A gestão da informação é um tema complexo e potencialmente perigoso, tendo sido utilizada em grande profusão por regimes autoritários. Durante o regime hitleriano, por exemplo, os nazis foram exímios na sua manipulação, promovendo o culto da personalidade do líder político. Ao mesmo tempo, controlaram a liberdade de expressão e de imprensa, manipulando sem limites a opinião pública, recorrendo ao cinema, a rádio, cartazes publicitários e jornais.

Torna-se cada vez mais necessário a elaboração de uma narrativa que explique às populações “a realidade” (verdadeira ou possível) de modo a que estas, por exemplo, não sejam impelidas para um percurso radical ”...propaganda is an effort to advertisse, to sell a certain political or economic system, to promote one particular world vision”³².

³⁰ Santos, Loureiro dos, op. cit., pp. 31; 64-65.

³¹ Clarke, Richard A. – Contra Todos os Inimigos. Algés: Difel, 2004, p. 332.

³² Chomsky, Noam e Vltchek, Andre – On Western Terrorism, from Hiroshima to drone warfare. New York: PlutoPress, 2013, p. 49.

Da mesma forma, por parte de insurgentes ou estados rebeldes, a luta pela comunicação/informação assume fundamental importância, visando apoios da opinião pública para, por exemplo deporem uma autoridade política.

Os insurgentes islamistas, tal como outros grupos radicais no passado, têm vertido o argumento religioso no confronto cultural e social, tentando impor, em várias frentes, uma corrente radical do Islão³³, como modo de obtenção do poder político “Na questão do poder – mesmo que homiziado em roupagens religiosas ou civilizacionais – reside o fulcro e a razão última desta luta de morte contra o Ocidente e os Estados “laicos” dos próprios países de maioria muçulmana”³⁴.

O *Estado Islâmico* é disso exemplo maior, pelo recurso a “...instrumentos da moderna tecnologia ocidental, tal como meios de comunicação, têm sido postos ao serviço da causa islâmica e têm contribuído para aumentar a consciencialização das massas”³⁵.

Todas as ferramentas disponíveis, com recurso intensivo da internet e das redes sociais, são atualmente armas do *Estado Islâmico* na divulgação de propaganda político-religiosa, à luz de outros aproveitamentos publicitários feitos por distintas confissões religiosas, beneficiando das armas propagandísticas existentes na sua época “...estamos envolvidos numa guerra de Poder, que usa como instrumentos mobilizadores os Fundamentalismos Religiosos, acompanhada por uma imensa campanha de propaganda. E, não só não há fundamentalismos bons, como a Democracia poderá não sobreviver perante a Fé Exacerbada (Loucura) dos Fundamentalistas. Fala-se muito do Fundamentalismo Islâmico e dos seus métodos, mas existe um Fundamentalismo Judaico tão radical (desesperado pela Sobrevivência de Israel) e um fundamentalismo Cristão, da Direita do Partido Republicano nos EUA...”³⁶.

O Ocidente, como o entendemos, travará as suas batalhas para conter, no seu “território”, atos terroristas e nomeadamente os que surgem com fundamento religioso.

³³ Religião monoteísta, coligida no Corão, sendo o seu profeta Maomé. A religião muçulmana está dividida em dois ramos de crentes, os Xiitas e os Sunitas.

³⁴ Torres, Adelino. AAVV – Terrorismo. Coimbra: Almedina, 2004, p. 41.

³⁵ Ferreira Pinto, Maria do Céu – Infiéis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, p. 27.

³⁶ Leandro, Garcia, AAVV, ibidem, p. 344.

Tal como noutros períodos históricos “O perigo do fanatismo e a obrigação de lhe opormos uma resistência constante é, talvez, um dos ensinamentos mais fecundos que podemos retirar da História”³⁷, de modo a preservar os valores do humanismo universalista.

I.4 – Direito Humanitário

No que se convencionou chamar Guerra Fria, período que podemos enquadrar entre finais de 1945 e 1991 (fim da II Guerra Mundial e a Queda da antiga URSS) o conceito de segurança direcionava-se, predominantemente, para a segurança dos estados, na perspetiva da defesa dos respetivos territórios.

O conceito atual, mais abrangente, leva em conta a perspetiva societal, humana e ambiental, entre outras. As novas ameaças têm por cenário o mundo globalizado, onde proliferam armas de destruição em massa, catástrofes naturais e o crime organizado, de nível transnacional.

Não obstante todas as suas limitações, o Ocidente mantém uma longa tradição democrática, sobretudo desde o pós-guerra, levando já algumas décadas de respeito pelo princípio dos direitos humanos no seu território “...a nossa civilização ocidental, apesar de tudo o que, com razão, se lhe possa censurar, é a mais livre, a mais justa, a mais humana, a melhor de que temos conhecimento na história da humanidade. É a melhor porque a mais predisposta ao aperfeiçoamento (...) É sabido que também a nossa civilização é muito imperfeita”³⁸.

O enquadramento legal da guerra, com o consequente refrear do uso da força, contribui para evitar e limitar situações de caos.

A Lei Internacional Humanitária ou Direito Humanitário Internacional (DHI) integra o Direito Internacional Público e agrupa diversas normas internacionais de origem consuetudinária, ou convencional, aplicando-as a todos os conflitos armados, protegendo os civis e não os Estados.

O DHI funda-se em três princípios a ter em conta, na aplicação e uso da força durante conflitos: *Distinção, Necessidade e Proporcionalidade*.

³⁷ R. Popper, Karl - Em Busca de um Mundo Melhor. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989, p. 132.

³⁸ R. Popper, Karl, op. cit., p. 110.

O princípio da *distinção* regula o uso legal da força nos conflitos armados e estabelece o discernimento entre combatentes e civis; no entanto, algumas situações particulares, como sejam a utilização de humanos como bombas, ou como escudo, a distinção torna-se difícil e, em muitos casos, inquietante no momento da decisão para o combate.

Esta dificuldade, colocada à guerra remota, complica aos operadores de drones a tarefa de respeitar o princípio da distinção, ou seja, de se certificarem garantidamente se os alvos a abater são militares ou civis.

Há quem defenda que a aplicação do respeito pelo princípio da distinção prevista no DHI poderá explicar o desenvolvimento da tecnologia drone “...the increasing use of drones has been a technological reaction of state militaries to the legal (and moral) requirements imposed by IHL. By taking the position that human shielding is illegal but legally effective, IHL imposed requirements for increasing intelligence accuracy and increasing control of weapons employment decisions upon state militaries wishing to comply with IHL and minimize civilian casualties (...) That technology has come in the form of armed drone”³⁹.

O princípio da *necessidade* implica que os danos causados aos civis e respetiva propriedade deverão ser *proporcionais* à vantagem militar. A necessidade militar aplica-se igualmente ao armamento, sobretudo durante o processo de conceção, e implementação.

Existe hoje a confluência de diversos fatores que contribuem para uma complexidade do DHI, a saber:

- ✓ Desenvolvimento de armamento de controlo remoto, problema agravado com a aproximação de utilização das armas letais autónomas;
- ✓ Crescente importância estratégica de grupos de insurgentes que operam com ataques irregulares;
- ✓ Progressiva dificuldade em aplicar o princípio da distinção, devido ao uso gradual de civis em combate.

³⁹ Lewis, Michael W. and Crawford, Emily – Drones and Distinction: How IHL Encouraged the Rise of Drones, 2012, p. 1165.

Em caso de conflito armado, defende a norma, a força letal poderá ser utilizada contra beligerantes e civis, apenas se estes forem parte ativa nas hostilidades.

Igualmente para acautelar os direitos humanos foi pensada e proclamada pelas Nações Unidas, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, após anos de destruição provocada por duas guerras fratricidas na Europa, consistindo esta num conjunto de normas (trinta artigos) com a pretensão de regular, universalmente, as relações individuais e coletivas.

No que se refere à segurança destaca-se o artigo 3º: “Todas as pessoas têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.

A segurança constitui, portanto, um *direito inalienável* e está igualmente subjacente à noção de Direito Natural – conjunto inalterável de regras universais justas. Os seus princípios são simples, imutáveis e intemporais e partem do princípio que existe uma ordem intrínseca, que não depende da vontade humana, antes é a sua fundadora.

Ainda no que diz respeito aos direitos individuais, a mesma declaração proclama no seu artigo 19º, o direito à liberdade de opinião e de expressão, considerando a liberdade de manter as suas próprias opiniões sem interferência e de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de expressão, independentemente das fronteiras.

Estes princípios têm, ao longo do tempo, fundamentado e legitimado o ordenamento jurídico ocidental e contribuído para o aperfeiçoamento de hipotéticas lacunas.

Persiste o clássico esforço na manutenção do equilíbrio, difícil, entre a *liberdade* individual, enquanto necessidade de agir de acordo com as convicções pessoais, nos limites da ética, e a *segurança* individual e coletiva.

Convém reter, neste momento, o velho *ethos* (lugar original da ética) grego, como modo de ser, relacionando-o com a existência de uma agregação de princípios e valores morais, que deverão conduzir a um comportamento humano harmónico e aceitável.

A ética pertence ao campo teórico e relaciona-se em termos conceptuais, com as preocupações inerentes às ações humanas, sendo as questões práticas remetidas para o campo da moral, estando esta sujeita às regras culturais específicas de cada povo “...a

função da moral, que é restabelecer um equilíbrio aceitável entre os instintos do homem e as necessidades de uma ordem social evoluída pela cultura...”⁴⁰.

A moral relaciona-se com a consciência adquirida, tendo como ponto de partida a tradição e a educação em sociedade; no fundo, trata-se das normas sociais que regulam o comportamento; a ética traduz-se na conduta do indivíduo face às normas adquiridas.

Para os diversos tipos de sociedades, ou grupos humanos, existem diversos tipos de códigos morais. As fricções culturais são, por norma, uma resultante destas diferenças “A ética exige que superemos o nosso ponto de vista pessoal e que adotemos uma posição semelhante à do espectador imparcial que adota um ponto de vista universal”⁴¹.

Para ultrapassar os escolhos morais relativos à coexistência entre os diferentes agrupamentos humanos, é necessário o esforço de nos colocarmos na realidade do outro, de modo a compreendê-lo “...quando fazemos um juízo ético, temos de ir além de um ponto de vista pessoal ou sectorial e ter em consideração os interesses de todos os afetados. Isto significa que ponderamos interesses, considerados simplesmente como interesses e não os nossos interesses, os interesses dos australianos ou dos europeus”⁴².

Neste campo e relativamente à guerra aérea remota coloca-se a questão de se saber se é ético ou legítimo bombardear à distância populações civis haja, ou não, uma declaração formal de guerra.

A questão já foi alvo de legislação internacional própria. Neste sentido, os civis vítimas de guerra estão protegidos, sobretudo ao abrigo da 4ª Convenção de Genebra e da Resolução 2444 (XXIII) das Nações Unidas (ONU). As regras de conduta que definem os conflitos armados estão estabelecidas pelas Convenções de Haia.

A Lei da Guerra, *jus in bello*, procura regar as hostilidades, mitigando as suas consequências. Fundamenta-se nas Convenções de Haia (1899 e 1907), Convenções de Genebra (1949) e no Direito de Nova Iorque (regras de Direito Humanitário emanadas pelas Nações Unidas).

⁴⁰ Lorenz, Konrad, *ibidem*, p. 255.

⁴¹ Singer, Peter – *Ética Prática*. Lisboa: Gradiva, 2000, p. 343.

⁴² Singer, Peter, *op. cit.*, p. 38.

O bombardeamento sem declaração formal de guerra é considerado uma agressão, não sendo aceite pelo normativo ético, ao mesmo tempo que viola a carta da ONU.

Todavia, apesar de toda a regulamentação internacional, existem dúvidas acerca da sua atualização e justa aplicação “La regulación del fenómeno de la guerra que se afirmo durante el siglo pasado muestra lagunas normativas e incongruencias deónticas tan graves que la vuelven funcionalmente incapaz de regular y contender, incluso en una mínima parte, el uso de la fuerza internacional”⁴³.

I.5 – Sociedade e relativismo cultural

A sociedade ocidental, nomeadamente a europeia, fundada na democracia e no respeito pelos direitos humanos (conquistas recentes numa história milenar) encontrou a sua encruzilhada. Após décadas de desenvolvimento industrial, no pós guerra, assiste-se a uma decadência crescente. Fatores diversos, nomeadamente as políticas económicas e financeiras, têm gradualmente afetado o chamado “estado social”, explicam, em parte, essa decadência.

Para além deste facto, considere-se o desequilíbrio demográfico, por comparação com os restantes continentes. Os níveis de conforto das últimas décadas cairão inexoravelmente, tendo em conta a abrupta diminuição de contribuições para a segurança social, por parte da população ativa diminuta; os mais idosos e os mais frágeis serão as vítimas maiores.

Contrariamente a continentes como Ásia ou África, a velha Europa assiste a um decréscimo populacional, com reflexos futuros ainda desconhecidos, na composição e estrutura da sociedade; a renovação demográfica suporta-se, em número significativo, de populações migrantes, tantas vezes distantes nos hábitos.

O hedonismo ocidental, conjugado com a fraca natalidade e a não aceitação de baixas militares, faz com que o investimento em tecnologia militar de ponta seja cada vez mais necessário de modo a garantir a segurança das populações e a estabilidade governativa.

A distribuição global da riqueza continua profundamente desequilibrada, e a disseminação de guerras diversas faz com que continuem a afluir ao continente europeu,

⁴³ Zolo, Danilo, ibidem, pp. 62-63.

em declínio económico, milhões de seres humanos em busca de paz, de outras condições de vida – de sobrevivência em suma.

Neste afluxo chegam similarmente criminosos, que a coberto do relativismo cultural mobilizam descontentes e executam ações terroristas “...hoje no mundo – e mesmo às portas da própria União Europeia, a verdadeira ameaça emana das milícias e das guerrilhas mutantes, de entidades híbridas povoadas de terroristas, de “bandidos patrióticos” e de militares desertores: - Comandados por “profetas” iluminados, generais dissidentes, senhores da guerra ou puros e simples bandidos. – Ignorando todas as leis internacionais – em primeiro lugar as que relevam do respeito humanitário – e obdiente, seja à lei da selva, seja à “lei de Deus”...”⁴⁴.

O *relativismo cultural*, conquista maior do ocidente, assimila no seu percurso histórico, conceitos como a tolerância ou o pluralismo. Não podem, contudo, esquecer-se as muitas exceções refletidas nas correntes xenofobas e racistas com representação parlamentar.

Este mesmo *relativismo* supõe que os sistemas morais ou éticos, das diversas culturas, são igualmente válidos. As opiniões sobre a esses temas obdecem à cultura de cada pessoa, individualmente, não sendo admitida uma posição definitiva no que diz respeito ao que é considerado certo “Cada vez mais fechados nas suas preocupações privadas, os indivíduos pacificam-se não por ética, mas por hiperabsorção individualista”⁴⁵.

Este argumento tem conduzido a contradições, considerando-se que ao desaparecer a capacidade de distinguir entre o que está certo, ou errado, remetendo a resposta para a respetiva cultura, perde-se a capacidade de julgar a realidade tendo por base a ética universal.

A perspetiva multiculturalista começa a ser abalada, sobretudo na Europa, devido ao embate entre os chamados “valores europeus” como a liberdade de expressão e o pluralismo e os princípios de certas populações de origem migrante imbuídas de culturas diversas, que não se sentem integradas “...em vista das migrações Sul-Norte, o modelo das sociedades cosmopolitas em crescimento no ocidente multiplica formações em “colónias interiores”, em relação às quais escasseiam os instrumentos de integração,

⁴⁴ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, ibidem, p. 170.

⁴⁵ Lipovetsky, Gilles. A Era do vazio. Lisboa: Relógio D'água, 1989, p. 185.

e que esta nova circunstância, ou renovada estrutura que as sociedades europeias conheceram antes de chegarem ao modelo nacional, exige meditação, criação de uma metodologia, intervenção respeitadora da dignidade de cada grupo e pessoa, única maneira conhecida de salvaguardar a paz das sociedades civis plurais”⁴⁶.

A desconfiança aumenta, devido sobretudo ao relativismo moral em face das intervenções militares injustas, feitas nos territórios de origem de algumas dessas populações migrantes, nomeadamente as muçulmanas (a mais atingidas por ataques operados por drones), justificadas genericamente como combate ao “fundamentalismo”, que poderá produzir efeitos nefastos na convivência intercultural.

Note-se que a designação *fundamentalismo islâmico* tem servido para os mais diversos propósitos “É um termo global voluntariamente criado para ocultar a diversidade de actores islâmicos e o diferente papel que desempenham nas suas sociedades, e foi o instrumento de que os regimes despóticos árabes se serviram para justificar e conseguir a sua sobrevivência política e o que também utilizou a política ocidental para impor os seus interesses nesta região e ocultar as suas ocasionais intervenções espúrias”⁴⁷.

I.6 – Correntes filosóficas e realidade

A Cultura ocidental, como modernamente a concebemos e sentimos é devedora, em parte significativa, das doutrinas jurídicas e filosóficas dos Séc. XVIII e XIX.

Destacamos o utilitarismo, cujos nomes maiores foram J. Bentham (1748-1832) e Stuart Mill (1806-1873), "A originalidade dos utilitaristas (...) consiste em não pretender destruir a ideia de moralidade, mas, ao contrário, em fundá-la na procura do interesse pessoal. Esta escola rejeita, pelo menos em princípio, a ideia de dever, de transcendência moral, a especificidade da ética. O princípio fundamental do utilitarismo (...) é que o interesse de cada indivíduo, se for inteligentemente compreendido, coincide com o interesse geral”⁴⁸.

Para os utilitaristas, agir bem relaciona-se com a análise das situações, de modo imparcial, tendo no horizonte a produção de melhores resultados, de modo a maximizar o bem-estar do outro.

⁴⁶ Moreira, Adriano, AAVV, ibidem, p. 143.

⁴⁷ Muñoz, Gema Martín – Iraque: Um Fracasso do Ocidente. Porto: Ambar, 2005, p.147.

⁴⁸ André Clerambard, Dicionário das Grandes Filosofias, ed. 70. Direção de Lucien Jerphagnon, p. 335.

Este princípio, enquanto corrente filosófica, subsiste até aos nossos dias, com algumas alterações e diferentes interpretações. Parece permanecer a ideia egoísta e impreparada do que significa *interesse e utilidade*.

Desde há muito que diversas personalidades vêm alertando para a apatia que se foi instalando nas populações ocidentais, relativamente a atropelos éticos de vária ordem.

O filósofo francês Gilles Lipovetsky analisou as consequências da passagem da modernidade para a pós-modernidade, ocorrida nos finais dos anos 60 e princípios de 70, advogando que o indivíduo pós-moderno se encontra em rutura com o mundo tradicional e suas estruturas de normalização “...o saber, o poder, o trabalho, o exército, a família, a Igreja, os partidos, etc. já globalmente deixaram de funcionar como princípios absolutos e intocáveis; em graus diferentes, já ninguém lhes dá crédito, já ninguém neles investe seja o que for...”⁴⁹.

Lipovetsky analisa as consequências do hedonismo que se instalou nas sociedades ocidentais, nomeadamente na europeia.

Assim, a melhoria progressiva da qualidade de vida e o consequente afastamento da necessidade de conflito imediato, consubstanciam-se numa baixa agressividade em relação ao Outro, portador de uma cultura diferente “...cada vez mais independente em relação às imposições coletivas, o indivíduo já não reconhece como dever sagrado a vingança de sangue que, durante milénios, permitiu soldar o homem à sua linhagem”⁵⁰.

Constata-se o que poderia ser designado por uma deslocação de interesses, em que o foco do conflito se situa já não na cultura diferente, mas sim no representante da mesma cultura.

Por contraponto à perspetiva hedonista prevalecente na cultura europeia, o Islão defende a existência de um estado teocrático em que o bem-estar da coletividade está acima do individual “Na base dos Direitos do Homem consagrados pela Lei Islâmica está uma forma de humanismo que homenageia a liberdade humana sem cair no materialismo e no individualismo que viciam o modelo ocidental”⁵¹.

⁴⁹ Lipovetsky, Gilles, op. cit., p. 34.

⁵⁰ Lipovetsky, Gilles, ibidem, p. 179.

⁵¹ Jerónimo, Patrícia – Os Direitos do Homem à Escala das Civilizações. Coimbra: Almedina, 2001, p. 275.

A maximização do lucro, inscrita neste “modelo”, promove a redução abrupta do número de pessoas empregadas e tem, como consequência, a competição desenfreada pela sobrevivência, numa sociedade em que foi inculcado o valor do consumo “...o aumento das necessidades acarretou toda uma série de fenómenos desagradáveis, como por exemplo, a ambição de alcançar e ultrapassar os outros em vez de usufruir o nível de vida atingido; levou ao descontentamento em lugar do comprazimento (...). A ambição económica das massas, recente e amplamente difundida, talvez não seja muito boa do ponto de vista moral...”⁵².

É neste sentido que vai a constatação de Konrad Lorenz, quando critica o ritmo desenfreado de trabalho, criado pela sociedade de consumo e que conduz a um desequilíbrio físico e psíquico refletindo-se, em última análise, na sua capacidade crítica “A existência sem trégua em que a nossa humanidade industrializada e comercializada se precipitou fornece, na verdade, um excelente exemplo de uma evolução, obra exclusiva da concorrência entre congéneres, que falha completamente os seus fins. Os homens de hoje sofrem da doença dos *managers*, de hipertensão arterial, atrofia renal e úlceras no estômago; são torturados por neuroses, caem no estado de barbárie porque não lhes sobra tempo para interesses de ordem cultural”⁵³.

A população ativa disputa em permanência a manutenção do seu estatuto, e em paralelo tem de contribuir com prestações sociais cada vez mais elevadas, numa sociedade progressivamente envelhecida. Consequência disso é o enorme desgaste intergeracional “...a sociedade de produção e de atividade produz um cansaço e esgotamento excessivos...”⁵⁴, que não deixam espaço aos indivíduos para a realização de uma reflexão aprofundada sobre a realidade⁵⁵.

Por seu turno, a tecnologia, relacionada com a cultura de entretenimento, influi seriamente na dispersão de interesses que caracterizam a sociedade contemporânea. Para aceder a um padrão de vida condizente com esse tipo de “necessidade” adquirida, ou apenas sobreviver, assiste-se à conveniência de trabalhar cada vez mais horas, deixando de lado pausas favoráveis à reflexão. “A vida cultural da humanidade, na qual

⁵² R. Popper, Karl, *ibidem*, p. 197.

⁵³ Lorenz, Konrad, *ibidem*, p. 53.

⁵⁴ Han, Byung-Chul – *A Sociedade do Cansaço*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2014, p. 52.

⁵⁵ Han Byung Chul, filósofo alemão, define a sociedade do séc. XXI como a sociedade do cansaço, caracterizado pela produção. O sujeito produtivo está em guerra consigo próprio - a depressão é disso o resultado.

se inclui também a atividade filosófica, só é possível e só se desenvolve quando existe uma atenção profunda e contemplativa (...) esta atenção dispersa ou distraída é caracterizada pela mudança brusca do foco da questão, pela alternância constante de tarefas, fontes de informação e processos”⁵⁶.

A anulação do tempo de lazer poderá ter como consequência a pouca ponderação sobre a realidade, gerando manipulações sempre que surgem inquietações sociais.

Os direitos fundamentais encontram-se hoje confrontados com uma complexidade crescente nas relações político-sociais do mundo globalizado. A tensão entre os princípios de liberdade versus segurança é mais visível após o ataque às Torres Gêmeas. A busca da segurança poderá desestruturar as bases fundantes do estado de direito, alicerçado nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, fundados nas raízes iluministas do séc. XVIII.

O modo de vida ocidental, com base na tecnologia, poderá deparar-se com um cenário de risco; um ataque informático, por exemplo, dirigido aos sistemas nevrálgicos que controlam o funcionamento das grandes cidades, poderá acarretar consequências perniciosas na paralisia temporária nas suas estruturas essenciais de funcionamento.

O instalar do medo, invocando previsíveis ações terroristas, poderá ter, na prática, consequências nefastas. O controlo autoritário, por parte dos governos, é uma possibilidade - tal como no passado, utilizarão as tecnologias de ponta, nomeadamente as relacionadas com a comunicação social, para impor regimes desse tipo.

O medo decorrente da tentativa de imposição, pela força, de valores não ocidentais, refletidos em diversos atentados terroristas recentemente ocorridos na Europa (Londres, Madrid e Paris), irá espelhar-se na necessidade de segurança física, suprida pelos exércitos ou polícias nacionais. A resultante poderá ser, no limite, a diminuição das liberdades civis, por aumento da vigilância.

Perante um cenário de terrorismo, a liberdade individual tanto é posta em causa pelo perigo de morte iminente, como pelas medidas securitárias de reação dos estados democráticos.

⁵⁶ Han, Byung-Chul, op. cit, p. 26.

Tendencialmente, aumentarão as condutas puníveis por lei e reduzir-se-ão as garantias individuais dos acusados, durante a realização do processo criminal.

A evolução para o princípio da prevenção ou da precaução, orientado para a cautela em relação a condutas suscetíveis de causar danos, poderá igualmente colocar questões éticas, uma vez que conduzirá a atropelos vários.

No entanto, não é concebível a substituição integral da liberdade pela segurança. Ambos os conceitos subsistem nos estados modernos em equilíbrio difícil, é certo, e constituem os pilares que legitimam o estado nos países ocidentais. A segurança permite ao indivíduo viver e usufruir da sua liberdade, considerando aqui a liberdade num universo mais vasto, que inclua o pensamento. O pensamento pode ser “cortado”, na ausência de liberdade física e intelectual.

O medo pode transformar-se num instrumento de controlo social se for instilado, de forma persistente, nas populações “Nas sociedades contemporâneas “livres e democráticas”, estas manipulações psicológicas devem visar ao mesmo tempo, o indivíduo e as massas, havendo hoje em dia uma panóplia de meios tecnológicos que podem ser utilizados para o efeito (...) a Internet, até à data relativamente independente, tende a tornar-se um elemento integrado no sistema mediático. Erige-se mesmo como uma ameaça para os media tradicionais, na medida em que constitui uma plataforma que integra, cada vez mais, a televisão, o cinema, a edição, a música, os jogos de vídeo, a informação...”⁵⁷.

De outro ponto de vista, casos de indiferença perante atropelos, associados a conflitos bélicos em territórios não ocidentais, têm criado mal estar em populações, nomeadamente no Médio Oriente e Ásia, reavivando velhos traumas. “A relação entre o mundo árabe e o Ocidente quase nunca foi pacífica: as investidas das hordas muçulmanas contra a Europa na Batalha de Poitiers, do Império Otomano contra Viena e das Cruzadas contra Jerusalém, criaram memórias que perduram através dos séculos, alimentando imagens negativas mútuas”⁵⁸.

Assim, a longa prática ocidental quanto às relações com os diversos povos, nomeadamente no que se refere à exploração de recursos e de colaboração com regimes mal vistos pelas respetivas populações, foi causando desconfianças, que se materializam

⁵⁷ Ramonet, Ignácio. *Propagandas silenciosas*. Porto: Campo das Letras, 2002, pp. 19-23.

⁵⁸ Ferreira Pinto, Maria do Céu, op. cit., p. 15.

hoje em intolerância e que aparentemente não são tidos em conta “...acumulam-se no horizonte sinais ameaçadores que a imprevisão ou falta de visão dos governos – muçulmanos e ocidentais – parece recusar-se a considerar em toda a sua amplitude. Essa indispensável tomada de consciência das tensões existentes, deveria necessariamente passar pela alteração radical das relações internacionais e por uma nova perspectiva da repartição dos recursos planetários que contemplasse a justiça salvaguardando a liberdade”⁵⁹.

Este fenómeno tem tido, na religião, um efeito potenciador do sentimento de injustiça, devido a supostos atropelos históricos, nomeadamente os causados pela procura de matérias primas “No Ocidente está desacreditada a própria ideia de que uma outra ordem do mundo, de que uma outra memória, de que um outro querer são possíveis. O ódio alimenta-se, mais do que nunca, no fosso que hoje separa as declarações das práticas reais”⁶⁰.

Perante esta realidade, os apelos no sentido de uma opinião pública informada sucedem-se; é essencial esse esforço de esclarecimento sobre os possíveis aspetos nefastos do alheamento, numa sociedade dominada pelas tecnologias da informação e comunicação “...continuamos a apelar a uma verdadeira insurreição pacífica contra os meios de comunicação de massas que só apresentam como horizonte à nossa juventude uma sociedade de consumo, o desprezo pelos mais fracos e pela cultura, a amnésia generalizada e a competição renhida de todos contra todos”⁶¹, de modo a obter uma consciência crítica em relação à “realidade” difundida.

Como já referido anteriormente, neste século assistiremos, muito provavelmente, a diversos tipos de conflitos, provenientes de atores não-estatais, nacionais ou outros - milícias privadas ou companhias multinacionais, todos na posse de poder.

No que diz respeito ao poder económico, multipolar, este é protagonizado por diversos atores, com destaque para os EUA, Japão, China e a Europa. Realce, da mesma forma, para as relações transnacionais, fora da esfera governamental, onde são efetuadas transações financeiras, que por vezes ultrapassam o orçamento de países.

⁵⁹ Torres, Adelino. AAVV, op. cit., p. 52.

⁶⁰ Ziegler, Jean – O Ódio ao Ocidente. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2012, p. 145.

⁶¹ Hessel, Stéphanie – Indignai-vos. Carnaxide: Editora Objetiva, 2011, p. 40.

Para fazer face a este desafio de manutenção do poder, por parte dos estados democráticos, será útil uma abordagem o mais racional possível tendo em conta tanto os direitos das suas populações como os das populações de territórios onde aconteçam intervenções militares.

Relativamente a este tema vale a pena recuperar a proposta de divisão tripartida, de Joseph Nye, no âmbito das relações internacionais, um: *Soft*, *Hard* e *Smart* (Nye⁶² considera ainda outros três níveis de poder: o militar, o unipolar, e o de supremacia).

O conceito de *soft power*, ou poder suave, designa a capacidade de um estado na obtenção de poder, a partir da atração pela sua cultura, ideias, atuação política e diplomática.

O *hard power* relaciona-se com a capacidade dos estados obterem o poder através da força, punição e recompensa, utilizando como instrumentos a força militar e a pressão económica.

Smart power estabelece a ponte entre os anteriores, utilizando estrategicamente a diplomacia, em conjunto com a força militar, de modo a levar os estados agir de acordo com o pretendido, sem que no entanto sejam utilizadas sanções militares ou outras.

É provável que os bombardeamentos operados por drones, seguindo as regras do *hard power*, tenham falhado os seus objetivos de contenção da insurgência “UAV “hunter-killer” operations may also go against the larger counterterrorism and counterinsurgency strategy of attempting to gain support of local populations to deter them from supporting al-Qaida...”⁶³.

Uma abordagem de *soft* e sobretudo *smart power*, seguindo uma prática de apoio socioeconómico às populações, acompanhada por contatos ao nível diplomático, poderiam resultar em menor difusão de rebelião.

Analise-se por exemplo a eficácia da intervenção *hard* no Iraque “Tal como nos apresenta uma análise efetuada pelo Instituto de Estudos Estratégicos do Amy Warcollege, da autoria de Jeffrey Record, a guerra no Iraque foi “um erro estratégico da mais elevada magnitude”. Em vez de se tentar obter de forma enérgica a prioridade de

⁶² Nye Jr., Joseph S., ibidem, p. 15.

⁶³ The Stimson Center, op. cit., p. 30.

criar uma alternativa ideológica para a Al-Qaeda, invadimos o Iraque e demos à Al-Qaeda o combustível propagandístico de que necessitavam...”⁶⁴.

Em resumo, é dentro de toda esta complexidade que se enquadra a tecnologia drone: globalização (circulação de povos, tecnologias e capitais), hedonismo/individualismo (tentativa de manter o status-quo de bem estar apesar do declínio económico), medo versus procura de segurança (equilíbrio delicado que ao desaparecer conduzirá à instalação de totalitarismo - perda de liberdade); todos estes fatores se conjugam com as vantagens tecnológicas aplicadas aos conflitos militares ou seja, menos baixas humanas com utilização de menores recursos.

⁶⁴ Clarke, Richard A., op. cit., 2004, p. 377.

CAPÍTULO II: DRONES E VANTAGEM TECNOLÓGICA

A corrida pela superioridade de meios, tecnológicos e outros, está desde sempre associada à lógica de guerra. É neste sentido que deve ser entendida a tecnologia drone que, por força da sua própria novidade, se encontra envolvida num campo de desconhecimento e de mitos.

O que se pretende no âmbito da presente dissertação é, dentro dos parâmetros publicados e disponíveis, fornecer elementos que possibilitem dar a conhecer as potencialidades de um meio tão poderoso e intrusivo, bem como as condições com que tem sido utilizado.

Poder-se-á considerar que um dos antepassados do drone foi o avião pilotado, mas muitas das potencialidades da tecnologia drone vieram preencher lacunas da aviação defensiva. A evolução do poder aéreo durante o século XX foi constante e poder-se-á representar resumidamente nos seguintes moldes:

- I Grande Guerra – Subsidiário das forças navais e terrestres, sendo aplicado sobretudo em missões de observação do inimigo.
- II Guerra Mundial – Controlo ofensivo do espaço aéreo devido à utilização de armamento convencional, surgindo a conceção de “Superioridade Aérea”.
- Pós-guerra/Guerra Fria – Missões de longo alcance, equipado com armamento nuclear.
- Guerra do Golfo – Demonstração de que o poder aéreo pode ser decisivo na definição de vitória militar devido à conjugação de diversas tecnologias de ponta.

Parte substancial do desenvolvimento tecnológico, civil e militar, relaciona-se com a procura de novos equipamentos de defesa e ataque, sendo que “La “industria de la muerte colectiva” está más floreciente que nunca, pese al generoso pero ineficaz empeño de los movimientos pacifistas (...) La guerra llega a ser vista como expresión suprema - irrefrenable e invencible – del progreso científico-tecnológico”⁶⁵.

⁶⁵ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 29.

Novas armas estão a ser estudadas e utilizadas: lasers de alta energia, capazes de destruir mísseis balísticos e até alvos aéreos; canhões eletromagnéticos com disparos a velocidade supersónica; a “Active Denial System” (ADS), já utilizada no atual conflito iraquiano, arma que emite micro-ondas que provocam sensação de queimaduras na pele de insurgentes (mais de controlo do inimigo do que de aniquilação); robôs diversos prestadores de ajuda em deslocações de tropas, entre outras.

Relativamente à tecnologia relacionada com drones está a ser desenvolvida capacidade que permite o seu lançamento a partir de navios de guerra e submarinos, melhorando a dispersão geográfica das bases de lançamento.

Já se encontra igualmente em ação o drone X-37B colocado na órbita terrestre pelas forças armadas americanas, com capacidade para permanecer em movimento durante centenas de dias. Existem dúvidas sobre o tipo de utilização deste aparelho sofisticado; alegadamente foi concebido para aperfeiçoar tecnologias espaciais reutilizáveis, mas pode estar a ser utilizado para fins militares, nomeadamente de espionagem.

Em termos de tecnologia associada, existem diversos tipos de satélites (navegação, comunicação, meteorológicos, militares observação da terra e de exploração do universo) situados na órbita terrestre, que registam dados essenciais a uma série de atividades, fornecendo também coordenadas a drones e outros veículos aéreos.

Uma das lacunas que já se encontram a ser obstadas é a que respeita o problema das intromissões na tecnologia dos satélites, feitas a partir da pirataria informática, estando a ser estudada a Internet/Intranet independente, inacessível a ataques, fundamental para o sucesso da tecnologia drone.

Similarmente, a tecnologia drone vem desenvolvendo aplicações civis relativas a lazer e tarefas de vigilância.

Na União Europeia, por agora, a utilização destes veículos situa-se no nível científico e comercial, contrariando a tendência nos Estados Unidos, onde prevalece a utilização militar.

O espaço aéreo da UE é atravessado, sobretudo, por drones de fabrico israelita e norte-americano. No entanto, a *Agência Europeia de Defesa* (AED), responsável pela coordenação e execução de um plano comum das necessidades militares, estuda a

implementação de um programa de pesquisa partilhado na área do desenvolvimento tecnológico de drones, a operar na área militar ou civil.

No caso norte-americano, não existe legislação federal específica, tendo o congresso pedido à *Administração Federal de Aviação* ou *Federal Aviation Administration* (FAA)⁶⁶ que indicasse normas para regulamentar a utilização civil.

II.1 – Evolução e enquadramento legal

A guerra tende para uma resolução à distância; a história começa no punhal, na espada e na lança, setas, armas de fogo - pistolas, espingardas de médio alcance, artilharia e mísseis - aviação e drones.

Os drones são uma arma maior na criação de vantagem. O volume dos meios carreados pelos governos para a respetiva investigação é de tal forma que nenhuma organização civil poderia, sequer, aproximar-se.

São atualmente um auxiliar poderoso dos militares, sendo constante a sua evolução tecnológica “Ao mesmo tempo que aeronaves de 5ª geração (...) entraram em produção, surge UAV cada vez mais sofisticados, capazes de desempenhar missões críticas em conflitos (vigilância, informação precisa em tempo real e, mesmo, lançar armamento com elevada precisão)”⁶⁷.

O remanescente da investigação escoia, necessariamente, para a indústria civil, decorrido o tempo possível para a sua ocultação.

Recorde-se as célebres V1 e V2, bombas voadoras alemãs, em finais da II Guerra Mundial, lançadas sobre Londres. Estes foguetes originaram a conceção e o desenvolvimento dos mísseis balísticos e o posterior lançamento de satélites para o espaço.

Um dos pais destes engenhos, Wernher Von Braun⁶⁸, emigrou para os EUA no final do conflito (Operação Paperclip)⁶⁹ instalando-se num dos centros mais importantes de planeamento e execução de foguetes que viriam a conquistar o espaço.

⁶⁶ Entidade governamental norte-americana responsável pela regulamentação da aviação civil.

⁶⁷ Santos, Eduardo Silvestre dos – Poder Aéreo, Sua Evolução e Influência na Estratégia. Parede: Tribuna, 2011, p. 144.

⁶⁸ Wernher Von Braun (1912-1977), engenheiro alemão e uma das principais figuras do desenvolvimento de foguetes da Alemanha Nazi.

Poder-se-á questionar a razão pela qual alguém relacionado com o terceiro *Reich* na construção de equipamentos de morte foi “aproveitado” para fins pacíficos noutro país. Este caso, mais um, assenta na *realpolitik*⁷⁰, suscita questões éticas e ideológicas apenas latentes no momento da sua efectivação. Situações comparáveis, na actualidade, provavelmente seriam sujeitas a critérios populares bem mais exigentes; há um julgamento manifesto que sai à rua e interfere profundamente na forma de fazer política, pactuando cada vez menos com o “pragmatismo” neutro dos estados.

Apesar do uso para fins militares, a parte maioritária das ações feitas com drones é de cariz civil e comercial.

O seu uso tem sido adaptado a diversos âmbitos, sendo atualmente utilizados tanto em áreas militares como civis - agricultura, fotografia, topografia, vigilância e ataque aéreo são os mais conhecidos.

Os drones estão presentes no mundo inteiro e aparentemente fazem parte de uma indústria que veio para ficar. Algumas empresas, como a americana “Go Pro”, comercializam drones a preços acessíveis aos cidadãos comuns. Desportos e cenas da natureza selvagem, difíceis de filmar num passado recente, são agora facilmente documentados.

Avaliam *catástrofes naturais*, como cheias ou atividade vulcânica, ou *artificiais*, como o acidente com o reator nuclear japonês de Fukushima, onde ainda são utilizados para monitorizar os danos existentes dentro da central destruída.

Para além destes usos, estão sendo estudados outros, como o carregamento e entrega de encomendas - caso da empresa norte-americana Amazon (atividade já possível na Austrália, com a empresa Flirtey), apesar de ainda não haver autorização por parte da autoridade americana responsável, a *Federal Aviation Administration*, facto já contestado⁷¹.

⁶⁹ A operação Paperclip decorreu nos EUA, entre 1945-1955, tendo concedido cidadania secreta a cientistas que tinham colaborado com o regime nazi e que posteriormente trabalharam para a administração americana.

⁷⁰ Política ou relações diplomáticas baseadas em pragmatismo, em detrimento de questões éticas ou ideológicas.

⁷¹ [Business Insider](http://www.businessinsider.com/amazon-faa-drone-regulations2015-2): Amazon won't be able to fly its delivery drones under the FAA's proposed drone rules [Em linha]. New York, United States of America: [Business Insider](http://www.businessinsider.com/amazon-faa-drone-regulations2015-2) [Consult. 25 maio 2015] Disponível em: <http://www.businessinsider.com/amazon-faa-drone-regulations2015-2>

Em termos tecnológicos, os drones estão equipados com radares de controlo, câmaras de infravermelhos, sistemas de comunicação por satélite e GPS e câmaras de alta resolução.

A utilização dos mesmos para fins de policiamento já é permitida em diversos países. Existem aparelhos a patrulhar as fronteiras dos EUA com o México, de modo a prevenir a emigração clandestina, ou monitorizando cartéis da droga⁷².

Poderão, igualmente, ser utilizados para reconhecimento, tendo capacidade para a deteção de armas nucleares, químicas, radiológicas e biológicas, assim como de explosivos “clássicos”.

Para além das tarefas já assinaladas podem ainda ser também usados para a supervisão de culturas agrícolas, controlo da qualidade do ar, monitorização de companhias mineiras ou colaboração com imobiliárias, na fotografia de imóveis.

Perante a possibilidade de acidentes com drones civis, nomeadamente colisão com aviões comerciais⁷³, cada vez mais frequente, surgiu a necessidade de criar legislação específica.

A União Europeia analisou a conceção de um quadro jurídico respeitador da legislação existente nos diversos países do espaço europeu, relativo à sua utilização para fins civis, tendo originado documentos, defensores do desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados, numa perspetiva da criação de progresso tecnológico e económico, com a preocupação do direito do cidadão à privacidade.

A *Agência Europeia para a Segurança Aérea* ou *European Aviation Safety Agency* (EASA), deverá conceber diferentes categorias para esse tipo de aparelhos, com legislação própria, em função do equipamento e do alcance das suas operações⁷⁴.

⁷² Publico: FBI usa drones de vigilância nos EUA desde 2006 sem regras de privacidade específicas [Em linha]. Lisboa, Portugal: Publico. [Consult. Out. 2014] Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/fbi-usa-drones-de-vigilancia-nos-eua-desde2006-sem-regras-de-privacidade-especificas1607314>

⁷³ Publico: Drones quase colidiram com aviões de passageiros em Varsóvia e Londres [Em linha]. Lisboa: Publico. [Consult. Julho. 2015] Disponível em: <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/drones-quase-colidiram-com-avioes-de-passageiros-em-varsovia-e-londres-1702837?frm=ult>

⁷⁴ Diário de Notícias: Agência europeia quer separar “drones” em categorias e criar legislação [Em linha]. Lisboa, Portugal: DN. [Consult. 03 Jul. 2015] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4452488

Estão a ser equacionados três tipos de categorias: Aberta (supervisionada pela polícia), Específica (autorizada pelas autoridades aeronáuticas locais) e a Certificada (sujeita à submissão de vários certificados tal como acontece com toda a aviação civil).

Está previsto até 2020 a implementação de programas europeus comuns para o seu fabrico e utilização, tanto do ponto de vista civil, como militar (decisão tomada em 19 de novembro de 2013, após reunião dos ministros da defesa da Alemanha, Espanha, França, Itália, Polónia, Grécia e Holanda)⁷⁵, assim como a criação de um quadro legal específico para o território comunitário.

Nos Estados Unidos, a FAA difundiu uma proposta normativa, que integra um conjunto de regras para a utilização comercial deste tipo de veículo no seu território⁷⁶, nomeadamente a obrigatoriedade de voar apenas durante o dia, em altitude que não ultrapasse os 150 metros e a uma velocidade máxima de 160 km/h, tudo isto fora da área dos aeroportos e espaços aéreos restritos.

No que respeita à utilização militar, o Departamento de Defesa norte-americano, emitiu uma diretiva sobre armas autónomas e semiautónomas, nos sistemas de armamento, incluindo as plataformas tripuladas e não-tripuladas. Nela são estabelecidos parâmetros para minimizar tanto a probabilidade como as consequências das falhas, passíveis de conduzir a consequências não intencionais⁷⁷.

II.2 – Drones na guerra aérea remota

O Tenente General Eduardo Silvestre dos Santos refere cinco limitações do poder aéreo⁷⁸ que se poderão resumir do seguinte modo:

1. Humanas (desgaste da capacidade física);
2. Gravidade (necessidade de aterrar para abastecimento);
3. Tecnológicas (dependência das infra-estruturas de superfície, custos elevados e obsolescência dos equipamentos e do armamento);
4. Ambientais (condicionantes meteorológicas e de luz);

⁷⁵ Vox Europ: Drones Militares: Aliança entre sete países europeus [Em linha]. Roubaix, France: Vox Europ [Consult. 20 maio 2015] Disponível em: <http://www.voxeurop.eu/pt/content/news-brief/4336841-alianca-entre-sete-paises-europeus>

⁷⁶ Federal Aviation Administration: Press Release – DOT and FAA Propose New Rules for Small Unmanned Aircraft Systems [Em linha]. Washington DC, United States of America: FAA [Consult. 25 maio 2015] Disponível em: http://www.faa.gov/news/press_releases/news_story.cfm?newsId=18295

⁷⁷ Department of Defense. Directive – Autonomy in Weapon Systems (DoDD, November, 2012).

⁷⁸ Santos, Eduardo Silvestre dos, op. cit., p. 26.

5. Incapacidade para ocupar/manter o terreno conquistado.

Destas, apenas a última não foi resolvida pela tecnologia drone. No entanto, devido ao poder de surpresa de ataque, a capacidade de manter o território ocupado poderá ser alcançada, “mantendo” afastados insurgentes por desgaste psicológico.

Os drones aparecem, nesta história, como as armas mais inteligentes, mais manobráveis e de grande alcance; congregam de facto, as melhores características. Simulam a presença humana na guerra, sem a sua presença.

Os Estados Unidos possuem a maior frota deste tipo de veículos armados, mas a tendência poderá ser a extensão dessa tecnologia a outros proprietários, por vezes indesejados, na manutenção da paz global “At moment, the United States has the world’s largest and most sophisticated fleet of weaponized UAV’s, but it is likely that numerous other states – and perhaps non states actors – will expand their own lethal UAV fleets in the future”⁷⁹.

A sua filosofia de emprego aponta, além da observação, para o ataque cirúrgico, visando evitar o que se chama “danos colaterais”, sendo cada vez mais utilizados devido à sua eficácia no atual cenário de guerra assimétrica.

Os conflitos assimétricos têm ganhado destaque, tendendo a tornar-se uma ameaça estratégica, já não sendo necessário aos combatentes partilhar o mesmo espaço geofísico para que decorra um conflito armado.

O excesso tecnológico, contudo, pode ter um efeito perverso, no momento do desempenho. Verifica-se a possibilidade de, em curto espaço de tempo, ficar à disposição de uma ampla malha de interesses, igualmente perigosos, no que refere a abusos de utilização.

Sabe-se que a autorização para o disparo, no caso dos drones, obedece a critérios rigorosos, inscritos numa cadeia de comando conhecida e responsável; contudo, a letalidade deste meio é de tal ordem que, à menor falha de análise do terreno ou situação, é suficiente para provocar danos irreversíveis.

Há um problema moral, quando falamos de baixas civis: a proximidade física, nos casos de contacto visual, reduz a “frieza” humana no momento do disparo. O mesmo não acontece nos ataques feitos a partir deste tipo de veículos.

⁷⁹ The Stimson Center, ibidem, p. 23.

Tal como os demais equipamentos de extrema sofisticação, e à semelhança do que acontece com os computadores, há um lado perverso nos drones, que tem a ver com excesso de “infalibilidade”.

A esse respeito, escreve Norman Dixon “[os computadores] pode ser que sejam rápidos e eficientes, sem preconceitos, sóbrios e ativos, mas para além disso continuam a ser impassíveis. Não inspiram afeição com o consequente desejo de agradar (...) Além disso (...) são isentos de sentimentos e, o que é pior, de todo indiferentes ao resultado das suas decisões”⁸⁰.

É evidente que, o que se aplica aos drones aplica-se às demais armas e equipamentos. Depois de disparada não há nada forma de a fazer voltar. A responsabilidade quanto aos drones tem a ver com a sua letalidade e, portanto, irreversibilidade, na maior parte dos casos em ambientes pouco conhecidos.

(A fúria da infalibilidade e dos automatismos mantém-se no quotidiano do nosso presente. Tem como comparação, por exemplo, o fundamentalismo da máquina tributária, que penhora a eito, no movimento de rolo compressor: depois de definidos os critérios é perfeita e infalível, no entanto nefasta).

Os militares utilizam os drones em missões de vigilância ou de ataque, encontrando-se os mesmos perfeitamente integrados na tecnologia de guerra “On the battlefield, both weaponized and nonweaponized UAV’s can protect and aid soldiers in a variety of ways. They can be used for reconnaissance purposes, for instance, and UAV’s also have potential to assist in the detection of chemical, biological, radiological and nuclear weapons, as well as ordinary explosives. Weaponized UAV’s can be used to provide close air support to soldiers engaged in combat”⁸¹.

Israel, Estados Unidos da América, Rússia, Inglaterra, Itália, Alemanha, estão entre os países com maior utilização destes aparelhos.

Estão já a ser estudados outros modelos, nomeadamente helicópteros sem piloto para recolha de feridos em cenário de conflito. Para além da poupança em gastos com a tripulação, permitirá a deslocações para locais remotos, sem perda de vidas.

⁸⁰ Dixon, Norman F. – A Psicologia da Incompetência dos Militares. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977, p. 40.

⁸¹ The Stimson Center, ibidem, p. 18.

Parece haver a tendência para caracterizar a guerra, no presente século, como *guerras de pequenos conflitos*.

Os Estados Unidos têm vindo a promover, no pós-Guerra-Fria, uma redução do número de bases militares, não só por contenção de despesas, mas também para evitar a exposição das suas tropas a ataques hostis.

As guerras com ocupação de território, recorrendo à instalação de pessoal militar, darão cada vez mais lugar ao emprego de forças expedicionárias de civis militarizados (companhias militares privadas cada vez mais especializadas) e a bases móveis instaladas em navios de guerra com capacidade para o lançamento de drones de ataque e vigilância.

Perante este cenário, os drones de ataque reduzem a necessidade do estabelecimento de bases terrestres fora do território americano, colmatadas com as bases móveis a partir de navios. Evita-se, desta forma, a interferência da opinião internacional (atenta e muitas vezes crítica) e de coligações militares (motivadoras por vezes de ruído no que diz respeito à condução das operações no terreno), continuando no entanto a projetar o seu poder.

Em conflitos, como o do Afeganistão, os drones desempenharam um papel essencial “Passada uma década sobre o início deste processo de inovação em grande escala, o teatro do Afeganistão mantém a sua preeminência como laboratório operacional para demonstradores tecnológicos e maturação de sistemas de última geração. O conflito irregular no Afeganistão tem revelado a importância de uma cadeia logística flexível e sustentada, na medida em que as forças se encontram dispersas geograficamente em áreas remotas e de difícil acesso, muitas das vezes apenas acessíveis por via aérea”⁸².

Há que considerar também que as táticas clássicas de combate aos insurgentes fazem disparar os custos associados a esse tipo de operação; a opinião pública americana tende a considerar os elevados custos com a máquina militar aceitáveis desde que se traduzam em aumento de precisão, letalidade e baixas reduzidas⁸³.

⁸² Vicente, João – Guerra Aérea Remota. Porto: Fronteira do Caos, 2013, p. 89.

⁸³ Vicente, João, op. cit., 2013, p. 34.

Vantagens de emprego:

- Desonera a deslocação de tropas, em terrenos acidentados;
- O empenhamento dos drones reduz substancialmente o número de aviões clássicos de combate e, conseqüentemente, custos em material e pilotos;
- Disponibilidade imediata sem necessidade de piloto, ou seja, capacidade de operar mais horas;
- Inexistência de baixas militares, no caso de ser abatido;
- O grau de eficácia destes ataques condiciona as movimentações e comunicações dos adversários;
- Limitando-se o número de baixas civis e militares torna-se a guerra aceitável para os eleitores, o que permite aos respetivos governos maior liberdade de ação.

Desvantagens:

- Desumanização provocada pela falta de contacto visual direto com o alvo, tornando o confronto num quase jogo de computador;
- Interferências, por piratas informáticos, nas comunicações satélite que orientam os drones, tornando-os vulneráveis por esta via;
- Sensação de extrema insegurança, por parte das populações civis, que poderá levar a adoção de posturas radicais;
- Desrespeito por um dos princípios da Convenção de Genebra, que proíbe a neutralização de alguém que se tenha rendido, ainda que insurgente;
- Problemas de segurança devido à possibilidade de destruição de satélites, quer por acumulação de detritos na órbita terrestre, quer através de mísseis lançados por países terceiros, p. ex. China ou Rússia. (a ausência de satélites ativos tornaria os drones inoperacionais);
- O facto de os drones de ataque serem menos onerosos do que a aviação convencional poderá conduzir a maior frequência de guerras (desde que se aumente de precisão, diminua a letalidade e reduza as baixas, a opinião pública tende a concordar).

Os drones foram inicialmente utilizados, em 1982, durante a invasão do Líbano por parte do Estado de Israel.

Hoje, a indústria militar que utiliza tecnologia de ponta, movimenta somas elevadas de dinheiro, promovendo desenvolvimento económico aos países produtores. No caso dos Estados Unidos, entre as empresas que fabricam ou utilizam tecnologia “UAV” encontram-se a Lockheed Martin, a General Atomics Aeronautical Systems Inc. e a Boeing “Opera-se uma volta ao que era o vale [Silicon Valley] logo a seguir ao final da II Grande Guerra: uma zona consagrada às indústrias do armamento (...) Os gigantes da indústria militar como Lockheed Martin instalam-se. Só se fala de tecnologia militar, *hi-tech* de segurança”⁸⁴.

Os drones militares de uso ofensivo revolucionaram a guerra contra o terrorismo sobretudo por duas características: preparação para missões de vigilância aérea e capacidade de disparar sobre alvos selecionados.

Com efeito, existe um interesse crescente por parte de diversos países na sua utilização, apesar da hegemonia numérica por parte dos EUA “As more and more unmanned systems are introduced into warfare (the US militar has over 8,000 “drones” like the famous Predator and Reaper, while over eighty countries now have military robotics programs), targeting command-and-control networks opens up even more direct avenues of attack”⁸⁵.

II.3 – Hegemonia aérea contemporânea

Os predecessores dos drones, enquanto veículo aéreo vocacionado para a vigilância e ataque militar, estão situados no século XX, entre os dirigíveis, ou zepelins (em homenagem ao seu criador Ferdinand von Zeppelin) e os aviões.

Os dirigíveis foram utilizados militarmente durante a I Guerra Mundial, nos bombardeamentos a Londres, mas o método foi abandonado devido à vulnerabilidade face às baterias antiaéreas.

A introdução de aviões no palco de guerra teve, identicamente, início durante a I Guerra Mundial. Já em 1911 o tenente italiano Giulio Gavotti tinha começado os

⁸⁴ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, *ibidem*, p. 21.

⁸⁵ Singer, P. W. and Friedman, Allan, *op. cit.*, p. 130.

primeiros ataques aéreos, com o lançamento de uma granada manual sobre o exército turco, instalado em território líbio, desencadeando o princípio do declínio do império otomano.

Esta inovação deixou de fora a necessidade de penetração de soldados em território inimigo, incrementando o desenvolvimento do poder aéreo.

No princípio os aviões tinham um raio de ação reduzido devido à potência limitada dos seus motores, sendo utilizados sobretudo em manobras de observação e reconhecimento (antes da incorporação das metralhadoras o combate aéreo era raro).

A espionagem aérea mostrou-se essencial aos aliados durante a denominada “Guerra de Movimentos” tendo ajudado a conter os avanços das forças alemãs em território francês. Posteriormente viriam a ser igualmente essenciais na deteção dos pontos fracos nas fileiras alemãs.

Numa tentativa de criar vantagem, também as forças armadas norte-americanas iniciam a montagem secreta do primeiro avião não pilotado, denominado Kettering Bug (1917). O modelo tinha 40 cavalos de potência e a fuselagem era feita de madeira e *papier mâché*, percorrendo cerca de 50 milhas por hora (80.4672 kms/hora).

Este modelo já transportava cerca de 82 quilos de explosivos e podia disparar contra alvos situados a cerca de 120 quilómetros; a aviação estava a iniciar os seus primeiros passos e a utilizar a tecnologia como arma.

O período que mediou as duas grandes guerras distinguiu-se pelo desenvolvimento tecnológico aéreo, caracterizando-se por uma cada vez maior rapidez e manobrabilidade.

O modelo Havilland DH 82B, construído em 1931 e denominado de “Queen Bee” foi operado por controlo remoto e serviu para treino da artilharia antiaérea na costa da Grã-Bretanha; o seu zumbido característico terá dado origem à designação drone – Zangão.

O avanço alemão durante a II Guerra foi em grande parte impulsionado pelo poder aéreo, tendo originado o repensar da estratégia de defesa, por parte dos ingleses.

Durante a Batalha de Inglaterra, considerada o maior combate aéreo da História, a força aérea alemã tentou o domínio terrestre da Grã-Bretanha. Ficaram famosos os

modelos *Messerschmitt Bf 109* alemães, a que se opuseram os *Supermarine Spitfire* ingleses, tendo a superioridade aérea alemã sido desacreditada após o confronto.

Já em 1943 os alemães iniciam os vôos do primeiro modelo de avião a jato, o *Messerschmitt Me-262*, numa tentativa de retomar a superioridade bélica. Mas, apesar da tecnologia de ponta, à época, que o modelo representava, a maior parte da frota viria a ser destruída pelos aliados.

Na mesma época, nos EUA, a força aérea partilhava poder com os outros ramos da defesa, concentrando-se sobretudo no ataque das infra-estruturas inimigas.

A ligação do poder aéreo com a marinha foram essenciais na expansão militar no Pacífico, contribuindo para a posterior derrota do Japão. Na sequência do ataque a Pearl Harbour, os caça-torpedeiros americanos devastaram os porta-aviões japoneses durante a batalha de Midway, tendo esta derrota marcado uma viragem na direção da vitória.

Apesar disso, o pós-guerra ficou marcado pelo desinteresse na utilização do poder aéreo, em conflitos de baixa intensidade. Este foi utilizado sobretudo em ações de reabastecimento, apoio, presença e reconhecimento.

Já na atualidade a hegemonia aérea foi profusamente usada durante a Guerra do Golfo (1991) com utilização de drones. Foram aplicadas táticas inovadoras de guerra, como o reconhecimento e a vigilância, conjugados com tecnologia e o poder das informações.

Deverá ressaltar-se que o poder aéreo não substitui, antes complementa, o avanço das tropas no terreno e portanto relaciona-se apenas com uma das fases de progressão no terreno.

Paralelamente, no decorrer do século passado ocorreram avanços consideráveis no domínio da tecnologia espacial (espaço exterior), dando lugar ao desenvolvimento de foguetes e satélites cada vez mais sofisticados. Houve também um grande progresso tecnológico em termos da utilização de satélites e mísseis intercontinentais (atmosfera terrestre).

A tecnologia de geo-posicionamento por satélite ou *GPS* (Global Positioning System) foi desenvolvida pelos EUA, nos anos 70, com o intuito de ultrapassar as limitações dos sistemas de navegação da época. Mantém-se uma atualidade reforçada,

com melhoria de precisão, para a recepção de sinais emitidos por satélites, de modo a determinar a sua posição exata no planeta.

Os EUA têm centenas de satélites de índole militar e civil, instalados no espaço; os satélites de GPS transmitem a um recetor móvel a sua posição, sendo para tal necessários sinais de quatro satélites.

O sistema de navegação GPS, americano, é operado pelo Departamento de Defesa e rivaliza com o sistema de navegação russo GLONASS. Encontram-se em fase de desenvolvimento outros dois sistemas a nível mundial, o europeu GALILEU e o chinês COMPASS; apenas o projeto Galileu é de natureza civil.

Os satélites tanto transmitem dados a telemóveis e a caixas multibanco como às denominadas bombas inteligentes (*guided bomb unit*) e drones, entre outros.

O progresso tecnológico-militar está em grande medida relacionado com a *Agência de Investigação de Projetos Avançados de Defesa* (DARPA), criada em 1958, durante a presidência de Dwight Eisenhower. Surgiu na sequência do lançamento do foguetão soviético Sputnik em 1957 e é responsável pelo desenvolvimento de foguetões, naves espaciais e pelo *Stelf Bomber*, chamado de “avião invisível”, devido à sua capacidade de contornar a deteção a partir dos radares convencionais.

Também no decorrer da Guerra Fria, cientistas americanos desenvolveram uma rede descentralizada de comunicação denominada por *ARPANET* (Advanced Research Projects Agency Network) onde a informação era repartida de modo dificultar o acesso de espões; igualmente foi desenvolvido um dispositivo para auxiliar na execução de cálculos de artilharia, denominado por *Eniac*, que daria origem ao computador.

Esta tecnologia popularizou-se, sobretudo a partir dos anos 90, sendo atualmente utilizada pela maior parte da humanidade.

Na década de 80 o presidente americano Ronald Reagan defendeu o *Strategic Defense Initiative* (SDI), comumente apelidado de Guerra das Estrelas, que pretendia criar uma rede estratégica de radares e mísseis que impediriam ofensivas vindas do antigo Bloco de Leste.

Esta iniciativa, embora não tenha sido implementada com eficácia, simbolizou a utilização do espaço exterior e da atmosfera terrestre para atividades de cariz bélico, tendo dado lugar a um elevado desenvolvimento tecnológico.

Atualmente está a ser criada uma nova realidade onde a cibernética terá um papel de progressivo de destaque e importância, nomeadamente a nível militar “As a report entitled “The New Cyber Arms Race” describes, “In the future, wars will not just be fought by soldiers with guns or with planes that drop bombs. They will also be fought with the click of a mouse a half a world away that unleashes carefully weaponized computer programs that disrupt or destroy critical industries like utilities, transportation, communications, and energy. Such attacks could also disable military networks that control the movement of troops, the path of jet fighters, the command and control of warships”⁸⁶

Já no início do presente século, em 2009, Barak Obama, anunciou que o país iria envidar esforços para o desenvolvimento de ciberpoder⁸⁷, definido por Nye como “...conjunto de recursos relacionados com a criação, controlo e comunicação de informação eletrónica e informática...”⁸⁸.

Atualmente os países que detêm capital financeiro e tecnológico capaz de desenvolvimento de armamento espacial são os EUA, a Rússia e a China, este último apontado como um possível candidato a potência naval “Nunca se havia visto um país armar-se tão rapidamente como a China (...) Pequim teria já iniciado um programa de construção de porta-aviões, elemento-chave da capacidade de projeção das forças militares...”⁸⁹, e ciberespacial “Assente no maior mercado do mundo e excitada pela sua vontade de o dominar, a China prepara-se para ser uma das primeiras potências nas tecnologias de informação”⁹⁰.

O crescimento económico chinês tem potenciado a necessidade de investimento na área militar, sobretudo naval, devido à crescente presença americana nos mares asiáticos “Esta extensão do perímetro estratégico chinês efetua-se em detrimento dos Estados Unidos, que eram até agora, a única grande potência militar na Ásia. Porque os Estados Unidos, vergados sob as opressões de um défice muito elevado, mostram má

⁸⁶ Singer, P. W. and Friedman, Allan, *ibidem*, p. 4.

⁸⁷ White House President Barack Obama: Remarks by the President on Securing Our Nation's Cyber Infrastructure [Em linha]. Washington, DC, United States of America: White House [Consult. 19 Mar. 2015] Disponível em: http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-on-Securing-Our-Nations-Cyber-Infrastructure

⁸⁸ Nye Jr., Joseph S., *ibidem*, p. 145.

⁸⁹ Lenglet, François – A Guerra dos Impérios, A China contra os Estados Unidos da América. Lisboa: Bertrand Editora, 2011, p. 137.

⁹⁰ Lenglet, François, *op. cit.*, p. 123.

cara ao fazer os investimentos necessários para contrariar a progressão chinesa. Contam, claro, algumas iniciativas recentes, como as rotações de submarinos nucleares partir da base de Guam...”⁹¹, o país tem contendas com países vizinhos como o Vietname, as Filipinas ou o Japão (todos aliados dos EUA).

Apesar do crescimento económico chinês, a vanguarda do poder militar pertence aos Estados Unidos “No plano geopolítico e militar, o primeiro triunvirato é constituído pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Japão”⁹².

Entre as armas espaciais do futuro poderão contar-se as que utilizam tecnologia laser (Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation) desenvolvida na década de 60 pelo físico americano Theodore Maiman.

A China possui um canhão de raio laser com o alcance de 1900 metros com a capacidade de derrubar drones durante o voo, tecnologia igualmente na posse da marinha americana, apresentando como vantagem a capacidade de atingir velozmente alvos utilizados em manobras de defesa⁹³.

Também os insurgentes, com domínio das tecnologias da informação, tentam obter vantagens perante as lacunas tecnológicas dos drones “...inside the captured leader’s laptop were “days and days and hours and hours of proof” that the digital feeds were being intercepted and shared among the various insurgent groups. The insurgents had evidently figured out how to hack and watch the drones’ feed, like a robber listening in on a police radio scanner. Even more disturbing to the US soldiers was how the insurgents had pulled it off...”⁹⁴.

O desenvolvimento de tecnologia militar relacionada com a guerra eletrónica é uma preocupação do governo americano; as interferências eletrónicas podem, por exemplo, barrar comunicações de drones que se dedicam à espionagem (empastelamento eletrónico, particularmente eficaz nas comunicações).

⁹¹ Lenglet, François, *ibidem*, p. 131.

⁹² Ramonet, Ignacio – *Guerras do Século XXI, Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 15.

⁹³ The Guardian: China Unveils Laser Drone Defence System [Em linha]. London, United Kingdom: The Guardian [Consult. 25 Nov. 2014] Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/03/china-unveils-laser-drone-defence-system>

⁹⁴ Singer, P. W. and Friedman, *ibidem*, p. 150.

A definição deste tipo de ataque encontra-se espelhada no glossário da Diretiva 3000.09, de 2012, anteriormente citada “Electronic attack. Division of electronic warfare involving the use of electromagnetic energy, directed energy, or antiradiation weapons to attack personnel, facilities, or equipment with the intent of degrading, neutralizing, or destroying enemy combat capability and is considered a form of fires”⁹⁵.

Os drones, tal como foi referido, apresentam-se como um auxiliar precioso na arte da guerra e da espionagem militar “A key part of the US military effort was the fleet of unmanned systems (“drones”) that flew overhead, gathering intelligence on the insurgent force, tracking their movements and beaming back video to US Air Force pilots on the ground”⁹⁶.

Existem em território norte-americano diversas bases aéreas que operam ataques a alvos considerados inimigos. Uma das mais conhecidas é a de Holloman, no Novo México, onde as forças armadas formam todos os pilotos de drones dos modelos Predator (modelo mais comum na frota americana) e Reaper (modelo mais recente e completo), que irão atuar a milhares de quilómetros nos locais onde os EUA travam guerra.

Ambos os modelos estão equipados com bombas e mísseis guiados por laser. No modelo Reaper existe uma consola que comunica com um satélite, é essa comunicação que permite pilotar o avião à distância. Este modelo é equipado com três câmaras, uma de infravermelhos, outra que abrange um plano mais amplo e a última que permite ver de muito perto.

Estes veículos não voam a grande velocidade, alcançando apenas os 400 km/h, podendo no entanto voar a grande altitude, até aos 15 mil metros, tornando-se muito dificilmente detetáveis.

Estas máquinas não são consideradas demasiado dispendiosas em relação aos aparelhos clássicos. Gastam pouco combustível e têm a capacidade de permanecer no ar durante muito tempo (cerca de 20 horas, contra as 4 horas de autonomia dos caças) sem as dificuldades que tal acarretaria para um piloto.

Neste novo cenário os pilotos já não têm de sobrevoar o campo de batalha, encontrando-se instalados em contentores militares blindados e climatizados.

⁹⁵ Department of Defense. Directive – Autonomy in Weapon Systems, Number 3000.09, p. 14.

⁹⁶ Singer, P. W. and Friedman, Allan, *ibidem*, p. 150.

Dentro destes contentores os pilotos treinam num simulador que consiste em monitores com duas cadeiras, sendo os mesmos réplicas de uma cabine de pilotagem. São precisas duas pessoas para pôr um drone no ar: um “piloto” que comanda o aparelho e um “copiloto” que controla a câmara.

O copiloto vigia o alvo com precisão; no caso de ser necessário disparar, o piloto assume o comando das operações. Após ter obtido autorização para disparar, este escolhe a arma, por exemplo um míssil Helfire e em seguida o copiloto fixa o alvo com um feixe laser e o piloto carrega no gatilho.

A força aérea americana conta formar centenas de novos pilotos de drones, quase tantos como os pilotos de combate tradicional. Após o treino efetuado estes são destacados para as diversas bases militares dos EUA, a partir das quais os aparelhos não tripulados são pilotados.

A partir do posto de comando em território americano, com uma ligação por satélite, conseguem controlar o avião em qualquer parte do mundo.

Os drones transmitem as imagens captadas pelas câmaras permitindo vigiar territórios mas também disparar as armas com uma precisão cirúrgica. Caso o drone seja atingido, ou abatido, o “piloto” sai incólume.

O potencial militar americano e a tecnologia drone dependem do espaço. No sentido de manter o seu controlo foi instalado em Albuquerque, Novo México, um telescópio de alta potência (Starfire Optical Range) que a partir da emissão de laser, foca objetos em voo; a ideia é vigiar satélites, sobretudo os pertencentes a potências adversárias, como a China ou a Rússia.

De igual modo, o centro militar americano de comando para o espaço, Space Operations Commander (JSpOC), tem como tarefa a deteção e identificação de todos os objetos espaciais que giram na órbita terrestre.

Nesta corrida de controlo do espaço são desenvolvidas de igual modo outras capacidades de ataque:

Embora os seus satélites militares americanos estejam colocados a distâncias elevadas (órbita geoestacionária) não existe forma eficaz de os ocultar. A China e a Rússia têm efetuado testes em tecnologia antissatélite seguidos de perto pela vigilância americana.

As partes desenvolvem capacidades antissatélite como a interferência eletromagnética e os lasers, de modo a antecipar ataques do adversário; a dissuasão no mundo espacial está em criar a ideia de que em caso de ataque inimigo, o mesmo falhará “the very same networking that allows drones to strike targets with precision thousands of miles away also opens up new possibilities of disruption and even co-option. What we enter is an era of “battles of persuasion”⁹⁷.

Em 2007, a China testou uma *arma antissatélite* (ASAT), tendo destruído uma estação meteorológica sua; em 2013 voltou a testá-la tendo o disparo chegado perto de satélites militares americanos; também a Rússia poderá já ter em órbita uma arma com capacidade de destruir satélites (Kosmos 2499)⁹⁸. Ambos países poderão já possuir tecnologia capaz de “cegar” satélites inimigos (também o Irão terá capacidade de interferência eletrônica).

As imagens recolhidas por satélite, para fins militares, permitem a interoperabilidade entre os diversos ramos e têm uma importância fulcral, fornecendo as localizações precisas para os ataques operados com diverso tipo de armamento, dando igualmente apoio ao avanço de tropas no terreno.

São, neste sentido, essenciais à tecnologia drone e a sua obsolescência devido a ataques inimigos representaria um retrocesso em termos de tecnologia militar (espionagem e ataque) e civil.

II.4 – Autonomia aérea e direitos

Em termos de respeito pelos direitos humanos, levantam-se preocupações relativamente à evolução da guerra feita a partir de veículos aéreos não tripulados. A sua aplicação tem sido alvo de críticas por diversos motivos, particularmente:

- Emprego em cenários de guerra não declarada oficialmente, por agências governamentais não militares, nomeadamente a CIA, de modo a manter os pormenores das operações secretos;
- Aparente ilegalidade de certos critérios que sustentam os ataques, sobretudo o assassinio dos insurgentes, sem direito a rendição;

⁹⁷ Singer, P. W. and Friedman, Allan, *ibidem*, p. 130.

⁹⁸ Satélite russo lançado em 2014, como veículo de manutenção de satélites ou recoletor de lixo cósmico, mas que poderá ter capacidade antissatélite.

- Divulgação restrita do número de baixas civis, devido à dificuldade de acesso a determinadas áreas remotas, também elas sem acesso a direitos elementares como da proteção.

Para agravar o problema, o cenário de guerra no futuro poderá caracterizar-se por robótica autônoma, máquinas móveis que podem decidir disparar contra um alvo determinado, sem intervenção humana, de momento desenquadradas de legislação e fora de quaisquer padrões éticos “That’s because ethical questions are becoming a pressing matter for companies that build robotics systems. You see, we’re already at the dawn of the age of killer robots. And we’re completely unprepared for them”⁹⁹.

Atualmente este tipo de inteligência artificial está a ser desenvolvida e aplicada em drones, por países como Israel, Rússia, EUA, Reino Unido China e Coreia do Sul. Apesar das precauções não é claro que os mesmos tenham capacidade para respeitar os direitos humanos fundamentais como o princípio da necessidade e da proporcionalidade.

Com efeito, apesar de toda a euforia, em torno do uso dos drones, colocam-se muitas questões relacionadas com o vazio legal que existe à volta da sua utilização, sobretudo para fins militares.

Um relatório das Nações Unidas, de 2014, sobre direitos humanos e ações de contra-terrorismo¹⁰⁰ analisou a situação em quatro países distintos: Afeganistão, Paquistão, Iémen e Israel.

Relativamente ao Afeganistão constata-se que em 2013 foram efetuados 19 ataques confirmados de que resultaram 59 baixas civis o que, seguindo o mesmo relatório, representa um aumento de três vezes em relação a 2012.

No caso do Paquistão nota-se uma diminuição assinalável no número de baixas (nenhuma) devidas a este tipo de ataques, também estes efetuados em menor número relativamente ao passado ”june 2004, first known U.S. attack on Pakistan using

⁹⁹ Wired Magazine: We can now build autonomous killing machines and that’s a very, very bad idea [Em linha]. San Francisco, California: Condé Nast [Consult. 30 Jun. 2015] Disponível em: <http://www.wired.com/2015/02/can-now-build-autonomous-killing-machines-thats-bad-idea/>

¹⁰⁰ United Nations. Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms While Countering Terrorism (Ben Emmerson, 2014, A/HRC/25/59), pp. 6-17.

unarmed drone planes in an attempt to target Taliban and al Qaeda forces. An estimated 366 strikes have taken place since”¹⁰¹.

A situação muda em relação ao Iémen, território onde o número de ataques aumentou, tendo o número de vítimas civis aumentado; segundo o relatório, entre 2009 e 2013 terão morrido entre 24 e 71 civis.

Quanto à situação em Israel o mesmo refere o cuidado aludido pelas autoridades para não atingir alvos civis, alegando a dificuldade existente devido à utilização de instituições civis nas operações militares, por parte dos insurgentes, especialmente na faixa de Gaza. No entanto são referidas inúmeras vítimas civis entre os anos de 2008 a 2012.

Surgem entretanto opiniões positivas relativamente a este tipo de operações, como é o caso da fundação norte-americana STIMSON¹⁰², apesar da admissão de que esta prática colide com a lei internacional vigente “...we disagree with those critics who have declared that US targeted killings are “ilegal”. But changing technologies and events have made it increasingly difficult to apply the law of armed conflict and the international law relating to the use of force in a consistent and principled manner, leading to increasing divergence between “the law” and core rule of law principles that traditionally have animated US policy”¹⁰³.

O Departamento de Defesa americano elaborou uma diretiva que estabelece parâmetros para minimizar a probabilidade e limitar as consequências de hipotéticas falhas nos sistemas de armamento autónomo e semiautónomo¹⁰⁴.

A mesma diretiva institui ainda os princípios para o desenvolvimento e utilização desse tipo de armamento (plataformas tripuladas e não tripuladas) identificando a estrutura hierárquica de comando ao nível militar subjacente à sua utilização.

¹⁰¹ Chomsky, Noam e Vltchek, Andre, op. cit., p. 178.

¹⁰² O Centro Stimson deve o seu nome ao advogado, político republicano e diplomata Henry Lewis Stimson (1867-1950). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que através de uma abordagem pragmática elabora estudos que pretendem fornecer conhecimento destinado a contribuir para o aprofundamento da paz ao nível internacional.

¹⁰³ The Stimson Center, ibidem, p. 12.

¹⁰⁴ Department of Defense. Directive – Autonomy in Weapon Systems, Number 3000.09, 2012.

No entanto, este mesmo documento admite a probabilidade de diversos tipos de falhas advindas de ação humana ou de forças inimigas “Failures can result from a number of causes, including, but not limited to, human error, human-machine interaction failures, malfunctions, communications degradation, software coding errors, enemy cyber count measures or actions, or unanticipated situations on the battlefield”¹⁰⁵.

Relativamente aos operadores destas armas, que tomam parte direta nas hostilidades colocam-se diversas questões legais:

- São considerados civis ou militares?
- Por quanto tempo, uma vez que a atividade termina no final do dia, quando regressam a casa?
- Enquanto civis, após um dia de trabalho como operadores, encontram-se imunes em termos da lei de guerra?
- Se não o forem, poderão ser considerados alvos legítimos, passando nesse caso a ter o estatuto de combatentes?

No que concerne a estas interrogações Michael Lewis e Emily Crawford, advogados especialistas internacionais em direitos humanos declaram que sim, são alvos legítimos e portanto poderão em última instância serem sujeitos às leis de Guerra relativas a combatentes: “They are legitimate targets whether as civilians DPH [directly participating in hostilities] or as combatants. From the information available they appear to be civilians, but they could acquire combatant status if they are subject to a command structure that enforces the laws of war...”¹⁰⁶.

Em última análise estas operações militares, desencadeadas por pessoal civil ao serviço dos serviços secretos, podem ser consideradas ilegais “While drones may have developed as a solution to one problem created by the principle of distinction, their control by non-military personnel has created another distinction problem. Given the United States’ own interpretation of the laws of armed conflict, CIA drone operators may be violating IHL”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Department of Defense. Directive – Autonomy in Weapon Systems, Number 3000.09, 2012, p. 14.

¹⁰⁶ Lewis, Michael W. and Crawford, Emily. op. cit., p. 1128.

¹⁰⁷ Lewis, Michael W. and Crawford, Emily, ibidem, p. 1165.

A possibilidade de existência de hipotéticas falhas, apesar de todas as precauções existentes na norma, relativas à utilização de robôs autônomos ou semi-autônomos, sobretudo em cenários de conflito, torna necessária a contemplação de novos instrumentos normativos adequados à ética, tendo em atenção a nova realidade de uso generalizado, conforme vimos na introdução do capítulo mais detalhadamente.

Coloca-se a questão de saber, em caso de falha, a quem atribuir responsabilidade criminal. A Human Rights Watch, por exemplo, considera que a cadeia responsável pela conceção, desenvolvimento e utilização, sobretudo das armas autônomas, está de momento acima da lei civil e militar “...a variety of legal obstacles make it likely that humans associated with the use or production of this weapons – notably operators and commanders, programmers and manufactures – would escape liability for the suffering caused by fully autonomous weapons”¹⁰⁸.

Perante a desregulação e atropelos devidos a este tipo de armamento surgem organizações não-governamentais como o *Comité Internacional para o Controlo de Armas Robóticas* (ICRAC)¹⁰⁹, fundado em 2009, constituído por peritos em áreas como a tecnologia robótica, ética da robótica, relações internacionais, controlo de armas, etc, que zelam pela segurança dos civis ameaçados pela guerra feita com auxílio de tecnologia robótica; também a *Human Rights Watch*¹¹⁰ e a alta representante das Nações Unidas para as questões do desarmamento, Angela Kane¹¹¹, reúnem esforços com a campanha “Stop Killer Robots”, visando o problema das armas letais autônomas.

Christof Heyns, Relator do Conselho dos Direitos Humanos, expressa preocupação com o desenvolvimento destas armas letais autônomas, a possível evolução para os drones no futuro “...allowing LARS to kill people may denigrate the value of life itself. Tireless war machines, ready for deployment at the push of a button, pose the danger of permanent (if low-level) armed conflict...”¹¹².

¹⁰⁸ Human Rights Watch, Mind the Gap, The Lack of Accountability for Killer Robots. IHRC, 2015, p. 1.

¹⁰⁹ International Committee for Robot Arms Control [Em linha]. USA: International Committee for Robot Arms Control [Consult. 18 Jan. 2015] Disponível em: <http://icrac.net/who/>

¹¹⁰ Human Rights Watch: killer robots [Em linha]. New York, United States of America: Human Rights Watch [Consult. 7 Abr. 2015] Disponível em: <https://www.hrw.org/topic/arms/killer-robots>

¹¹¹ Campaign to Stop Killer Robots: Ban fully autonomous weapons [Em linha]. USA: Stop Killer Robots [Consult. 7 Abr. 2015] Disponível em: <http://www.stopkillerrobots.org/>

¹¹² United Nations, General Assembly. Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions (Christopf Heyns, 2013, A/HRC/23/47), p. 20.

Já no presente ano realizou-se em Genebra, na Suíça, um encontro informal de peritos em armas letais-autónomas¹¹³ (AWS), sob a égide das Nações Unidas, que pretendeu pensar o problema da sua utilização.

O delegado das Nações Unidas, Christof Heyns¹¹⁴ concluiu que as armas autónomas poderão e deverão ser utilizadas em cenários de conflito armado como ferramenta de auxílio; no entanto, não deverão ser utilizadas para impor a lei, uma vez que elas próprias infringem a lei internacional e a ética.

Por sua vez, o delegado norte-americano, Michael Meier, focou a diretiva 3000.09, que regula o desenvolvimento de armamento letal autónomo e reforçou a complexidade do tema deixando claro que o seu governo possui uma política robusta com metodologia adequada.

Relativamente ao armamento letal semiautónomo, onde se enquadram os drones atuais, colocam-se questões similares.

A União Europeia emitiu, em 2014, uma moção de resolução expressando a preocupação com a utilização de drones de ataque em atropelos de direitos humanos, nomeadamente no ataque às populações civis, assim como no desenvolvimento de armas letais autónomas¹¹⁵.

Um relatório elaborado pelo Conselho dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, alude igualmente à posição da União Europeia “Concerning the use of armed drones, the European Union said that it expected States to respect their international obligations and to refrain from perpetuating unlawful killings inside or outside their territory”¹¹⁶.

Na 68ª sessão da Assembleia Geral, na sequência do relatório de Christof Heyns, acima indicado, o Secretário-Geral da ONU emitiu uma nota chamando a atenção para os perigos para a manutenção da paz mundial e do respeito pelos direitos humanos,

¹¹³ The Convention Certain Conventional Weapons (CCW) Informal Meeting of Experts on Lethal Autonomous Weapons Systems – U.S. Delegation Opening Statement as Delivered by Michael W. Meier, Geneva April 13, 2015.

¹¹⁴ Informal Meeting of Experts on Lethal Autonomous Weapons: Convention on Conventional Weapons, comments by Christof Heyns, Geneva, 16 April 2015.

¹¹⁵ European Parliament. Joint for a Resolution on the Use of Armed Drones (PPE, Verts, GUE, A&D, ALDE, 2014/2567 RSP).

¹¹⁶ Council Starts Dialogue with Special Rapporteurs on Freedom of Religion and on Human Rights and Counter-Terrorism (HRC14/022E, 11 March 2014), p. 4.

apresentados pela tecnologia drone “Even though drones are not illegal weapons, they can easily be abused. The central norms of international law need not, and should not, be abandoned to meet the new challenges posed by terrorism (...) The use of drones by States to exercise essentially a global policing function to counter potential threats presents a danger to the protection of life, because the tools of domestic policing (such as capture) are not available, and the more permissive targeting framework of the laws of war is often used instead”¹¹⁷.

Para acautelar os direitos civis, o relatório de Ben Emmerson, relator do Conselho dos Direitos Humanos, das Nações Unidas¹¹⁸, adverte para a necessidade da tomada decisiva de ações de modo a que operações efetuadas por drones sigam os seguintes princípios:

- Se rejam pela lei internacional, principalmente no que concerne ao respeito pelo princípio da precaução, distinção e proporcionalidade;
- Em caso de ataque de contra-terrorismo que provoque vítimas civis, deverá ser desencadeada uma resposta pronta, independente e imparcial para apurar os factos devendo resultar num relatório público;
- As partes, tanto as possuidoras desse tipo de veículo, como as autoridades dos territórios afetados, deverão clarificar a sua posição face às ocorrências. Tal depreende a desclassificação de informação, divulgação pública de dados sobre casualidades civis, assim como a metodologia utilizada para chegar a esses números.

¹¹⁷ United Nations, General Assembly. Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions (Christopf Heyns, 2013, A/68/382), p. 22.

¹¹⁸ United Nations. Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms While Countering Terrorism (Ben Emmerson, 2014, A/HRC/25/59), p. 21.

CAPÍTULO III: EFEITOS DOS BOMBARDEAMENTOS À DISTÂNCIA

Na lógica de guerra, um meio tão desequilibrado do combate, como este (tecnologia drone), dificilmente poderia ser desperdiçado.

Estes veículos têm sido amplamente utilizados em diversos palcos de conflito. Por uma questão de método iremos debruçar-nos sobre as intervenções no Afeganistão e Iraque, apesar de o seu uso militar ser extensivo a diversas partes do globo, nomeadamente no Iémen “Unmanned aerial vehicles have been used extensively in Afghanistan and Iraque, for intelligence, surveillance and reconnaissance (ISR) purposes, to carry out strikes and to provide close air support to ground troops”¹¹⁹.

Os ataques operados por drones trouxeram consigo vantagens de vulto, comparativamente aos bombardeamentos aéreos convencionais, a saber: perdas reduzidas de vidas humanas (militares e civis), diminuição de gastos militares e maior precisão no ataque.

Poder-se-ia argumentar que estes ataques seguem de perto estratégias de combate defendidas por Sun Tzu¹²⁰: alcançar a vitória o mais rapidamente e com o menor custo possível, atacar o inimigo concentrando forças nos seus pontos fracos e a utilização da astúcia para surpreender o inimigo e vencê-lo¹²¹.

Walzer defende a pertinência do tipo de ataque que é efetuado pela tecnologia drone em conflitos que provoquem distúrbios humanitários, considerado isto uma guerra justa “...as guerras podem ser travadas a grandes distâncias, com bombas e mísseis apontados com grande precisão (...) às forças que levam a cabo massacres e deportações (...) Não há qualquer princípio na teoria da guerra justa que impeça este

¹¹⁹ The Stimson Center, *ibidem*, p. 19.

¹²⁰ Conselheiro militar chinês do séc. VI/V a.c., também conhecido por Sun Zi ou Sun Wu, tornado célebre com a obra “A Arte da Guerra”, considerada um clássico de estratégia militar. Segundo ele o objetivo final da guerra é sempre a vitória sendo a primazia a vitória sem ter havido combate.

¹²¹ Abreu, Francisco, – *Estratégia o Grande Debate*, Sun Tzu e Clausewitz. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 212.

modo de fazer guerra. Desde que saibam apontar com precisão para alvos militares, os soldados têm todo o direito de lutar a partir de uma distância segura”¹²².

A defesa da teoria da “guerra justa” de Walzer é criticada por Danilo Zolo uma vez que estabelece o que apelida de fundamentalismo humanitário, determinando a destruição do pluralismo das soberanias nacionais e a instituição de um mundo globalizado controlado por uma superpotência isolada, os EUA “Walzer haya afirmado que en casos de *supreme emergency* [...] ningún limite de carácter ético y jurídico pueda ser respetado por quien se encuentre amenazado. Cualquier medio de destrucción preventiva, aun el más terrorista y sanguinario, es moralmente lícito”¹²³.

As vantagens, portanto, carregam inconvenientes assinaláveis, sendo mais evidente o desrespeito por regras anteriormente assumidas, espelhadas em tratados humanitários. Constata-se que a guerra remota retira humanidade ao combate, uma vez que a falta de contato visual com o alvo poderá resultar em atrocidades desnecessárias.

Mesmo descartando o problema ético, as intervenções no Afeganistão e Iraque, apesar de militarmente distintas, falharam, se considerarmos outros princípios de Sun Tzu “Se te conheces a ti próprio mas não conheces o inimigo, por cada vitória ganha sofrerás uma derrota. Se não conheces o inimigo nem a ti próprio, sucumbirás em todas as batalhas”¹²⁴.

O início do século XX demarcou artificialmente fronteiras, territórios e estados, que apenas serviam aspirações europeias, sem que tenham sido consultadas as populações autóctones, apoiando por vezes elites corruptas “A Europa democrática ignorou os povos, criou elites superficiais que podia tutelar e só teve em linha de conta a exploração imediata dos seus territórios em que, desde o princípio do século XX, começava a aflorar o petróleo. Para justificar a empresa colonial, os europeus esgrimiram o princípio de que a Europa assumia a missão civilizadora de criar um Médio Oriente *ex nihilo* povoado por beduínos primitivos e comunitarismos arcaicos incapazes de auto-governo”¹²⁵.

¹²² Walzer, Michael, *ibidem*, pp. 34-35.

¹²³ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 120.

¹²⁴ Tzu, Sun – A Arte da Guerra. Lisboa: Edições Sílabo, 2012, p. 84.

¹²⁵ Muñoz, Gema Martín, *op. cit.*, pp. 11-12.

Até ao final da II Guerra Mundial o Médio Oriente esteve sob intervenção de potências europeias (Inglaterra e França), tendo esta influência passado para a União Soviética e Estados Unidos após o final da guerra.

Historicamente os dois povos atrás assinalados possuem características específicas que os tornam difíceis de conquistar militarmente.

No caso afegão, apesar da diversidade e rivalidade étnica, existe uma tradição de guerrilha do povo, maioritariamente muçulmano (sunita), contra invasões; no que concerne ao Iraque, as atuais fronteiras do país nasceram após a queda do império Otomano. Também maioritariamente muçulmano, mas com intensa rivalidade entre xiitas (maioritários), sunitas, e outras correntes étnicas e religiosas minoritárias (curdos, turcomanos, assírios, iazidismo, igreja assíria do oriente, lazdanismo, ortodoxos orientais, etc), tudo concorre para uma profunda instabilidade territorial.

Aparentemente, estas especificidades não foram importantes ou não foram tidas em conta aquando das intervenções, no pós 11 de setembro. Similarmente em relação aos argumentos invocados surgem dúvidas, tanto em relação ao Iraque “Quando finalmente o Presidente Bush foi abrigado a admitir publicamente que não havia qualquer ligação entre o ataque da Al-Qaeda de 11 de Setembro e o governo de Saddam Hussein no Iraque, os defensores contra o Iraque começaram a mudar os seus argumentos. Começaram, por exemplo, a destacar as “ligações” e os “laços” entre o Iraque e a Al-Qaeda em geral, deixando de mencionar especificamente o 11 de Setembro...”¹²⁶, como no tocante ao Afeganistão “...desde o seu início, nós cometemos alguns erros de palmatória. A guerra que os Estados Unidos tinham travado no Afeganistão não tinha sido aquela operação-relâmpago que à partida tínhamos imaginado (...) tratámos essa guerra mais como uma mudança de regime, do que propriamente uma acção de detecção e destruição de terroristas.”¹²⁷.

Coloca-se o ónus da utilização dos veículos aéreos não tripulados para infligir baixas, muitas delas civis: se relativamente ao Afeganistão havia uma alegada agressão feita por indivíduos treinados no seu território, o que não tornava o assassinio de civis legítimo, no caso iraquiano para a invasão inicial invocou-se um falso motivo, a existência de armas de destruição em massa.

¹²⁶ Clarke, Richard A., *ibidem*, p. 370.

¹²⁷ Clarke, Richard A., *ibidem*, pp. 377-378.

Não se provou a existência do perigo iminente de ataques terroristas ao exterior, ou a existência de armas químicas. Analogamente os resultados das ações preventivas foram pouco expressivos no caso afegão, uma vez que permanece a insegurança.

Ao subverter as antigas regras, aproveitando um vazio legal, poder-se-á ter regredido em termos éticos.

III.1 – Guerra ao terrorismo e legalidade

Apesar de ancestral, o terrorismo apresenta hoje novos contornos, resultado de uma fatalidade – fenómeno da globalização.

Como já referido, apresenta-se fácil a grupos terroristas realizarem ações mortíferas, aproveitando os meios tecnológicos e económicos colocados ao seu alcance “...o Terrorismo que foi ao longo dos séculos essencialmente local e por razões políticas ou religiosas, tendo vindo nos últimos trinta anos a alargar-se à área dos interesses económicos e do crime (cartéis da droga, tráfico de armas, prostituição) saltando intencionalmente fora dos limites regionais, o que lhe dá mais poder”¹²⁸.

O território norte-americano não foi exceção, sendo o ataque de 11 de setembro de 2001 a sua maior evidência.

Após terem sido efetuados os ataques às Torres Gémeas de Nova Iorque, o presidente americano George W. Bush declarou guerra ao terrorismo (20 de setembro de 2001) com a famosa declaração “...either you are with us or you are with the terrorists...”¹²⁹.

Assente no ideal político fundamental para o povo americano, a *Segurança Nacional*, os EUA deram início a intervenções militares desautorizadas pela ONU.

O “Patriot Act” foi promulgado pelo congresso, em 26 de outubro de 2001, dando poderes ao Departamento de Justiça para o enquadramento da vigilância interna e a externa, sustentando-se na necessidade de conter atos terroristas de cidadãos americanos e de outras nacionalidades.

A detenção para interrogatório, sem acusação formal, seria permitida tendo esta prática possibilitado interrogações quanto ao respeito por direitos fundamentais da

¹²⁸ Leandro, Garcia, AAVV, ibidem, p. 326.

¹²⁹ The Washington Post: President Bush Addresses the Nation [Em linha]. Washington, DC, United States of America: The Washington Post Company [Consult. 6 Out. 2014] Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html

população americana “Após os atentados e munido da já famosa Lei Patriótica dos EUA, Ashcroft geriu tão mal a componente das importantes percepções da guerra ao terrorismo interno que, para os milhões de americanos, se transformou mais em alguém que ataca do que alguém que protege as nossas liberdades civis (...) fez com que muitos americanos passassem a confiar ainda menos no seu governo”¹³⁰.

Baseado na situação de emergência introduziram-se alterações no sistema legal e penal americano, com uma nova definição do crime de terrorismo¹³¹.

Tornou-se possível a intromissão no direito à liberdade individual com o apoio no encarceramento, enquanto auxiliar do método de investigação; as buscas policiais sem aviso prévio, mesmo após o final da investigação; a criação de tribunais secretos, ou ainda a detenção de suspeitos sem acesso a advogados, situações que levantam questões do foro moral, ético e legal “...Quando estamos convencidos de que tentamos impedir algo que é de facto um mal moral grave, temos ainda outras perguntas morais a fazer a nós próprios. Temos de contrapor à magnitude do mal que tentamos impedir a possibilidade de os nossos atos levarem a um declínio drástico do respeito pela lei e pela democracia”¹³².

Sendo signatários do Tribunal Penal Internacional organismo tutelado pelas Nações Unidas, especializado em crimes de guerra e contra a humanidade (ainda que não tenham ratificado o tratado), os EUA optaram pela criação de tribunais militares especializados no julgamento de indivíduos considerados terroristas, prevendo penas que poderão ir até à pena de morte¹³³, mantendo-se à parte da legislação internacional “The United States is self-immunized from any prosecution. When they joined the World Court in 1946, the U.S. basically initiated the modern International Court of Justice, with it joined but with the reservation that the U.S. cannot be tried on any international treaty...”¹³⁴.

¹³⁰ Clarke, Richard A., *ibidem*, p. 353.

¹³¹ Após a realização dos ataques no 11 de setembro foi instituída a denominada *Authorization for the Use of Military Force*, que deu poderes alargados ao presidente americano para autorizar ações militares sem declaração de guerra “to use all necessary and appropriate force against those nations, organizations, or persons he determines planned, authorized, committed, or aided the terrorist attacks that occurred on September 11, 2001, or harbored such organizations or persons, in order to prevent any future acts of international terrorism against the United States by such nations, organizations, or persons.”

¹³² Singer, Peter, *ibidem*, p. 330.

¹³³ Singer, Peter – *Um Só Mundo, a Ética da Globalização*. Lisboa: Gradiva, 2004, p. 171.

¹³⁴ Chomsky, Noam e Vltchek, Andre, *ibidem*, p. 26.

Esta prática tem permitido ao país manter-se à parte e obstaculizar até a ação da justiça internacional relativamente, por exemplo, a crimes cometidos em guerra o que se tornou alvo de críticas à eficácia do tribunal “El resultado final [...] es que la calificación de la guerra de agresión como crimen internacional, presente en el artículo 5 del Estatuto de Roma, está destinada a permanecer privada de toda a relevancia práctica hasta que la Corte Penal Internacional sea dotada de competencia jurisdiccional sobre dicho crimen”¹³⁵.

Apesar da chamada luta contra o terrorismo, a administração Bush não recorreu muito aos drones, em comparação com a política militar de Barak Obama, tendo-se tornado visível sobretudo o rapto e transporte de prisioneiros considerados terroristas para a base militar cubana de Guantanamo.

O presidente Barak Obama mudou de estratégia, após críticas surgidas na sequência dos raptos e detenções para interrogatório dos supostos inimigos da América.

A *Central Intelligence Agency* (CIA), agência governamental responsável pela segurança nacional norte-americana, elaborou uma lista - “Kill list”¹³⁶ - de alvos a abater com a ajuda de aviões não pilotados.

Foi decidido utilizar drones para neutralizar os suspeitos de terrorismo e tal implicou um salto qualitativo no que diz respeito às vidas dos soldados americanos, deixando estes de estar tão sujeitos à possibilidade de morte em combate.

A ideia consistiu na realização de ataques cirúrgicos contra suspeitos, assim como alcançar zonas remotas e difíceis, limitando o número de vítimas civis e entre as tropas americanas. A eliminação do risco humano torna a guerra “mais aceitável”.

Os danos colaterais civis, segundo o princípio da necessidade, só são “aceitáveis” se estiverem previstos nos objetivos militares.

No entanto esta prática levanta algumas questões morais: a execução seletiva de suspeitos é contrária ao respeito pelos Direitos Humanos, uma vez que não dá hipótese à existência de interrogatório, seguido de um julgamento justo, com a agravante de se condenar o suspeito à morte (execução extrajudicial).

¹³⁵ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 58.

¹³⁶ The Guardian: Obama's secret kill list – The disposition matrix [Em linha]. London, United Kingdom: The Guardian [Consult. 10 Dez. 2014] Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jul/14/obama-secret-kill-list-disposition-matrix>

De igual modo, uma vez que a realidade é observada à distância, poderão ser feitos falsos julgamentos a propósito dos alvos selecionados, não podendo haver certeza relativamente à sua natureza insurgente, ou civil.

Sobre o aumento da distância de disparo, afirma Konrad Lorenz “A responsabilidade moral e a repugnância por matar aumentaram sem dúvida, mas a facilidade de executar um crime e a sua impunidade emocional aumentaram na mesma medida. A distância a que as armas de fogo são eficazes tornou-se suficientemente grande para que o acto de disparar esteja ao abrigo das situações estimulantes que, de outro modo, activariam as suas inibições contra o crime”¹³⁷.

A dificuldade de acesso dos meios de comunicação social, a lugares remotos onde operam os drones de ataque, contribui para o desconhecimento por parte da opinião pública.

Como já referido, os drones foram utilizados no Iraque durante a intervenção norte-americana e estão presentes no Afeganistão. Estes são locais oficialmente reconhecidos pelas autoridades americanas, uma vez que entrou em guerra, com esses dois países.

No entanto, os drones também intervêm em países como o Paquistão, o Iémen e a Somália. Aqui os EUA não estão oficialmente em guerra, argumentando com intervenções preventivas.

As operações de ataque a insurgentes dividiram-se em dois tipos. As efetuadas no âmbito da NATO, com base no direito à legítima defesa, sob proteção das Nações Unidas e as efetuadas em territórios de países sem declaração formal de guerra, com o apoio da CIA e por grupos do *Comando Conjunto de Operações Especiais ou Joint Special Operations Command (JSOC)*.

Os pormenores destas operações permanecem secretos (caso do Iémen onde alegadamente Rabi Lahib, um insurgente da al-Qaeda, foi morto por um drone americano tendo o ataque também provocado a morte de civis) e, apesar da aparente eficácia, coloca-se a questão crítica de se saber se tal é legítimo “We believe that this

¹³⁷ Lorenz, Konrad, *ibidem*, p. 252.

campaign of targeted- killings raises numerous questions, some strategic, some legal and ethical”¹³⁸.

Este tipo de operações militares afetaram a imagem dos Estados Unidos e poderão ter exponenciado o radicalismo político e a desconfiança “ Os dados recolhidos em sondagens já tinham sugerido que, nos países islâmicos, a grande maioria da população não confiava, nem gostava dos Estados Unidos. Depois da invasão, esses números atingiram recordes inimagináveis, não só nos países muçulmanos, como por todo o mundo (...) começamos a ser vistos como um super-rufião, mais do que propriamente uma superpotência, não só por aquilo que tínhamos acabado de fazer, mas pela forma como o tínhamos feito, troçando e desdenhando dos mecanismos internacionais de que viríamos a necessitar no futuro”¹³⁹.

O facto da administração Obama ter decidido que, em vez de prender os membros da al-Qaeda e os talibãs, passaria a usar os drones para os neutralizar, coloca algumas questões:

- Terá este padrão de ação militar (prisão de suspeitos sem acusação fundamentada ou bombardeamento com drones) levado à criação de crimes de guerra ou desrespeito por leis fundamentais?
- É legítimo atacar territórios sem uma declaração formal de guerra, invocando legítima defesa?

Relativamente aos ataques a insurgentes isolados, este tipo de atuação levanta dilemas ético-morais, devido à desobediência de regras consagradas no Direito Internacional “...os ataques dos drones parecem desrespeitar quatro princípios que definem conflito armado nos termos das convenções de Genebra: distinção, proporcionalidade, humanidade e necessidade militar”¹⁴⁰.

Igualmente no que concerne ao ataque operado a territórios pertencentes a Estados legítimos tal poderá ser sinónimo de desrespeito pelos princípios consagrados na *Carta das Nações Unidas*, nomeadamente na necessidade de evitar a todo o custo o confronto armado. Em caso de necessidade suprema deverá ser feita uma declaração de guerra de modo a, como explicitado no preâmbulo da carta “...garantir, pela aceitação

¹³⁸ The Stimson Center, *ibidem*, p. 28.

¹³⁹ Clarke, Richard A., *ibidem*, p. 376.

¹⁴⁰ Lemos, José Alberto – Os drones na guerra: regulação precisa-se. *Jornal Público*, 5 abril 2013.

de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada, a não ser no interesse comum”.

As leis que regulam a guerra na atualidade estão inscritas nas quatro convenções de Genebra (1948) e nos seus três protocolos adicionais (1977), encontrando-se subjacentes princípios de separação entre civis e militares, estabelecimento de limitações à ação militar e a garantia do princípio da proporcionalidade, estando na base do direito humanitário internacional.

Os protocolos adicionais defendem que as partes em conflito devem distinguir civis e combatentes. Um indivíduo deixa de ser um não-combatente se participar nas hostilidades passando a ser considerado um alvo, situação de que excluirá se for ferido, ou em caso de rendição.

Obrigam ainda à separação entre instalações militares e civis, assim como à utilização por parte dos combatentes de indumentária militar própria que os distinga dos civis.

O protocolo adicional I define os termos em que os combatentes estão autorizados a participar nos conflitos armados e a sua imunidade, no caso de processos criminais, desde que tenham tido uma conduta de respeito pela lei da guerra.

Com base nestes princípios foram criadas leis específicas para a proteção de civis e militares.

No caso de captura os combatentes têm direito a tratamento como prisioneiros de guerra.

As violações de leis e convenções, por parte dos países signatários, poderão conduzir ao julgamento de suspeitos pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ). Este tribunal resolve conflitos jurídicos submetidos pelos Estados e emite pareceres sobre questões jurídicas apresentadas pela assembleia-geral da ONU, pelo Conselho de Segurança, por outros órgãos e agências da ONU e ainda pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), criado para a promoção do Direito Internacional. Julga indivíduos, não Estados, suspeitos de crimes de guerra ou genocídio tendo recebido o veto dos EUA.

Os bombardeamentos efetuados a partir de aviões não tripulados, ainda que os alvos tenham sido cuidadosamente selecionados, acabaram por causar baixas civis e a

consequente revolta das populações atacadas “...ataques com aparelhos não tripulados contra guerrilheiros talibãs e da al Qaeda são um dos poucos instrumentos disponíveis no Norte do Paquistão (...) mas aos olhos do povo paquistanês eles são prejudiciais para o *poder suave*¹⁴¹ americano”¹⁴².

Samuel Huntington refere-se ao ódio existente entre o Ocidente e o denominado Mundo Islâmico ou Umma¹⁴³, que poderá ter sido exponenciado com este tipo de ações por parte dos dois lados que se consideram ofendidos “Nesta quase-guerra cada parte tem explorado as suas próprias forças e as fraquezas da outra parte. Sob o ponto de vista militar, tem sido, principalmente, uma guerra de terrorismo contra o poder aéreo. Militantes islâmicos empenhados exploram a abertura das sociedades ocidentais e colocam carros armadilhados em alvos selecionados. Militares profissionais ocidentais exploram os céus abertos do islão e lançam bombas inteligentes em alvos selecionados”¹⁴⁴.

Huntington refere uma realidade histórico-política do pós-queda do muro de Berlim, assistir-se-á à emergência de choques civilizacionais, que substituirão as nações e ideologias na condução da política universal.

O cenário internacional atual conta com a participação de atores não-estatais, económica e financeiramente poderosos. Destacam-se as *organizações não-governamentais* (ONG's), diversas organizações criminosas ou também as multinacionais “...se está realizando un processo de dislocación de las soberanías estatales a favor de nuevos actores internacionales – militares, políticos económicos, judiciales...”¹⁴⁵.

Uma vez que não são Estados soberanos, não têm personalidade jurídica, nos termos do direito internacional; resta saber qual será o futuro da ordem jurídica internacional.

¹⁴¹ (nota: itálico nosso)

¹⁴² Nye Jr., Joseph S., *ibidem*, pp. 250-251.

¹⁴³ Em termos religiosos a *Umma*, mundo islâmico, ou mundo muçulmano, refere-se à comunidade de crentes no Islão, ou muçulmanos; em termos geopolíticos a territórios habitados por maiorias muçulmanas e em termos culturais às diferentes culturas de povos de génese muçulmana.

¹⁴⁴ Huntington, Samuel P. – O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 254.

¹⁴⁵ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 127.

A propósito da nova realidade de conflito, Danilo Zolo entende que, a partir das intervenções militares no Afeganistão e no Iraque, os EUA deram início a um novo tipo de guerra. Houve a transição da chamada *guerra moderna* para o que apelida de *guerra global* “...no es una guerra entre Estados que se disputan espacios territoriales definidos o recursos localizados (...) la “guerra global” se combate para decir quién asumirá las funciones de *leadership* dentro del sistema mundial de las relaciones internacionales, quién impondrá las reglas sistémicas de la competencia entre las grandes potencias, quién tendrá el poder de darles forma, politicamente, a los procesos de la distribución de los recursos...”¹⁴⁶.

Sob outra perspectiva, no caso de os ataques partirem de Estados falhados, ou de grupos de insurgentes isolados, situações cada vez mais comuns, a declaração de guerra tornar-se-á obsoleta.

Todas estas questões apontam para uma provável necessidade de alterar a ordem jurídica mundial de modo a adapta-la à nova realidade de conflito armado.

III.2 – O caso afegão

Vem de longe o interesse ocidental pela conquista de territórios longínquos. O que se segue, após a “conquista”, é uma história que se repete: resistência contra os invasores e profunda instabilidade interna, que inclui os próprios governantes autóctones.

Na Ásia, à cobiça europeia, nomeadamente inglesa, somou-se, no século XIX, a ingerência do império soviético preocupado com a perda de influência do Czar nas suas províncias, época de rivalidade estratégica denominada de *Grande Jogo* “O que se seguiu foi “o Grande Jogo” entre a Rússia e a Grã-Bretanha, uma guerra clandestina de espertezas e subornos e de ocasional pressão militar enquanto ambas as potências se mantinham uma à outra a uma distância respeitosa, mantendo o Afeganistão como estado amortecedor entre ambas”¹⁴⁷.

Um dos países que sofreram as agruras da rivalidade externa foi o Irão, situação registada por Amin Maalouf “Os diplomatas acabavam de os advertir de que, se o xá fosse deposto, as duas potências [Inglaterra e Rússia] se veriam na deplorável obrigação

¹⁴⁶ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 117.

¹⁴⁷ Rashid, Ahmed – Os Talibãs, O Islão, o Petróleo e o grande jogo na Ásia Central. Lisboa: Terramar, 2001, p. 34.

de intervir militarmente. Não somente se aprestavam a sufocar-nos como ainda nos proibiam de nos defendermos! – Qual o motivo dessa obstinação? – Inquiriu Baskerville, aterrado. – O czar não quer uma democracia nas suas fronteiras, a palavra “parlamento” fã-lo temer de raiva. – Não é pelo menos o caso dos Britânicos! – Não. Só que, se os Persas conseguissem governar-se como adultos, isso poderia inspirar certas ideias aos indianos! E à Inglaterra só lhe restaria fazer as malas. E depois há o petróleo”¹⁴⁸.

A luta pela supremacia na Ásia Central protagonizada por britânicos e por russos refletia-se igualmente nos países vizinhos do Irão, nomeadamente na Índia e no Afeganistão “Os ingleses consideravam na época que a influência russa era demasiado grande, que ela só lhes deixava uma porção mesquinha do bolo persa (...) o Norte da Pérsia seria de influência russa, o Sul seria coutada da Inglaterra”¹⁴⁹.

Relativamente ao território afegão, a Inglaterra imperial tentou impor pela força, em 1840 e 1880, um governo “amigo” que respeitasse a Índia. Ambas as tentativas falharam e os acontecimentos ficaram registados pela escrita quase premonitória de Eça de Queiroz “...a Inglaterra goza por algum tempo a “grande vitória do Afeganistão” – com a certeza de ter de recomeçar, daqui a dez anos ou quinze anos; porque nem pode conquistar e anexar um vasto reino, que é grande como a França, nem pode consentir, colados à sua ilharga, uns poucos de milhões de homens fanáticos, batalhadores e hostis. A “política” portanto é debilitá-los periodicamente, com uma invasão arruinadora”¹⁵⁰.

Apesar disso, o êxito na conquista do território foi reduzido para as duas partes devido à imposição artificial de lideranças políticas “...invadem o Afeganistão, e aí vão aniquilando tribos seculares, desmantelando vilas, assolando searas e vinhas: apossam-se, por fim, da santa cidade de Cabul; sacodem do serralho um velho emir apavorado; colocam lá outro de raça mais submissa, que já trazem preparado nas bagagens, com escravas e tapetes...”¹⁵¹.

¹⁴⁸ Maalouf, Amin – Samarcanda. Lisboa: Difel, 2009, p. 234.

¹⁴⁹ Maalouf, Amin, op. cit., p. 235.

¹⁵⁰ Queiroz, Eça de – Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2001, p. 9.

¹⁵¹ Queiroz, Eça de, op. cit., p. 7.

No início do século XX transformou-se num protetorado inglês, tendo essa influência sido abalada com a eclosão da Iª Guerra Mundial, altura em que foi declarado independente, subindo ao poder o rei Amanullah Khan. O monarca tentou modernizar o país, tendo sido mais tarde obrigado a exilar-se na Europa, devido a acusações de traição e de ser pró-ocidente.

A situação política continuou instável e, em 1953, Mohammad Daoud Khan, considerado liberal e modernizador, foi nomeado primeiro-ministro. No sentido de estabilizar a situação, solicitou e conseguiu o auxílio à União Soviética.

À época, o país era estrategicamente secundário para os EUA, passando a depender apenas do auxílio da URSS.

Daoud demitiu-se em 1963 e, nos anos seguintes, surgiram diversos partidos pró-soviéticos. Em 1973, este político regressa ao poder na sequência de um golpe de estado que derrubou o rei e o Governo, acabando por ser assassinado em 1978, na chamada “revolução de abril”.

Nesta época assume o poder Nur Mohammad Taraki, pertencente ao partido Khalq, recebendo auxílio militar e financeiro por parte da União Soviética, utilizado para um conjunto de reformas económicas e sociais.

Em 1979 as tropas soviéticas invadem o território afegão trazendo à memória das populações a época em que o mesmo pertencia ao Czar. Seguiu-se, por sequência, uma rebelião que se mostrou especialmente eficaz nas zonas mais tribais, ao longo do vale Kunar, situado a norte da cidade de Jalalabad, a cerca de 150 Km da capital do país, Cabul.

A resistência ao regime marxista começou logo após a revolução de 1980 com a participação das minorias étnicas e confederações tribais, sendo executada de forma bastante descoordenada.

A repressão não se fez esperar, pelo receio da URSS quanto à possibilidade da rebelião religiosa alastrar aos territórios maioritariamente muçulmanos, na Ásia Central, e à possível perda de influência nesse espaço.

Os soviéticos impuseram o recolher obrigatório nas cidades, medida que contou com uma resistência significativa, resultando na distribuição de panfletos (denominados

por cartas da noite ou *shabnama*) apelando à insurreição e que culminou na morte de 300 civis, após uma manifestação realizada a 21 de fevereiro de 1980.

As chacinas de soldados soviéticos, em emboscadas, passou a ser frequente tal como já tinha ocorrido no passado, com outros exércitos “...os restos debandados do exército refugiam-se em algumas das cidades da fronteira, que ora é Gasnat ora Candaar: os afegãos correm, põem o cerco, cerco lento, cerco de vagares orientais...”¹⁵².

As tropas soviéticas, ajustadas para a guerra convencional, não dispunham de equipamento especializado nem estavam preparadas taticamente para a luta anti guerrilha.

Por seu lado, a resistência afegã apresentava duas fraquezas básicas: a falta de coordenação entre facções rivais e a escassez de armamento moderno.

Os grupos de insurgentes, designados por *Mujahedin*, palavra que significa “aquele que busca a *jihad*”¹⁵³, pretendiam a instauração de um estado muçulmano regido pela lei islâmica ou *sharia*¹⁵⁴, situação que se mantém na atualidade.

Apesar da contestação popular, a URSS forneceu ao governo afegão, chefiado por Hafizullah Amin, armamento e conselheiros militares, tendo igualmente fomentado a implementação de reformas económicas e sociais, nomeadamente na defesa dos direitos das mulheres.

O alegado assassinato de Mohammad Taraki (presidente à época), atribuída à suposta conspiração deste para derrubar Hafizullah Amin (primeiro-ministro), deu lugar à introdução de sanções à URSS, por parte dos EUA, justificada pela invasão do país “...depois de a União Soviética ter invadido o Afeganistão em 1979, o presidente Jimmy Carter cortou as vendas de cereais e boicotou os Jogos Olímpicos de Moscovo em vez de usar uma ameaça de força, o que não teria parecido credível.”¹⁵⁵.

Babrak Karmal é nomeado presidente, apoiado pelos soviéticos, e considerado traidor pelos seus compatriotas. A época ficou marcada por deserções em massa de

¹⁵² Queiroz, Eça de, *ibidem*, p.8.

¹⁵³ Luta para a obtenção da fé perfeita, segundo o Islão.

¹⁵⁴ Conceito religioso do islão, significando submissão a Alá. Conjunto de leis que deverão reger a conduta humana.

¹⁵⁵ Nye Jr., Joseph S., *ibidem*, p. 95.

afegãos, que se juntaram à resistência, originando o colapso do exército. O primeiro-ministro, Hafizullah Amin, acabou assassinado num confronto com as tropas soviéticas.

O território afegão tem as condições propícias para a guerra de guerrilha, sendo praticamente impossível de patrulhar devido à sua orografia agreste, particularmente nas montanhas do Centro e do Nordeste. A extensa fronteira com o Paquistão dificulta ainda mais as operações militares, devido ao elevado número de tribos que utilizam os dois lados da fronteira para se esconder, após ações de guerrilha.

A assinatura da Diretiva de Segurança Nacional (NSDD 166), pelo presidente Reagan, que defendia a expulsão dos soviéticos por todos os meios, veio fornecer aos insurgentes mísseis antiaéreos *Stinger* que puseram em causa a supremacia militar russa, definindo o resultado do conflito “Os Soviéticos pagariam um preço elevado a partir desta altura: os seus homens e aviões seriam alvo destes mísseis que os afegãos aprenderam a usar com destreza...”¹⁵⁶.

Os soviéticos apenas mantinham o controlo de algumas estradas e de cidades, acabando por retirar-se do país em 1989, que mergulhou em guerra civil “...o governo dos Estados Unidos desinteressa-se do essencial no Afeganistão. Enquanto Estado, não tem nenhuma estratégia, nenhum plano para depois da saída [dos soviéticos]. Nada de positivo no que concerne à fase seguinte: a paz e reconstrução”¹⁵⁷.

A insurgência foi feita por guerrilheiros talibãs, cuja pretensão de base é o estabelecimento da sharia (caminho), ou seja, um sistema de normas legais baseado numa interpretação rígida dos textos corânicos, com o qual pretendem criar códigos austeros de conduta moral, de modo a aplicar uma determinada política social “...não vêem a xaria como uma maneira de criar uma sociedade justa, mas simplesmente como um meio de regular o comportamento pessoal e de arranjar códigos para os muçulmanos...”¹⁵⁸.

Regem-se por lealdades de carácter étnico ou tribal, beneficiando do facto do domínio governamental fora das cidades ser ainda hoje quase nulo “...os talibãs, em

¹⁵⁶ Ferreira Pinto, Maria do Céu, *ibidem*, p. 236.

¹⁵⁷ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, *ibidem*, p. 74.

¹⁵⁸ Rashid, Ahmed, *op. cit.*, p. 17.

clássico estilo insurgente, dispersaram e depois reagruparam mais tarde para retomarem a batalha”¹⁵⁹.

Em 1996 os talibãs (maioritariamente da etnia *pashtun* baseado sobretudo no sul do país) assumem o poder, instaurando um regime de cariz fundamentalista, tendo dado abrigo à organização fundamentalista islâmica *al Qaeda* “A Base”, dirigida pelo saudita Osama Bin Laden.

Apesar de ser manifesta, esta política não é consensual dentro da própria etnia “Nem os talibãs têm uma base ou uma legitimidade tribal segura dentro do seu próprio grupo étnico maioritário, os Pastuns, o maior grupo étnico do Afeganistão. Grande parte da elite tribal pastune recusa-se a reconhecer os talibãs e fugiu para o Paquistão...”¹⁶⁰.

Após o ataque às Torres Gémeas pela *al Qaeda*, em 2001, uma coligação de países ocidentais, liderada pelos Estados Unidos e com intervenção de, entre outros, Reino Unido e Canadá, optou por uma intervenção armada no Afeganistão (operação *Enduring Freedom*), cujo território dominado pelos Talibãs servia à época de base para campos de treino de insurgentes islamistas. Foi igualmente conseguido o apoio de um grupo de cariz político-militar afegão, designado Aliança do Norte (etnia tajique e uzbeque) de forte oposição aos talibãs.

Os drones de ataque começaram a ser utilizados em solo afegão, nesse mesmo ano, tendo constituído uma ajuda importante “No Afeganistão, pela primeira vez, UAV transmitiram, não só informação aos aviões, mas também dispararam mísseis anticarro”¹⁶¹.

No início tiveram lugar avanços significativos no terreno com auxílio da Aliança do Norte “A combinação de poder aéreo avançado e forças especiais limitadas, aliadas e combatentes afegãos no terreno começou por funcionar bem no Afeganistão, e o êxito rápido da invasão de março de 2003 do Iraque, com apenas trinta e três baixas, mostrou tanto as vantagens como as fraquezas desta abordagem.”¹⁶², apesar disso as forças americanas depararam-se com ataques regulares que dificultaram a progressão militar.

¹⁵⁹ Friedman, George – A Próxima Década. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2012, p. 86.

¹⁶⁰ Rashid, Ahmed, *ibidem*, p. 203.

¹⁶¹ Santos, Eduardo Silvestre dos, *ibidem*, p. 141.

¹⁶² Nye Jr., Joseph S., *ibidem*, p. 56.

Durante a operação *Enduring Freedom*, os ataques aéreos foram conjugados com o avanço das forças de operações especiais, tendo sido de assinalar a superioridade em termos de informações militares, abreviado-se o processo “sensor-decisor-executante” que facilitou a colaboração e a partilha de informação. Foi também utilizada a chamada “bomba inteligente” guiada até ao alvo por GPS.

Na atualidade a *Aliança do Norte* já não existe enquanto organização político-militar e os talibãs, apesar de todas as divisões dentro das tribos *Pashtun*, estão de novo ativos em termos de insurgência, contando com algum apoio popular “Mais sofisticados do que o público americano, os líderes muçulmanos observaram que o principal contributo americano era o poder aéreo, enquanto os trabalhos pesados eram feitos pelos afegãos.”¹⁶³.

O apoio à insurgência no Afeganistão criou, além da desconfiança em relação ao Ocidente, uma escola de guerrilha que se encontra disseminada por diversos territórios “That’s actually where the Southeast Asian radical islamic cadres got radicalized and indoctrinated, on the battlefields of Afghanistan. They were fighting on behalf of the west; they were paid by Western Money and armed by Washington and London”¹⁶⁴.

Em resumo, o território tem, desde há muito tempo, conflitos étnicos que foram explorados por potências externas, no século XIX “...As lutas entre Durrani¹⁶⁵ no poder, que foram alimentadas por agentes da contra-espionagem britânica, garantiram que os reis afegãos se mantivessem fracos e dependentes da generosidade britânica ...”¹⁶⁶ e que continua no presente “...a batalha de vontades entre os EUA e a Rússia dominará a futura competição das condutas. A Rússia continua inflexível quanto a manter os EUA fora do seu quintal centro-asiático...”¹⁶⁷.

A retirada das tropas americanas do território afegão, anunciada pelo presidente Obama, já teve início. No final do presente ano o contingente militar deverá concentrar-se na base de Bagram, em Cabul, e a retirada total está agendada para 2016¹⁶⁸ não tendo

¹⁶³ Friedman, George, op. cit., p. 86.

¹⁶⁴ Chomsky, Noam e Vltchek, Andre, ibidem, p. 116.

¹⁶⁵ Tribo da etnia Pastun.

¹⁶⁶ Rashid, Ahmed, ibidem, p. 34.

¹⁶⁷ Rashid, Ahmed, ibidem, p. 193.

¹⁶⁸ Expresso: Barak Obama Mantém Tropas no Afeganistão até 2016 [Em linha]. Lisboa, Portugal: Semanário Expresso [Consult. 01 Out. 2014] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/barack-obama-mantem-tropas-no-afeganistao-ate2016=f872571#ixzz3P05JiGWc>

sido resolvidos nenhuns dos problemas socioeconómicos do país “...os EUA, ao pegarem em questões isoladas e criarem toda uma política em torno de cada uma delas, sejam elas os oleodutos, o tratamento das mulheres ou o terrorismo, estão apenas a demonstrar que aprenderam pouco (...) A região é um barril de pólvora de conflitos por resolver”¹⁶⁹.

Apesar de todos os esforços militares, a saída das tropas americanas poderá corresponder de novo à ascensão dos talibãs “...não haverá maneira de os Estados Unidos parecerem triunfantes e a guerra afegã será resolvida da mesma maneira que foi a do Vietname: através de um acordo de paz negociado que permita às forças insurgentes – neste caso os talibãs – assumirem o controlo”¹⁷⁰.

Não obstante as divergências ideológicas, à luz do passado, continuará a haver solidariedade tribal sempre que aconteça algum tipo de invasão a partir do exterior “Ningún orden y ninguna paz reinarán entre las inmensas mesetas donde domina la etnia pastún hasta que el último invasor extranjero haya sido expulsado”¹⁷¹.

Ignácio Ramonet entende que os EUA nunca tiveram a intenção de ocupar em permanência ou conquistar militarmente o país, apesar de o poderem ter feito - a supremacia militar no século XXI não se traduz na conquista do território “Estas tornaram-se, a longo prazo e na conjuntura actual, politicamente ingovernáveis, militarmente perigosas, financeiramente dispendiosas e mediaticamente desastrosas, num contexto que confirmou os media como actores de primeiro plano”¹⁷².

III.3 – O caso iraquiano

É já clássico o antagonismo no território iraquiano contra o ocidente.

O Iraque fez parte do império otomano, sendo que as hierarquias dentro das diversas comunidades foram respeitadas durante esse período, estando o país dividido à época em três províncias distintas, em termos de composição étnica e religiosa: Bassorá, maioritariamente xiita, com forte tradição mercantil; Mossul, de maioria sunita, tratando-se de um grande mercado de troca e intercâmbio com a Síria, sobretudo Alepo;

¹⁶⁹ Rashid, Ahmed, *ibidem*, p. 251.

¹⁷⁰ Friedman, George, *ibidem*, p.141.

¹⁷¹ Zolo, Danilo, *ibidem*, p.19.

¹⁷² Ramonet, Ignacio – *Guerras do Século XXI, Novos medos, novas ameaças*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 10.

e Bagdad, também majoritariamente sunita, com grande tradição mercantil e de criação de riqueza.

No início do século XX eclodiram, no Médio-Oriente, diversos tumultos por parte de lideranças árabes nacionalistas contra o domínio colonial europeu. Aliaram-se, então, às forças fascistas europeias numa atitude de revolta contra o imperialismo anglo-francês dominante na região, até ao começo da II Guerra Mundial.

Sucederam-se as revoltas nos territórios coloniais europeus, exemplificados nas revoltas da Síria, antiga pertença do império otomano (1925 e 1927) e Líbano (tornado república em 1926), contra o domínio francês.

Nos territórios de influência política britânica revoltaram-se o Iraque, tendo a independência sido proclamada em 1932 e a Arábia Saudita, considerada reino independente em 1927.

Excluída do processo de independência colonial ficou a Transjordânia, antigo território do império otomano, incorporado no mandato britânico da Palestina em 1921.

Apesar da independência, sucederam-se uma série de governos pró-britânicos até 1940, ano em que ascendeu ao poder o nacionalista Rashid Ali al-Gailani, acontecimento que culminou com nova ocupação do Iraque até 1945, por parte dos britânicos.

O território iraquiano comportava, à época da sua criação, tal como na atualidade, um conjunto de comunidades distintas que não se reconheciam num projeto de cariz nacional; as principais, curdos e xiitas, foram-se revoltando contra a liderança do estado iraquiano que esteve sempre na mão de sunitas, decisão que havia sido tomada durante o domínio britânico.

No final da II Guerra Mundial o país passou para a esfera de influência americana. Em 1979, após anos de turbulência política, lidera o país Saddam Hussein, que manterá o controlo político do país até à invasão americana no ano de 2003.

Durante a intervenção no Iraque, em 2003, foram utilizados drones que vigiaram ininterruptamente o avanço das tropas inimigas no terreno, atuando em conjugação com o exército.

A ofensiva em território iraquiano foi concretizada por uma coligação de forças, liderada pelos EUA, sob o pretexto de que estariam a ser fabricadas armas de destruição

em massa. Outra alegação foi de que o presidente Saddam Hussein teria ligações à organização *al-Qaeda*, desrespeitando a carta das Nações Unidas.

O general Colin Powell, Secretário de Estado americano, terá referido haver, no início a algumas hesitações inglesas face à intervenção e incertezas por parte de outros países europeus "The Brits would be with us, (...) but their support could falter in the absence of some international ou United Nations – sanctioned coalition. The rest of Europe was unsure, as were U.S. friends in the Middle East"¹⁷³.

Foi Powell quem compareceu perante o Conselho de Segurança da ONU para apresentar as alegadas provas da existência de armas de destruição em massa e dos supostos laços do regime com o terrorismo internacional.

No entanto, as causas para a operação poderão ter sido outras "Saddam Hussein foi o casus belli para justificar a dominação do Iraque, como parte de um projecto de remodelação do Médio Oriente que os Estados Unidos estão a forjar desde 1991 e que à sombra de uma série de circunstâncias excepcionais, ocorridas desde o 11 de Setembro de 2001, decidiu agora acelerar de forma radical"¹⁷⁴.

A intervenção poderá ter sido ordenada tacitamente, por motivos geoestratégicos e económicos, na sequência da operação militar no Afeganistão "Depois da intervenção militar no Afeganistão, e animados pelo «êxito» da referida campanha (que obteve o unânime apoio da ONU e da OTAN), a opinião de que tinha chegado a vez do Iraque começou a ganhar adeptos no seio da administração Bush. Para defender perante o mundo essa decisão de acabar com a ameaça de Saddam Hussein, os responsáveis norteamericanos combinaram de forma errática argumentos de segurança, humanitarismo e defesa dos valores democráticos..."¹⁷⁵.

Neste caso existiu uma declaração de guerra, justificando a intervenção militar. Foi invocado o direito à legítima defesa antecipatória, quer pela constante ameaça do discurso quer pelo aparato bélico "There was some discussion about whether they had legal authorization to go to war. They went point by point through 1441"¹⁷⁶ and

¹⁷³ Woodward, Bob – Plan of Attack. London: Simon & Schuster, 2004. op. cit., p. 156.

¹⁷⁴ Muñoz, Gema Martín, ibidem, p. 15.

¹⁷⁵ Muñoz, Gema Martín, ibidem, p. 203.

¹⁷⁶ Resolução aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU que ordenou a entrada no Iraque, de inspetores que procurariam alegadas armas de destruição em massa. A permissão para uma ação militar não foi consensual uma vez que a Rússia e a França não estiveram de acordo.

concluded that the “serious consequences” gave them the authority for war if there was noncompliance, and surely Iraq in their view had not disarmed”¹⁷⁷.

A legítima defesa reside na reação através do uso de força perante uma agressão “ilegítima”, sendo empregada pela Lei da Guerra, somente em situações específicas: existência de agressão atual e ilícita, embora já não provável; situações em que não haja outra possibilidade de afastar a agressão; a reação deverá ser proporcional ao risco que se deseja afastar.

O direito à legítima defesa está expressamente consagrado na *Carta das Nações Unidas*: Artigo 51:

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

A invasão e ocupação do território, levada a cabo pela coligação internacional, maioritariamente inglesa e americana, durou aproximadamente nove anos, tendo a retirada sido concretizada em 2011.

Apesar da ocupação do território para expulsar Saddam, ou al-Qaeda, assistiu-se à progressiva fragmentação étnica e territorial, numa basilar demonstração do quanto artificiais eram as fronteiras ideológico-religiosas do país. Essa fragmentação terá sido pensada pelos estrategas militares americanos e utilizada para atingir propósitos de desestabilização “... the seven lines of operations were: (...) Support of the opposition groups throughout Iraq, including the Kurds in the north and disaffected Shiite groups in southern Iraq or even within the Iraqi militar. This would be in full coordination with CIA. Support might include everything from arms to developing the opposition

¹⁷⁷ Woodward, Bob, *ibidem*, p. 358.

groups capacity to gather intelligence, conduct strategic reconnaissance and sabotage...”¹⁷⁸.

A fragilidade da coesão étnica foi pois “esquecida” pelos estrategas ocidentais – a não ser que se introduza o fator incompetência, uma possibilidade “...quando os militares tentaram impor a segurança não dispunham de forças suficientes para realizar a tarefa – não podiam, pura e simplesmente, ocupar o território, procurar armas de destruição maciça e, simultaneamente, guardar as muitas instalações e infraestruturas civis necessárias ao êxito da transição para um governo iraquiano. E quando passaram à ofensiva levando a cabo rusgas e revistando casas, não dispunham muitas vezes de intérpretes que explicassem às famílias o que estavam a fazer e porquê – um erro clássico nas ações de combate à guerrilha – ofendiam os líderes locais e detinham os inocentes e os que não estavam implicados (...) acabariam, com o correr do tempo, por se saldar num número crescente de baixas entre os civis inocentes, bem como numa crescente ira popular que seria difícil de apaziguar”¹⁷⁹.

Tal como no Afeganistão, os drones de ataque e reconhecimento têm sido utilizados no conflito iraquiano, sobretudo desde a retirada das tropas norte americanas em 2011, tendo a sua presença sido reforçada devido à progressão geográfica do *Estado Islâmico*¹⁸⁰.

No entanto, em termos de contenção da insurgência islamista, a sua eficácia é posta em causa, uma vez que a progressão extremista continua apesar dos ataques com drones “...there is no indication that a US strategy to destroy al-Qaida has curbed the rise of Sunni Islamic extremism, deterred the establishment of Shia Islamic extremist groups or advanced long-term US security interests”¹⁸¹, sendo as consequências desta progressão imprevisíveis para o ocidente.

Chegou ao seu termo o velho paradigma das guerras territoriais; os conflitos tenderão a deslocar-se e a alterar o próprio conceito de insurgente – o insurgente pode ser qualquer cidadão, em qualquer local.

¹⁷⁸ Woodward, Bob, *ibidem*. p. 55.

¹⁷⁹ Clark, Wesley K., *ibidem*, p. 190.

¹⁸⁰ Organização que se afirma como uma autoridade agregadora de todos os muçulmanos. Procura instituir um califado mundial (entidade política ou estado que agrega todos os muçulmanos sob a autoridade do califa, líder político e religioso).

¹⁸¹ The Stimson Center, *ibidem*, p. 29.

Terá que se equacionar em que situação faz sentido, no atual momento, as declarações de guerra, quando o interlocutor é ausente.

III.4 – Conceito de combatente hostil

Há um padrão, na organização da violência em grande escala, que só em parte se aproxima do combate individual, onde os adversários de certa forma se equivalem; assim é nas artes marciais, em que os adversários se equilibram na experiência e na tática ou, até, nos jogos de tabuleiro onde à partida não há vantagens antecipadas. O que conta, nestes casos, é a habilidade e a tática de cada contendor.

Resíduos de migração deste comportamento cavalheiresco individual fazem-se sentir em alguns exércitos de formação mais antiga onde a “honra” poderia, de alguma forma, ser ferida quando o excesso de vantagem perante o adversário adulterava o sentido do jogo. O Brigadeiro Shelford Badwell recorda esses momentos: “Para obter “glória”, a guerra tem de ser conduzida de acordo com certas regras (...). A baioneta, o sabre e a lança eram mais nobres do que as armas de fogo (um regimento de cavalaria britânico, ao ser equipado com carabinas pela primeira vez, em meados do séc. XIX, a título cerimonial meteu a primeira remessa num carrinho de mão e despejou-o na estrumeira de um estábulo) ”¹⁸².

Outro exemplo de respeito cavalheiresco na história universal diz respeito à época da Terceira Cruzada (1189 – 1192) e à tentativa de Ricardo Coração de Leão conquistar a Palestina, tal como Saladino, sultão do Egito e da Síria. Não tendo Ricardo homens suficientes para manter o território de Jerusalém, firmou um acordo com Saladino: considerando a importância do território para ambos, os cavaleiros cristãos ficariam com a área conquistada de Tiro a Jafa e Saladino ficaria com Jerusalém, sendo dada a garantia de acesso dos peregrinos cristãos à cidade. Apesar adversários terão sido respeitados códigos de conduta.

Nos tempos atuais, um tal comportamento, mesmo que a título cerimonioso, está absolutamente fora de causa.

As batalhas são combatidas com a utilização do máximo potencial por forma a produzir a neutralização inimiga, ou a rendição sem condições.

¹⁸² Dixon, Norman F., op. cit., pp. 13-14.

Na realidade, as batalhas não se ganham daquela forma: as partes procuram, obsessivamente, provocar o maior desequilíbrio possível, no confronto com o adversário. É aqui que entram as diferenças numéricas, o arrojo técnico e, inicialmente, a compulsão pela tecnologia, para além de eventuais desrespeitos por regras legais.

Em 18 de setembro de 2004, na sequência do que chamou de guerra ao terrorismo, o presidente Bush assinou um decreto presidencial contrário à convenção da ONU contra a tortura, em vigor desde 1987. Tal facto permitiu a formação de comandos que, desde então, operam à margem das leis internacionais.

Estes elementos estão autorizados a prender suspeitos de terrorismo, apelidados de “combatentes hostis”, em qualquer sítio, seguindo-se a sua transferência para prisões clandestinas em diversas partes do mundo e sujeitos a consequente interrogatório.

Em termos jurídicos o combatente hostil não goza dos direitos fundamentais consagrados na lei americana “... um “combatente hostil” não é nem um prisioneiro de guerra nem um detido de direito comum. Nem as convenções de Genebra nem o Código de Processo Penal americano lhe são aplicáveis”¹⁸³.

Proliferam atualmente as expressões que suavizam potenciais ações reprováveis como, por exemplo, a designação de baixas não intencionais causadas por operações militares a populações civis. São apontadas genericamente como “*danos colaterais*”, palavra com origem no latim “*collateralis*”¹⁸⁴.

Também a designação “fogo amigo” define vítimas de ataques feitos em contexto militar, ou seja, quando tropas aliadas são atingidas em combate devido a erro de cálculo.

De acordo com o anexo 7 (A7.1.) do guia da *United States Air Force* (USAF), os danos colaterais referem-se a: “[the] unintentional damage or incidental damage affecting facilities, equipment, or personnel, occurring as a result of military actions directed against targeted enemy forces or facilities. Such damage can occur to friendly, neutral, and even enemy forces”¹⁸⁵.

¹⁸³ Ziegler, Jean, op. cit., p. 131.

¹⁸⁴ Significa “junto com o lado”, sendo-lhe usualmente dado o significado de paralelo.

¹⁸⁵ Federation of American Scientists (FAS): COLLATERAL DAMAGE [Em linha]. Washington, United States of America: Federation of American Scientists [Consult. 10 Jan. 2015] Disponível em: <http://www.fas.org/irp/doddir/usaf/afpam14-210/part20.htm#page180>

Estas denominações ocidentais parecem ter subjacente a ideia de afastar termos que possam induzir à ideia de morte provocada com dolo ou ainda, no caso do termo “combatente hostil”, a retirada da sua componente de cidadão do mundo, recusando ao sujeito os direitos consagrados pelas diversas leis universais e contornando as questões éticas subjacentes ”Western cultur emanages to getaway with these crimes, and still keeps the world conviced that is has a sort of moral mandate”¹⁸⁶.

Estima-se que em 2014 tenham morrido cerca de 3.188 civis devido à intensificação da guerra contra os Talibãs¹⁸⁷, todos eles enquadrados no conceito de *danos colaterais e não como vítimas*.

Walzer considera o ataque ao Afeganistão como uma guerra justa, uma vez que o seu objetivo foi sobretudo destruir uma rede de insurgentes e prevenir ataques futuros¹⁸⁸. No entanto, chama a atenção para a necessidade de acautelar a morte de inocentes, sobretudo as provocadas pela utilização de tecnologia ”Quando lutamos à distância com aviões e mísseis, temos de ter gente no terreno para seleccionar os alvos, ou então temos de ter serviços secretos muito bons; temos de evitar sobrestimar a inteligência das nossas bombas inteligentes. O orgulho tecnológico desmedido não é, suponho eu, um crime, mas pode levar a resultados muito maus...”¹⁸⁹.

Está prevista para o ano de 2016 a saída das tropas americanas do território afegão mas, ao contrário do previsto, os talibãs poderão regressar de novo ao poder, ficando por analisar mais uma vez a extensão dos danos que a presença militar ocidental representou para as populações civis.

Uma intervenção militar inconsequente provará que as desconfianças em relação ao respeito pelos Direitos Humanos em territórios não ocidentais, por parte ocidente, estavam corretas. O sistema de dois pesos e duas medidas poderá acarretar danos ”...a guerra no Afeganistão no pós-11 de setembro – são todos acontecimentos interpretados

¹⁸⁶ Chomsky, Noam e Vltchek, Andre, ibidem, p. 23.

¹⁸⁷ REUTERS: Civilian deaths in Afghanistan war reach new high in 2014: UN [Emlinha]. Nova Iorque, Estados Unidos da América: Reuters. [Consult. 19 Dez. 2014] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/12/19/us-afghanistan-casualties-idUSKBN0JX1ZS20141219>

¹⁸⁸ Walzer, Michael, ibidem, p. 152.

¹⁸⁹ Walzer, Michael, ibidem, p. 151.

pelas massas árabes como episódios que atestam a tentativa do Ocidente de neutralizar o poderio árabe e de humilhar os Muçulmanos”¹⁹⁰.

A abolição da pena de morte permitiu instituir o direito universal ao valor da vida, de modo inegociável e inalienável, sendo esta uma das maiores conquistas do progresso humano. Todas as tentativas para contrariar esse princípio ou permitir a morte de inocentes constituem um retrocesso civilizacional.

III.5 – Consequências civilizacionais

A utilização de drones de ataque poderá justificar-se com o *princípio da necessidade* - maior precisão e menor número de vítimas – com a alegação de ter sido esgotada a via diplomática, como no caso da intervenção no Iraque.

O ataque a zonas e alvos específicos sustenta-se na *proporcionalidade*, princípio geral usado como critério de equidade e justiça nos processos interpretativos da lei.

A *proporcionalidade* e a *distinção* entre objetivos civis e militares são fatores importantes na avaliação da necessidade militar e poderão não ter sido devidamente tidos em conta nas duas situações assinaladas.

Estes princípios em teoria deverão espelhar-se numa utilização “racional” da força, de forma a minorar possíveis danos colaterais.

Não devemos perder de vista que estes e outros princípios consagrados em Haia poderão ser observados com desconfiança por populações não ocidentais devido a resquícios de colonialismo “Não pode ignorar-se que o Estatuto do Tribunal da Haia ainda invoca os Estados civilizados como fonte do direito internacional, resto de uma doutrina euromundista que, no ponto alto da supremacia ocidental, falava no “resto do mundo” povoado de povos “atrasados” e “selvagens”¹⁹¹.

A utilização de drones armados no Iraque e no Afeganistão, assim como no Iémen, ou no Paquistão, sem o respaldo das regras do Direito Internacional de Guerra poderá ter criado um precedente “It is true that whatever legal basis the United States offers for utilizing drones in Yemen, Pakistan, or Somalia must also be available to any other nation wishing to use drones as well.”¹⁹².

¹⁹⁰ Ferreira Pinto, Maria do Céu, *ibidem*, p. 45.

¹⁹¹ Moreira, Adriano, AAVV, *ibidem*, p. 141.

¹⁹² Lewis, Michael W. and Crawford, Emily, *ibidem*, p. 1163.

A insuficiência de legalidade poderá refletir-se negativamente nos interesses ocidentais, para além de ser contraproducente em termos de paz global “...o que se chama hoje “guerra de terror” e que consiste em alinhar vitórias sobre o campo de batalha afegão, face a uma milícia tribal primitiva e fanatizada de quaisquer vinte mil homens, arrisca-se a ficar de fora de assunto. Porque face ao terrorismo, é o excesso militar verdadeiramente uma resposta?”¹⁹³.

Poderá estar para breve a utilização dos mesmos veículos por parte de outros países, aliados ou não do ocidente, e práticas erradas terão aberto uma brecha moral “US practices set a dangerous precedent that may be seized upon by other states – not all of which are likely to behave as scrupulously as US officials”¹⁹⁴.

Não tendo sido acauteladas regras éticas não haverá lugar para críticas, uma vez que a nação mais poderosa aproveitou o vazio legal para não respeitar as regras da guerra “Quando, mais tarde, os Estados Unidos precisarem do apoio internacional, quando precisarmos que todas as pessoas do mundo acreditem que é necessária a acção para lidarmos com as armas nucleares iranianas e coreanas, quem é que se juntará a nós e, sobretudo, quem é que acreditará em nós?”¹⁹⁵.

Vem-se assistindo a diversos conflitos, alicerçados em convicções político-religiosas e pontos de vista civilizacional radicalmente diferentes, fomentados por intervenções militares mal equacionadas.

Poderá ser despertado o velho fantasma do choque de civilizações, referido por Huntington “Parecia que estávamos a ser conduzidos para uma estratégia que tinha mais probabilidade de nos transformar no inimigo – incentivando o que poderia parecer um “choque de civilizações” – e que não era uma boa estratégia para vencer a guerra contra o terrorismo”¹⁹⁶.

Sobre a teoria do “choque de civilizações” afirma Adelino Torres: “Não partilho os pressupostos da teoria do “choque de civilizações”, mas admito que a tese de S. Huntington (...) pode ter aspectos mais relevantes do que certas explicações mecanicistas que decorrem da conferência de Bandung e de um “terceiro-mundismo”

¹⁹³ Bauer, Alain e Raufer, Xavier, *ibidem*, p. 281.

¹⁹⁴ The Stimson Center, *ibidem*, p. 13.

¹⁹⁵ Clarke, Richard A., *ibidem*, p. 376.

¹⁹⁶ Clark, Wesley K., *ibidem*, p. 152.

datado (...) Não creio que o “choque de civilizações” e a “promessa” de destruir os valores ocidentais possam ser atribuídos aos islâmicos como um todo. A minoria radical de islamitas, como tento demonstrar, não representa os valores fundamentais da cultura muçulmana”¹⁹⁷.

Também Gema Martín Muñoz discorda da teoria, uma vez que esta terá pretendido, sobretudo, defender pontos de vista ocidentais para validar fins hegemónicos “...responder à necessidade de fazer aparecer uma nova ideologia (...) para justificar moralmente a reestruturação mundial, carregada de hegemonia económica e política, de que os Estados Unidos aspiravam ser cabeça (...) a contribuição de Huntington vinha principalmente do facto de ter sabido articular numa teoria política (...) o que desde há muito tempo existia: o sentimento de superioridade cultural ocidental e o seu imaginário anti-islâmico”¹⁹⁸.

No entanto, as campanhas de propaganda conduzidas quer pela *al Qaeda*, quer pelo *Estado Islâmico*, ajudam à “interiorização” dessa possibilidade de confronto, levando a que uma população ocidental cujos valores se firmam na ideia de liberdade e segurança esteja mais recetiva à perda de parte dessas conquistas.

Haverá espaço desta forma para a cedência de um pouco mais de liberdade em benefício da segurança – a aceitação de que podemos ser integralmente “espiados” desde que seja em prol da captura e aniquilamento do inimigo.

Torna-se visível a ideia de que a democracia, frágil pela sua própria natureza de pesos e contrapesos, é ainda mais frágil nas guerrilhas sem tréguas. Em termos de liberdade e segurança o medo tem sempre a última palavra.

Danilo Zolo refere a possibilidade de as intervenções militares operadas sob a capa de *guerra contra o terrorismo* poderem estar relacionadas com o fenómeno da globalização, a que chama de *ocidentalização do mundo*¹⁹⁹ e da necessidade da sua manutenção, com o controlo da livre circulação das matérias-primas, segurança marítima e aérea e estabilidade dos mercados mundiais, sobretudo o financeiro. Para tal poderão estar a ser levantados falsos valores éticos universais ”estas no justifican la

¹⁹⁷ Torres, Adelino, AAVV, ibidem, p. 42.

¹⁹⁸ Muñoz, Gema Martín, ibidem, p. 142.

¹⁹⁹ Zolo, Danilo, ibidem, p. 119.

guerra en nombre de intereses u objetivos particulares, sino que lo hacen desde un un punto de vista superior e imparcial”²⁰⁰.

O direito à defesa não pode justificar todo o tipo de atropelos às regras conquistadas pela civilização ocidental, após séculos de guerras fratricidas. O respeito pelos direitos humanos, um princípio ético e uma das maiores conquistas da cultura contemporânea, deverão continuar a ser sinónimos de autoridade moral e civilizacional “Ideas like self-defense and aggression, war as a combact between combatants, the immunity of noncombatants, the doctrine of proportionality, the rules of surrender, the rights of prisoners – these are our common heritage, the product of many centuries of arguing about war”²⁰¹.

²⁰⁰ Zolo, Danilo, *ibidem*, p. 118.

²⁰¹ Walzer, Michael – *Arguing About War*, P. X.

CONCLUSÃO

“Eu temo o dia em que a tecnologia ultrapasse nossa interação humana, e o mundo terá uma geração de idiotas”. Frase atribuída a Albert Einstein.

Os meses de pesquisa intensiva sobre o tema da utilização de engenhos comandados à distância, um “novíssimo” produto disponibilizado no combate com outras regras, levaram-me a concluir que a discussão, longe de reunir consensos, adquiriu uma inesperada complexidade.

Na verdade, quando tudo indiciava que a preocupação com os drones resultaria na melhoria da sua eficácia, é precisamente essa “eficácia” que passou a estar em causa.

A presente dissertação foi elaborada tendo por fundo a análise da guerra atual, profusamente auxiliada por drones, contra o que se convencionou chamar de *insurgentes*; integramos alguns fundamentos da ética universal nesta avaliação.

A ética e as regras morais representam o apreço pela vida humana na sua essência. Está subjacente o respeito pela sua existência enquanto finalidade e não como instrumento para alcançar desenvolvimento tecnológico.

Visando compreender a questão, comecei por uma abordagem da cultura europeia e o modo como a mesma tem evoluído na época contemporânea, enquadrada numa conjuntura de fraco crescimento económico e de globalização.

Na minha análise, privilegiei o espaço europeu e norte-americano enquanto exemplos de regiões que utilizam drones para aplicações civis e militares, embora estes sejam igualmente utilizados em outros países ocidentais, como a Austrália ou Israel.

Enquanto a utilização desta tecnologia para fins pacíficos civis tem vindo a ganhar destaque e apresenta reações adversas mais controladas e escrutinadas (o exemplo mais referido é o direito à privacidade) a sua utilização por Estados para ataque de civis acarreta preocupações.

Vimos como estão em constante desenvolvimento as aplicações civis relativas a lazer e tarefas de vigilância. Estes veículos são ainda utilizados para fins de monitorização de incêndios e outras catástrofes naturais, assim como no registo de atividades desportivas e de lazer, entre outros.

O direito foi outra das áreas abordadas de forma sumária, pois o que parece estar igualmente em causa na disponibilização desta tecnologia é a falta de enquadramento legal para os contextos e as circunstâncias em que ela pode ou não pode ser usada. Em termos de regulamentação prevê-se que, até 2020, seja implementado no espaço comunitário um programa comum para o uso civil deste tipo de tecnologia. Está a ser ponderada a criação de um quadro legal específico, para o território europeu, relativo ao seu fabrico e utilização.

Em território norte-americano não existe ainda legislação federal específica, tendo o congresso pedido à Administração Federal de Aviação (FAA), propostas de normas para a regulamentação civil.

Por outro lado, desde há muito que se tenta compreender a interação entre o Estado, aqui entendido como entidade abstrata de governo, por um lado, e o conflito, enquanto potenciador de fenómenos de guerra. São diversas as teorias e as correntes de pensamento em torno do tema.

A tese *realista* tem como pano de fundo o Estado, envolvido em conflitualidade e limitado na sua ação de gestão de litígios, quando não existe uma força supranacional de contenção, assumindo a amoralidade da guerra, por oposição ao *idealismo* que se baseia no respeito pelas regras do direito internacional, defendendo a diplomacia aberta e multilateral.

Outra teoria, conhecida por *comunitarismo*, baseia-se no princípio de que a individualidade resulta das interações com a comunidade e não apenas de características pessoais. Por fim, o *pacifismo*, movimento naturalmente contrário à utilização da força, centra-se na necessidade do diálogo entre culturas, bem como na diplomacia, de modo a alcançar a paz, única forma de combater a imoralidade da guerra.

Relativamente a intervenções militares de cariz defensivo destaquei a opinião de Michael Walzer que sustenta a adoção de critérios *utilitários e realistas*, se estiver em causa a continuidade da comunidade; neste sentido é partidário das intervenções preventivas de cariz militar se estas forem feitas em defesa de valores humanitários ou de respeito pelos direitos humanos, uma vez que a guerra é sempre amoral. Posição contrária, por exemplo, da de Danilo Zolo, que encara as intervenções preventivas como uma forma de agressão do ocidente, servindo-se da globalização com propósitos hegemónicos.

Subjacente às correntes assinaladas está a noção da agressividade, verdadeira auto ameaça e, por contraste, necessidade vital de segurança.

Apesar dessa característica intrínseca do ser humano o Ocidente vem assistindo, desde o final da IIª Guerra Mundial, a décadas de relativa paz e prosperidade, geradora de condições que permitiram a existência do Estado Social, a promoção de valores individualistas e, em última análise, de profundo hedonismo.

No entanto, o mesmo Ocidente atravessa agora uma conjuntura de depressão económica com origem na crise financeira. O resultado é uma imensa taxa de desemprego, exacerbada pela deslocalização industrial para Oriente; simultâneamente, verifica-se uma preocupante tensão migratória de povos em demanda de segurança e melhoria do nível de qualidade de vida.

Em paralelo, ocorrem ainda outras alterações de vulto relativamente ao passado recente. Estão referenciadas preocupações de fundo, como a diminuição das taxas de natalidade e o aumento da esperança de vida como pressão adicional sobre a população ativa, principal contribuinte para a máquina social estatal.

O cenário de confronto cultural tenderá a reaparecer, devido a condicionantes diversas, com especial destaque para as alterações operadas na composição étnica e cultural do território europeu onde afluem populações migrantes que não se reconhecem na cultura vigente, apesar da busca pela prosperidade e paz.

Relativamente a esta possibilidade foi referido Samuel Huntington que defende a hipótese de um choque de civilizações, em que os conflitos de cariz cultural e religioso serão a fonte de conflito no pós-guerra fria “A violência civilizacional pode terminar completamente durante um certo período, mas raramente termina definitivamente. As guerras civilizacionais são marcadas por frequentes tréguas, cessar-fogo, armistícios, obstáculo nunca por tratados de paz globais que resolvam as questões centrais. Têm esta característica intermitente porque radicam em profundos conflitos civilizacionais que envolvem relações antagónicas sustentadas entre grupos de civilizações diferentes”²⁰².

Esta é uma tese criticada entre outros por Gema Martín Muñoz; Huntington terá pretendido, sobretudo, defender pontos de vista ocidentais para validar intenções hegemónicas.

²⁰² Huntington, Samuel P., op. cit., p. 344.

Apesar da tese do choque de civilizações levantar algumas dúvidas, não deixa de ser interessante pensar que qualquer tensão devida a atropelos morais e éticos poder ser aproveitada para justificar desígnios de duvidosa necessidade.

Tensões de génese diversa foram historicamente aproveitadas para fins políticos, acirrando as populações com pretextos religiosos, de modo a obter ganhos políticos. As guerras religiosas em território europeu, nos séculos XVI e XVII, são exemplos conhecidos, mas nem sempre presentes.

Permanece na memória coletiva, de cristãos e maometanos, a época das Cruzadas, assim como a invasão e ocupação muçulmana da Península Ibérica. “A relação entre o mundo árabe e o Ocidente quase nunca foi pacífica: as investidas das hordas muçulmanas contra a Europa na Batalha de Poitiers, do Império Otomano contra Viena e das Cruzadas contra Jerusalém, criaram memórias que perduram através dos séculos, alimentando imagens negativas mútuas”²⁰³.

Neste trabalho destaquei as intervenções operadas sobretudo em solo afegão e iraquiano por serem paradigmáticas na utilização de drones em larga escala, não deixando de ser curioso que mais uma vez as partes em confronto respeitam a países cujas populações pertencem às religiões acima assinaladas, tal dando azo a possível aproveitamento político.

A procura da superioridade de meios, tecnológicos e outros, está desde sempre associada à lógica de guerra. A tecnologia militar e civil está em constante evolução e superação; uma parte substancial do desenvolvimento tecnológico relaciona-se com a procura de novos equipamentos de defesa e ataque.

Desde o início deste século que sobretudo os Estados Unidos utilizam exponencialmente os drones com fins militares. Os ataques operados por estes veículos trouxeram consigo vantagens de vulto comparativamente aos bombardeamentos aéreos convencionais, a saber: perdas reduzidas de vidas humanas (militares e civis), diminuição de gastos militares e maior precisão no ataque.

O ataque às Torres Gémeas, em 2001, motivou um gigantesco sentimento de insegurança junto da população norte-americana, assim como inquietação e incertezas no “velho continente”.

²⁰³ Ferreira Pinto, Maria do Céu, *ibidem*, p. 15.

É nesta envolvente que os drones introduziram, nas intervenções militares pós-11 de setembro, uma nova dinâmica que agrada aos eleitores: menores custos e maior eficácia.

Mantém-se um forte incremento para a utilização destes aparelhos, ao mesmo tempo que emergem dúvidas e preocupações relativas a estas e outras armas de última geração que caminham para uma autonomia completa no campo de batalha; a mesma inquietação narrada no filme de James Cameron, “Terminator”, agora trazido à memória, sobre o desempenho de um super-computador criado pela defesa norte-americana, que tinha na “agenda” a extinção da raça humana, auxiliado por uma panóplia de armamento e guerreiros computadorizados, autónomos.

A ficção chama a atenção para a desigualdade de meios existentes num cenário de luta contra tecnologia bélica autónoma, cenário para onde se encaminham os drones. Salienta ainda o problema de saber até que ponto as intervenções militares feitas com o auxílio deste tipo de arma à distância não colocam em causa valores adquiridos, espelhados em legislação internacional e defendidos por organizações mundiais.

Entre as armas que estão a ser estudadas e utilizadas encontram-se os lasers de alta energia, capazes de destruir mísseis balísticos e até alvos aéreos, e robots diversos, prestadores de ajuda em deslocações de tropas, entre outras.

Na tecnologia militar relacionada com drones está ainda a ser desenvolvida capacidade tecnológica que permite o seu lançamento a partir de navios de guerra e submarinos, melhorando a dispersão geográfica das bases de lançamento.

Encontra-se já em ação o drone X-37B, colocado na órbita terrestre, com capacidade para permanecer em movimento durante centenas de dias, especulando-se sobre o seu potencial de espionagem de satélites.

Apesar do investimento massivo na tecnologia de guerra, por parte dos EUA, anunciam-se investimentos significativos em tecnologia militar, por parte de países como a China ou a Rússia. A China, por exemplo, aperfeiçoa tecnologia laser que, a partir de bases terrestres, terá capacidade de neutralizar satélites e por consequência abater drones, se necessário.

Até à primeira metade do séc. XX, as ações de insurgentes (continuemos a chamar-lhes assim, à falta de melhor designação) não eram determinantes. A guerra assimétrica, contudo, fundada precisamente em combatentes não regulamentares,

alterou profundamente esse cenário; o seu sucesso começa a ser normal em situações contra forças militares detentoras de equipamentos de ponta - o caso afegão é um de outros exemplos.

Os conflitos atuais caracterizam-se pela desproporção dos meios utilizados. A ideia clássica de campo de batalha onde exércitos se defrontavam lutando por uma causa sofreu alterações significativas. É comum a abertura de hostilidades por parte de insurgentes que utilizam o território de um estado não-beligerante, retirando-se de seguida.

A multiplicação dos conflitos assimétricos constitui, neste momento, uma grave ameaça estratégica, combatida com soluções de recurso. De facto, tornou-se repentinamente obsoleta a ideia de que os combatentes estão “contidos” num espaço determinado, de onde se origina o conflito; os combatentes estão no espaço de todos e, como dissemos, a sua (não) identificação constitui provavelmente a ameaça mais séria do momento.

Esta assimetria concorre para o aperfeiçoamento de armamento de precisão à distância, com todas as implicações que tal implica “...uso das armas modernas telecomandadas. O homem que carrega no botão está completamente protegido contra as consequências perceptíveis do seu acto; não pode vê-las nem ouvi-las”²⁰⁴.

Os grupos armados irregulares preservam os seus elementos, dissipando-os entre as populações civis, escondendo igualmente as suas armas. Para tal, coagem a população através de diferentes modos.

Distinguir civis de insurgentes, neste tipo particular de conflitos, coloca não só dificuldades operacionais mas levanta também questões éticas e jurídicas, nomeadamente à luz do Direito Humanitário Internacional (DHI), sobretudo no que respeita o princípio da distinção. O afastamento físico e psicológico do alvo joga aqui um papel preponderante.

Para que a distinção seja posta em prática seria necessária a distinção das partes, nomeadamente em termos de fardamento ou de instalações militares, devendo estas estar devidamente afastadas das populações civis; ora, isso contradiz o princípio básico

²⁰⁴ Lorenz, Konrad, *ibidem*, p. 252.

do guerrilheiro, o qual consiste precisamente na “camuflagem” no meio populacional ambiente.

Do lado tecnológico alega-se a existência de um esforço, de modo a construir armas mais precisas, sustentadas em fontes mais fiáveis (*serviços de informações*), em tempo real, como forma de limitar as baixas. É em harmonia com este princípio que os drones militares continuam a ser aperfeiçoados.

Poder-se-ia argumentar que estes ataques respeitam regras de estratégia de combate seguindo alguns princípios de Sun Tzu: o alcance da vitória o mais rapidamente e com o menor custo possível; o ataque ao inimigo concentrando as forças nos seus pontos fracos e a utilização da astúcia para surpreender e vencer.

Esta superioridade material, no entanto, acarreta inconvenientes assinaláveis, designadamente o desrespeito por regras previamente assumidas, espelhadas em tratados humanitários. Constatase que a guerra remota retira a “humanidade” possível ao combate. A falta de contato visual com o alvo poderá resultar em atrocidades desnecessárias, sobretudo entre as populações civis.

Ao subverter os regulamentos, aproveitando o vazio legal, poder-se-á ter feito regredir os marcos éticos consagrados para momentos que se supunham no passado. Este tipo de tecnologia limita ainda mais o usufruto de direitos humanos básicos, em cenário de guerra.

Princípios como o da proporcionalidade são desrespeitados, uma vez que o tipo de destruição efetuada é prescindível em relação aos ganhos obtidos.

São conhecidas, de há muito, levando até em conta um longo histórico ligado à guerrilha, as especificidades dos territórios e dos povos iraquiano e afegão. Parece que nada disso foi calculado, ou relevado, aquando das intervenções militares no pós-11 de setembro. No caso iraquiano, apesar de alegado, não foi revelada nenhuma prova para a existência do perigo iminente de ataques terroristas ao exterior, ou a existência de armas químicas; da mesma forma, os resultados das ações preventivas foram pouco expressivos no caso afegão.

A circulação de tecnologia relacionada com o armamento altamente sofisticado e tendencialmente autónomo é progressiva e exponencial, e encontra-se fundamentada nos acordos militares e do comércio global.

Considerando que a utilização deste tipo de tecnologia, pela sua letalidade, não respeita a legislação internacional de proteção a civis, torna-se urgente a adoção de medidas de controlo e limitação de danos de propriedade e danos morais.

É urgente que se convoque as Nações Unidas, organismo a quem incumbe vigiar os atropelos à paz mundial, no sentido de adaptar legislação que controle o uso de veículos aéreos não tripulados, proibindo a possibilidade da sua autonomia excessiva, como forma de precaver uma nova época de barbárie militar.

O bombardeamento com drones decorre, sobretudo, em territórios com problemas de desenvolvimento e onde as populações desenvolveram um elevado grau de animosidade, em resposta aos históricos atropelos a que foram sujeitos na sua própria terra.

A falta de respeito pelo direito à existência pacífica, à propriedade, à vida e a um julgamento justo, será aproveitada para instigar violência sectária. À luz do passado será provável o aproveitamento político para a instigação de revoltas com justificação religiosa, um motivo fácil para suscitar o apoio de massas populares.

Possíveis ataques terroristas em território ocidental irão suscitar medidas excecionais de controlo securitário, nomeadamente nas cidades, por parte dos respetivos governos.

Tal conduz a uma preocupação adicional: as leis de exceção ou emergência são incompatíveis com a constituição legal dos países, devido ao seu caráter de anormalidade, para além de poderem permitir a instalação de governos autoritários.

A segurança é uma das principais aspirações dos Estados. Após o 11 de setembro surgiu o precedente da guerra preventiva, tendo subjacente a necessidade de intervenção militar de modo a salvaguardar o estado de ameaças consideradas reais e relevantes.

A mudança para um paradigma fortemente autoritário, possível numa população ocidental com forte traço individualista, poderá resultar no aumento do poder discricionário do estado sobre o indivíduo, agora fundamentado pela lei antiterrorista.

O conceito de liberdade deverá continuar relacionado com o de estado de direito. Perante um cenário de vigilância total, a punição deixa de ser a última razão para passar a ser a regra, restringindo a liberdade individual.

Deve procurar-se um ponto de equilíbrio entre o dever securitário do estado e os excessos de autoridade de modo a precaver qualquer deriva totalitária por parte do poder “Se reconhecermos à intolerância o direito de ser tolerada, acabamos por destruir quer a tolerância quer o estado de direito”²⁰⁵.

Começa a delinear-se um cenário onde os drones de ataque serão acessíveis a diversos países, tornando difícil o controlo global das suas ações e, por outro lado, drones de vigilância, acessíveis a criminosos, passíveis de ser adaptados para transporte de cargas letais (biológicas, bacteriológicas, nucleares ou químicas).

Este conceito coloca alguns problemas: o grau de risco que o agente da ameaça representa para o país é subjetivo (calculados pelos serviços de segurança), uma vez que a concretização, ou não, da ameaça é sempre uma incógnita.

A realidade, sobretudo no Médio-Oriente, caracteriza-se pela existência de territórios anarquizados sem que exista estado formal.

Para não se cair em desordem deverão ser envidados esforços ao nível internacional, de modo a analisar e equacionar a nova conjuntura: estados falhados e insurgentes não dependentes de exércitos.

O empenho no sentido da prevenção de conflitos deverá passar por uma estreita colaboração entre os estados e as organizações de topo, tanto internacionais, como regionais, que poderão ser, ou não, de cariz governamental.

O quadro legal relacionado com as convenções de guerra deverá sofrer alterações, no âmbito das Nações Unidas, de modo a suportar adaptações que tenham em vista o respeito pelos Direitos Humanos e igualmente as alterações geopolíticas, uma vez que muitas das ameaças de hoje não partem de estados.

Todo o conflito deve ser sujeito a regras e limite. O início de hostilidades sem legitimação formal do Conselho de Segurança da ONU representou um precedente na ordem internacional.

Os avanços tecnológicos alcançados pelos drones deverão ser postos sobretudo ao serviço do bem-estar da Humanidade e quando utilizados para fins de Defesa deverão ser respeitadas regras éticas nomeadamente o respeito pela população civil e o direito à rendição com posterior acesso a julgamento justo.

²⁰⁵ R. Popper, Karl, *ibidem*, p. 173.

Uma vez que o ocidente utiliza amiúde a bandeira do respeito pelos Direitos Humanos e Democracia terá que fazer um esforço para que esses mesmos valores sejam respeitados nas ações militares fora do seu território.

Éticamente não deverão existir dois pesos e duas medidas. O respeito pela vida deverá ser primordial; o culto desmedido da tecnologia bélica terá como consequência a regressão em termos civilizacionais.

BIBLIOGRAFIA (S) / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

AA.VV- A Guerra no Mundo. Lisboa: Editorial Verbo, 1983.

AA.VV – Terrorismo. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 972-40-2091-6

Abreu, Francisco – Estratégia o Grande Debate, Sun Tzu e Clausewitz. Lisboa: Edições Colibri, 2000. ISBN 972-772-194-X

Bauer, Alain e Raufer, Xavier – A Globalização do Terrorismo. Lisboa: Prefácio, 2003. ISBN 972-8563-87-6

Chomsky, Noam e Vltchek, Andre – On Western Terrorism, from Hiroshima to drone warfare. New York: PlutoPress, 2013. ISBN 978-0-7453-3387-8

Clark, Wesley K. – Vencer as Guerras Modernas, Iraque, Terrorismo e o Império Americano. Lisboa: Temas e Debates, Atividades Editoriais, 2004. ISBN 972-759-708-4

Clarke, Richard A. – Contra Todos os Inimigos. Algés: Difel, 2004. ISBN 972-29-0711-5

Clerambard, André - Dicionário das Grandes Filosofias. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN 9789724401881

Dixon, Norman F. – A Psicologia da Incompetência dos Militares. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

Ferreira Pinto, Maria do Céu – Infieis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. ISBN 978-972-31-1057-9

Fernandes, Teixeira, Sousa e Castro, José Pedro de – A Segurança da Europa Ocidental: Uma Arquitetura Euro-Atlântica Multidimensional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002. ISBN 972-31-0993-X

Fisk, Robert - A Grande Guerra pela Civilização, a Conquista do Médio Oriente. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN 978-972-44-1457-7

Friedman, George – A Próxima Década. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2012. ISBN 978-972-20-4906-1

Han, Byung-Chul – A Sociedade do Cansaço. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2014. ISBN 978-989-641-449-8

Herkenhoff, João Batista – Gênese dos Direitos Humanos. São Paulo: Editora Santuário, 2002. ISBN 85-7200-819-5

Hessel, Stéphane – Indignai-vos. Carnaxide: Editora Objetiva, 2011. ISBN 978-989-672-076-6

Huntington, Samuel P. – O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial. Lisboa: Gradiva, 1999. ISBN 972-662-652-8

Jerónimo, Patrícia – Os Direitos do Homem à Escala das Civilizações. Coimbra: Almedina, 2001. ISBN 972-40-1461-4

Lenglet, François – A Guerra dos Impérios, A China contra os Estados Unidos da América. Lisboa: Bertrand Editora, 2011. ISBN 978-972-25-2316-5

Lipovetsky, Gilles - A Era do vazio. Lisboa: Relógio D'água, 1989.

Lorenz, Konrad – A Agressão. Uma História Natural do Mal. Lisboa: Relógio D'Água, 1992. ISBN 972-708-158-4

Maalouf, Amin – Samarcanda. Sant Vicenç dels Horts: Difel, 2009. ISBN 978-84-612-8494-8

Muñoz, Gema Martín – Iraque: Um Fracasso do Ocidente. Porto: Ambar, 2005. ISBN 972-43-0950-9

Nora, Dominique - Os conquistadores do Ciberespaço. Lisboa: Editora Terramar, 1996. ISBN 972-710-130-5

Nye Jr., Joseph S.- O Futuro do Poder. Maia: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-989-644-167-8

R. Popper, Karl - Em Busca de um Mundo Melhor. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1989.

Singer, Peter – Ética Prática. Lisboa: Gradiva, 2000. ISBN 972-662-723-0

Singer, Peter – Um Só Mundo, a Ética da Globalização. Lisboa: Gradiva, 2004. ISBN 972-662-955-1

Queiroz, Eça de – Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2001.

Ramonet, Ignacio – Guerras do Século XXI, Novos medos, novas ameaças. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-570-6

Ramonet, Ignacio – Propagandas Silenciosas. Porto: Campo das Letras, 2002. ISBN 972-610-371-1

Riemen, Rob - O Eterno Retorno do Fascismo. Lisboa: Bizâncio, 2012. ISBN 978-972-53-0501-0

Santos, Eduardo Silvestre dos – Poder Aéreo, Sua Evolução e Influência na Estratégia. Parede: Tribuna, 2011. ISBN 978-989-8219-24-4

Santos, Loureiro dos – O Futuro da Guerra. Lisboa: Nova Vega, 2014. ISBN 978-989-750-014-5

Singer, P. W. and Friedman, Allan – Cyber Security and Cyberwar, What Everyone Needs to Know. New York: Oxford University, 2014. ISBN 978-0-19-991809-6

Walzer, Michael – Arguing About War. USA: Yale Press University, 2004. ISBN 978-0-300-10978-8

Walzer, Michael – A Guerra em Debate. Lisboa: Livros Cotovia, 2004. ISBN 972-795-097-3

Woodward, Bob – Plan of Attack. London: Simon & Schuster, 2004. ISBN -07432-5547-X

Tzu, Sun – A Arte da Guerra. Lisboa: Edições Sílabo, 2012. ISBN 978-972-618-396-9

Vicente, João – Guerra Aérea Remota. Porto: Fronteira do Caos, 2013. ISBN 978-989-8647-08-5

Ziegler, Jean – O Ódio ao Ocidente. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2012. ISBN 978-989-644-207-1

Zolo, Danilo – La Justicia de los Vencedores. Madrid: Editorial Trotta, 2007. ISBN 978-84-8164-949-9

Artigos e Relatórios

Council Starts Dialogue with Special Rapporteurs on Freedom of Religion and on Human Rights and Counter-Terrorism (HRC14/022E, 11 March 2014).

Comissão Europeia – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Uma Nova Era para a Aviação, Abrir o Mercado da Aviação à Utilização Civil de Sistemas de Aeronaves Telepilotadas de Forma Segura e Sustentável (Bruxelas, 2014, COM(2014) 207 final).

Department of Defense. Directive – Autonomy in Weapon Systems, Number 3000.09 (DoDD 3000.09, November, 2012).

European Parliament. Joint for a Resolution on the Use of Armed Drones (PPE, Verts, GUE, A&D, ALDE, 2014/2567 RSP).

European RPAS Steering Group. Roadmap for the integration of Civil Remotely-Piloted Aircraft Systems into European Aviation System (Final Report, Annex 3).

Informal Meeting of Experts on Lethal Autonomous Weapons: Convention on Conventional Weapons, comments by Christopf Heyns, Geneva, 16 April 2015.

Human Rights Watch, Mind the Gap, The Lack of Accountability for Killer Robots. IHRC, 2015. ISBN 978-1-6231-32408

Lewis, Michael W. and Crawford, Emily – Drones and Distinction: How IHL Encouraged the Rise of Drones, 2012.

Opinion of the European Data Protection Supervisor, on the Communication from the Commission to the European Parliament and the Council on “A new era for aviation – Opening the aviation market to the civil use of remotely piloted aircraft systems in a safe and sustainable manner”, Brussels, 26 November 2014.

The Stimson Center, Recommendations and Report of the Task Force on US Drone Policy, 2014.

The Convention Certain Conventional Weapons (CCW) Informal Meeting of Experts on Lethal Autonomous Weapons Systems – U.S. Delegation Opening Statement as Delivered by Michael W. Meier, Geneva April 13, 2015.

United Nations, General Assembly. Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions (Christopf Heyns, 2013, A/HRC/23/47).

United Nations, General Assembly. Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions (Christopf Heyns, 2013, A/68/382).

United Nations. Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms While Countering Terrorism (Ben Emmerson, 2014, A/HRC/25/59).

Revistas e jornais

Abé, Nicola – O Soldado que sonhava em infravermelhos. *Courrier International*. Paço de Arcos. Depósito legal 224 413/05. N° 205 (Mar. 2013), p. 72-75.

Gul, Imtiaz- Deixam os talibãs andar à vontade. *Courrier International*. Paço de Arcos. Depósito legal 224 413/05. N° 217 (Mar. 2014), p. 32-33.

Lemos, José Alberto – Os drones na guerra: regulação precisa-se. *Jornal Público*, sex 5 abril 2013.

Pires de Lima, Bernardo – O 11 de setembro e os Clichés Transatlânticos. R.I. - Relações Internacionais. Lisboa: Tinta da China, 2011. ISBN 1645-9199

Sites

American Association for the Advancement of Science: The Rising toll - Newly released data reveal that the war in Afghanistan is becoming more dangerous for civilians [Em linha]. Washington DC, United States of America: AAAS. [Consult. 10 Nov. 2014] Disponível em: <http://www.sciencemag.org/content/345/6198/722.full.pdf>

Amnistia Internacional Portugal: Balcãs: Milhares ainda desaparecidos duas décadas após os conflitos [Em linha]. Lisboa: Amnistia Internacional [Consult. 11 Abr. 2015] Disponível em: http://www.amnistiainternacional.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1140:balcas-milhares-ainda-desaparecidos-duas-decadas-apos-os-conflitos&catid=35:noticias&Itemid=23

Convention Certain Conventional Weapons: Autonomous Weapon Systems under International Law [Em linha]. Geneva, Suisse: Geneva Academy [Consult. 05 Julho 2015] Disponível em: http://www.geneva-academy.ch/docs/publications/Briefings%20and%20In%20briefs/Autonomous%20Weapon%20Systems%20under%20International%20Law_Academy%20Briefing%20No%208.pdf

Business Insider: Amazon won't be able to fly its delivery drones under the FAA's proposed drone rules [Em linha]. New York, United States of America: Business Insider [Consult. 25 Maio 2015] Disponível em: <http://www.businessinsider.com/amazon-faa-drone-regulations2015-2>

Campaign to Stop Killer Robots: Ban fully autonomous weapons [Em linha]. Stop Killer Robots [Consult. 7 Abr. 2015] Disponível em: <http://www.stopkillerrobots.org/>

Diário de Notícias: Drones misteriosos sobrevoam centrais nucleares francesas [Em linha]. Lisboa, Portugal: DN. [Consult. 31 Out. 2014] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4212392&page=-1

Diário de Notícias: Agência europeia quer separar “drones” em categorias e criar legislação [Em linha]. Lisboa, Portugal: DN. [Consult. 03Jul. 2015] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=4452488

Expresso: Barak Obama Mantém Tropas no Afeganistão até 2016 [Em linha]. Lisboa, Portugal: Semanário Expresso [Consult. 01 Out. 2014] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/barack-obama-mantem-tropas-no-afeganistao-ate2016=f872571#ixzz3P05JiGWc>

Federal Aviation Administration: Press Release – DOT and FAA Propose New Rules for Small Unmanned Aircraft Systems [Em linha]. Washington DC, United States of America: FAA [Consult. 25 Maio 2015] Disponível em: http://www.faa.gov/news/press_releases/news_story.cfm?newsId=18295

Federation of American Scientists (FAS): COLLATERAL DAMAGE [Em linha]. Washington DC, United States of America: Federation of American Scientists [Consult. 10 Jan. 2015] Disponível em: <http://www.fas.org/irp/doddir/usaf/afpam14-210/part20.htm#page180>

Human Rights Watch: killer robots [Em linha]. New York: Human Rights Watch [Consult. 7 Abr. 2015] Disponível em: <https://www.hrw.org/topic/arms/killer-robots>

International Committee for Robot Arms Control [Em linha]. USA: International Committee for Robot Arms Control [Consult. 18 Jan. 2015] Disponível em: <http://icrac.net/who/>

Publico: FBI usa drones de vigilância nos EUA desde 2006 sem regras de privacidade específicas [Em linha]. Lisboa: Publico. [Consult. Out. 2014] Disponível em:

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/fbi-usa-drones-de-vigilancia-nos-eua-desde2006-sem-regras-de-privacidade-especificas1607314>

Publico: Drones quase colidiram com aviões de passageiros em Varsóvia e Londres [Em linha]. Lisboa: Publico. [Consult. Julho. 2015] Disponível em: <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/drones-quase-colidiram-com-avioes-de-passageiros-em-varsovia-e-londres-1702837?frm=ult>

REUTERS: Civilian deaths in Afghanistan war reach new high in 2014: UN [Em linha]. Nova Iorque, United States of America: Reuters. [Consult. 19 Dez. 2014] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/12/19/us-afghanistan-casualties-idUSKBN0JX1ZS20141219>

The Guardian: China Unveils Laser Drone defence System [Em linha]. London, United Kingdom: The Guardian [Consult. 25 Nov. 2014] Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/nov/03/china-unveils-laser-drone-defence-system>

The Guardian: Obama's secret kill list – the disposition matrix [Em linha]. London, United Kingdom: The Guardian [Consult. 10 Dez. 2014] Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/jul/14/obama-secret-kill-list-disposition-matrix>

The Washington Post: President Bush Addresses the Nation [Em linha]. Washington, DC, United States of America: The Washington Post Company [Consult. 6 Out. 2014] Disponível em: http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html

Wired Magazine: We can now build autonomous killing machines and that's a very, very bad idea [Em linha]. San Francisco, California: Condé Nast [Consult. 30 Jun. 2015] Disponível em: <http://www.wired.com/2015/02/can-now-build-autonomous-killing-machines-thats-bad-idea/>

White House President Barack Obama: Remarks by the President on Securing Our Nation's Cyber Infrastructure [Em linha]. Washington, DC, United States of America: White House [Consult. 19 Mar. 2015] Disponível em: http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-on-Securing-Our-Nations-Cyber-Infrastructure

Vox Europ: Drones Militares: Aliança entre sete países europeus [Em linha]. Roubaix, France: Vox Europ [Consult. 20 Maio 2015] Disponível em:

<http://www.voxeurop.eu/pt/content/news-brief/4336841-alianca-entre-sete-paises-europeus>

Sapo: Facebook construiu um 'drone' para levar a Internet a áreas remotas [Em linha]. Lisboa, Portugal: Sapo [Consult. 30 Maio 2015] Disponível em: http://www.sapo.pt/noticias/facebook-construiu-um-drone-para-levar-a_55bb2fd943cb8b8d14cf3cb5